

**Justiça, paz e
liberdade
para o povo palestino**

A causa palestina é causa da humanidade

Entre os dias 28 de novembro e 1º de dezembro, reuniremos, em Porto Alegre, o 1º Fórum Social Mundial Palestina Livre (FSMPL), do qual participarão ativamente nossa Confederação e as 80 entidades que são nossas filiadas. A Contee (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino), entidade representativa de quase um milhão de trabalhadores do setor privado de ensino, apoia desde a sua fundação há mais de vinte anos a luta do povo palestino pelo seu direito inalienável ao seu Estado e à sua autodeterminação, negada sistematicamente há mais de 65 anos.

Todos os nossos congressos nacionais aprovamos apoio aos palestinos. No último, inclusive, aprovamos apoio total ao movimento existente no Brasil que dá suporte ao pleito dos palestinos proposto junto às Nações Unidas para que sejam admitidos como seu 194º Estado-membro.

Nosso apoio se materializa em solidariedade concreta. Enviamos três dirigentes sindicais de nossa categoria – um professor e dois auxiliares de ensino, dois dos quais dirigentes de nossa entidade – para a Palestina entre 10 e 20 de junho deste ano. Eles integraram a 1ª Missão de Solidariedade ao Povo Palestino. Neste livrete, inclusive, todos eles relatam essa maravilhosa experiência que tiveram ao visitar aquela terra considerada sagrada para mais de três bilhões de pessoas da humanidade.

Aproveitamos a realização do FSMPL para saudar todos os participantes, desejando-lhes muito sucesso. Queremos que mais fóruns sociais temáticos tratem da temática palestina. Quiçá possamos fazer o próximo na Palestina. Que os debates, mesas redondas, conferências e plenárias deem sua contribuição para que possamos avançar na solidariedade a esse que é um dos mais sofridos povos na atualidade e um dos mais injustiçados.

Nós, professores e auxiliares de administração escolar, manifestamos de público nossa solidariedade e apoio aos palestinos e à criação do seu Estado.

Viva a Palestina Livre!

Profª Drª Madalena Guasco Peixoto

Coordenadora da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino



Desde a sua fundação, em 1980, a Fepal (Federação Árabe Palestina do Brasil), legítima representante da comunidade palestina, tem exercido um papel fundamental na defesa dos direitos nacionais inalienáveis do povo palestino ao retorno e à sua autodeterminação.

Com muita honra e orgulho damos as boas vindas aos participantes, homens e mulheres, do Fórum Social Mundial Palestina Livre, um evento histórico que marcará uma nova fase nas ações mundiais de apoio e solidariedade ao povo palestino.

Não por acaso o Brasil se torna palco desse evento, dessa conjunção internacional de esforços para construir ações coordenadas e efetivas de solidariedade e transmitir uma mensagem de que outro mundo é possível, um mundo mais justo e solidário, um mundo sem muros, um mundo sem racismo, *apartheid* e colonialismo.

O Brasil, dos fins da década de 1970 aos dias de hoje, tem mantido um apoio crescente e exercido uma política consistente de reconhecimento do Estado da Palestina, em acordo com as resoluções da ONU e o direito internacional. Nos últimos anos cresceu a ajuda financeira do Brasil aos refugiados palestinos. O país ampliou e fortaleceu seu papel de intervenção e articulação em nível internacional em apoio ao povo palestino e às legítimas lideranças palestinas, reconhecendo na OLP – Organização Para a Libertação da Palestina – a única e legítima representante do povo palestino.

A sociedade civil brasileira, especialmente nos últimos 30 anos – através dos partidos políticos, das centrais sindicais, das entidades de jovens, mulheres, negros, estudantes, trabalhadores do campo e da cidade, as entidades da comunidade árabe e islâmica, os parlamentos, os movimentos que atuam na luta por paz, justiça, liberdade e autodeterminação dos povos –, teve um papel tão importante quanto à atuação do governo brasileiro. São incontáveis as atividades, campanhas, os protestos, missões de solidariedade, ações beneficentes e tantas outras ações que contribuíram para o avanço do movimento de solidariedade brasileiro, possibilitando, assim, a instalação e organização do primeiro Fórum Social Mundial sobre a questão palestina, na histórica e simbólica cidade de Porto Alegre, palco do primeiro FSM, no ano de 2000.

Agradecemos ao povo e ao governo brasileiro pela decisiva, permanente e convicta atuação para que a palavra “paz” tenha um significado real para o povo palestino: paz, justiça e liberdade e o inalienável direito ao retorno.

Bem vindos ao Fórum Social Mundial Palestina Livre!

Viva a solidariedade Internacional!

Elayyan Aladdin
Presidente

Emir Mourad
Secretário-Geral

O Brasil é um país generoso, amigo e solidário!

A amizade entre Brasil e Palestina se traduz constantemente em fatos, em atitudes que fortalecem as esperanças de liberdade, paz e justiça para o povo palestino e conquistar a segurança regional.

A sociedade civil brasileira, através dos movimentos sociais organizados, inseridos na vibrante democracia consolidada com luta e vigor, tem um papel fundamental no exercício de apoio aos povos que lutam pela sua autodeterminação. Essa rica e diversa sociedade tem dedicado um tempo precioso para que meu povo tenha seus direitos nacionais inalienáveis concretizados no solo pátrio palestino.

Em nome da OLP (Organização para a Libertação da Palestina), da ANP (Autoridade Nacional Palestina) e do presidente da Palestina Sr. Mahmoud Abbas, agradeço ao Conselho Internacional do Fórum Social Mundial, ao Comitê Brasileiro Organizador e à Secretaria do Fórum, pelo seu esforço e dedicação na instalação e organização do Fórum Social Mundial Palestina Livre. Esse evento, de dimensões globais, com certeza, irá contribuir para que ações concretas sejam implantadas a favor dos direitos humanos do povo palestino, do direito sagrado, legal e legítimo dos refugiados palestinos ao retorno, e ao direito de estabelecer o Estado da Palestina livre, soberano e independente com Jerusalém Oriental como sua capital, necessidade imprescindível para que palestinos, árabes e israelenses possamos desfrutar de paz e segurança.

Expresso meus sinceros e profundos agradecimentos ao **Comitê pelo Estado da Palestina Já**, a seus ativistas, às entidades, aos partidos e organizações que desempenharam, por meio de campanhas de rua, na mídia e junto a setores organizados do povo brasileiro, um papel decisivo para que o pedido da OLP – de que o Estado da Palestina seja reconhecido como membro pleno na Organização das Nações Unidas – tivesse uma ampliação de força e respeito no concerto dos países-membros da Assembleia Geral da ONU e do seu Conselho de Segurança.

Também agradeço ao Comitê por ter organizado a visita à Palestina e prestado seu apoio e solidariedade às lideranças, autoridades e aos movimentos do povo palestino que sofrem e enfrentam as crueldades e crimes da ocupação israelense, como também agradeço a todas as entidades, os partidos e organizações brasileiras que estiveram na Palestina vivenciando e oferecendo seu apoio ao meu povo.

Amigos e companheiros, amantes da justiça e da Paz, continuem visitando a Palestina. Que os ativistas vejam com seus próprios olhos o dia a dia do povo palestino e constatem nosso desejo de paz com todos os povos da região. E a necessidade de ver nossas crianças brincando e estudando, e de terem uma vida com segurança, saúde, trabalho e prosperidade, como é de direito de todos os povos e de cada ser humano.

Viva a solidariedade!

Viva a Palestina Livre!

Viva o Brasil humano e solidário!

Ibrahim Al Zeben

Embaixador da Palestina no Brasil

Parte 1

História de Informações sobre a Palestina

História da Questão Palestina: dos Primórdios até 2002

Hanna Yousef Emile Safiéh *

1. A Palestina até 1917

Para entender a questão palestina – tão em evidência na mídia internacional – é necessário mergulhar na história do seu povo e não apenas nas pendências religiosas e de limites territoriais geográficos, tão ao gosto dos israelenses quando desejam apresentar justificativas para a invasão do território palestino perante a mídia internacional.

A Palestina é um território de 27 mil quilômetros quadrados, situado na Ásia Menor, entre o rio Jordão, a leste, e o mar Mediterrâneo a oeste. Ao norte, faz fronteira com o Líbano e a Síria, e ao sul com o deserto egípcio do Sinai. Assim, a Palestina está no cruzamento de três continentes – Europa, Ásia e África – e é um ponto geograficamente estratégico do ponto vista militar, comercial e político.

Apesar de a história fazer menção à passagem de vários povos, em diferentes épocas, pela Palestina, apenas três deles desempenharam um papel de destaque nessa região e deixaram um impacto duradouro sobre ela. Foram os cananeus, os filisteus e os israelitas. Os palestinos são os descendentes dos cananeus e dos filisteus.

Os cananeus são os habitantes mais antigos da Palestina, tendo ali se instalado em torno de 3.000 a.C. Viviam em cidades e possuíam uma economia baseada na agricultura e no comércio. Cada cidade era dirigida por um rei sacerdote. Foram os cananeus que deram ao país o nome histórico de “terra de Canaã”. Entre suas cidades, encontra-se Jerusalém, cujas origens remontam ao ano de 1.800 a.C.

Os filisteus e os israelitas se dirigiram à terra de Canaã quase na mesma época, no fim do segundo milênio a.C. Os filisteus aproximadamente a 1.175 a.C., provenientes da Ilíria (região balcânica, montanhosa, perto do Adriático). Ocuparam o sul e a costa oriental, permanecendo durante vários séculos com o controle do território, o qual ganhou o nome de Filisteia.

De acordo com a história, os israelitas vagaram pelo deserto depois de seu êxodo do Egito, alcançando a parte oriental da terra de Canaã cerca de 1.200 a.C. Nos dois séculos seguintes, eles se infiltraram aos poucos no país e o colonizaram com as doze tribos de Israel, que foram unidas por Saul em 1.030 a.C. Saul fundou assim o primeiro reino israelita na Palestina, que durou até o ano 587 a.C., quando o reino de Judá foi destruído pelos babilônios. Isso representou o fim de qualquer governo israelita na Palestina, situação essa que perdurou até meados do século 20.

Por conseguinte, a ocupação israelita da Palestina foi um episódio que durou apenas 443 anos, nos 10 mil anos de história desse país. Com a queda do reino de Judá, em 587 a.C., a Palestina foi governada na seguinte sequência histórica:

- de 587 a.C. até 538 a.C. – domínio babilônio;
- de 538 a.C. até 332 a.C. – domínio persa;
- de 332 a.C. até 63 a.C. – domínio dos macedônios, após a conquista de Alexandre, o Grande;
- em 63 a.C., Pompeu conquistou Jerusalém para Roma, que guardou o poder até 323 AD, quando os cristãos tomaram o poder;
- os cristãos governaram a Palestina de 323 AD até 637 AD. Nesse período, os persas invadiram novamente a região, assumindo seu controle entre 614 e 628 AD;
- em 637 AD, a Palestina foi conquistada pelos árabes muçulmanos, cujo reino durou até 1072 AD, quando se dá o declínio do reino fatimida;
- de 1072 a 1092 AD, a Palestina foi governada pelos turcos seljuques;
- de 1092 a 1099 AD, voltou ao domínio árabe;
- de 1099 a 1187 AD, ficou sob o domínio dos cruzados;
- de 1187 a 1517 AD, voltou ao domínio árabe;
- de 1517 a 1917 AD, ficou sob o domínio do império otomano. Durante estes quatro séculos, os palestinos tiveram sua cidadania preservada como membros de um país soberano e independente, gozando de direitos políticos e civis plenos, iguais aos dos otomanos; e
- de 1917 a 1948 AD, fica sob mandato britânico.

2. As causas da questão palestina e a Declaração Balfour

No final do século 19, quando da descoberta do petróleo no Oriente Médio, as potências da época – Grã-Bretanha, França e Estados Unidos –, sabendo da importância estratégica do petróleo (energia para movimentar a economia industrial) para a acumulação da riqueza e, conseqüentemente, fortalecer o seu poderio, quiseram dominar aquela região e dispor de suas riquezas.

Essa estratégia geopolítica incluía o canal de Suez, que precisava de uma base territorial vizinha para sua proteção, além de que, para a Grã-Bretanha, era importante garantir o controle da rota da Índia, que era considerada a joia da coroa britânica.

A decadência do império otomano nesse mesmo período despertou o interesse dessas potências ocidentais de se apossarem do espólio desse império em desintegração. Para isso, elaboraram um plano que consistia em dividir o mundo árabe em um grande número de pequenos países não viáveis política nem economicamente, impondo sobre eles ainda limitações nos campos tecnológico-científico e militar. Para que esse plano fosse duradouro, seria preciso implantar no mundo árabe uma força leal a elas (as potências coloniais), e que servisse de guardião dos seus interesses.

O movimento sionista, que se constituiu em 1897, em Basel (Suíça), preconizava a criação de um Estado judeu na Palestina ou na Argentina, para solucionar o problema criado pela emigração dos judeus da Europa Oriental para a Europa Ocidental. Com isso, pretendia evitar sua permanência no Ocidente. (Ler a esse respeito o livro *A concepção materialista da questão judia*, de Abraham Léon).

Os sionistas, tomando conhecimento das intenções das potências coloniais, prontificaram-se a executar o seu plano de colonização. Isto ficou bem explicitado no livro de Theodor Herzl (*O Estado judeu*), quando escreveu: “Para a Europa, constituiremos lá (na Palestina) uma fortaleza contra a Ásia. Seremos a sentinela avançada da civilização contra a barbárie”. Esta mesma frase foi também usada pelo primeiro presidente do movimento sionista, Chaim Weizmann, em sua correspondência com autoridades britânicas. Deste modo, as declarações sucessivas das lideranças sionistas tinham por objetivo convencer as grandes potências de que o que eles chamavam de colonialismo era o mesmo que sionismo. O que deixa claro que a criação do Estado de Israel foi um ato colonial.

Apesar dos compromissos britânicos com os árabes, de garantir a independência e unidade do mundo árabe depois da queda do império otomano (conforme revela a correspondência entre o xeque Hussein, de Meca, e McMahon, em 1915), os ingleses assinaram com os franceses, em 1916, o acordo Sykes-Picot, no qual concordaram com a futura divisão do mundo árabe em zonas de influência inglesa e francesa. Em junho de 1916 os árabes iniciam sua revolta contra o império otomano.

Os esforços dos judeus sionistas de se constituírem em uma parte importante do plano colonial franco-britânico se concretizaram no dia 2 de novembro de 1917, conforme revela a carta escrita por Arthur James Balfour, ministro das Relações Exteriores da Grã-Bretanha endereçada ao lorde Rothschild, na qual o governo de SM se compromete a estabelecer na Palestina um lar nacional para o povo judeu, sem, entretanto, trazer prejuízos civis ou religiosos às comunidades não judias da Palestina. Apesar de ser uma iniciativa juridicamente absurda – pois os judeus não tinham direito de fixar um Estado na Palestina, nem tampouco a Palestina pertencia aos britânicos –, essa proposta foi aprovada pelos parlamentos britânico, francês e norte-americano, e ficou conhecida como a Declaração Balfour, mudando o curso da história da Palestina e do Oriente Médio em sua totalidade. Nessa época, a população judia totalizava 8,3% da população da Palestina e possuía apenas 2,48% do seu território.

3. O mandato britânico de 1922 a 1948

Em 9 de dezembro de 1917, as forças otomanas em Jerusalém se rendem às forças aliadas dirigidas pelo general britânico Allenby, e a Palestina fica sob administração militar britânica. De 29 de janeiro a 10 de fevereiro, se reúne em Jerusalém o primeiro congresso nacional palestino, que envia dois memorandos à Conferência de Versalhes, rejeitando a Declaração Balfour e pedindo o reconhecimento da independência da Palestina.

Em 1922, os britânicos obtêm da Liga das Nações um mandato para governar a Palestina; e Jerusalém se torna a capital do país, sob administração civil britânica.

De 1922 a 1936, ocorreu um grande número de revoltas e protestos pacíficos por parte dos palestinos contra a ocupação britânica e sua política pró-sionista, bem como contra a maciça imigração judia, culminando, em 8 de maio de 1936, com uma greve geral decretada pelos comitês nacionais palestinos. Passados seis meses dessa greve, e não produzindo nenhum efeito prático, os palestinos iniciaram a primeira revolta armada com os seguintes objetivos: combater a imigração judia para a Palestina, impedir a criação de um lar nacional judeu na Palestina e alcançar a independência nacional. Em 1939, o governo britânico emitiu a carta branca na qual anuncia sua intenção de limitar a imigração judia na Palestina a 75 mil pessoas, durante os cinco anos seguintes, e de outorgar à Palestina a sua independência dentro de dez anos. Diante disso, foi suspensa a revolta palestina, embora a população judia a essa altura já tivesse passado dos 8,3% para 33% da população total da Palestina, o que alterava significativamente a composição demográfica da região.

Após a Segunda Guerra Mundial, os judeus sionistas iniciaram uma campanha sistemática de violência e terror contra os britânicos e os palestinos na região, com o propósito de impedir a independência da Palestina. Em 22 de julho de 1946, os grupos terroristas judeus Irgun e Stern explodiram o hotel King David, em Jerusalém, que era a sede do governo britânico, matando 91 de seus oficiais superiores. Os grupos terroristas judeus sionistas sequestraram e enforcaram oficiais britânicos; atacaram e saquearam depósitos militares, dinamitaram casas em quarteirões residenciais árabes com seus habitantes dentro e dinamitaram mercados árabes. Em nível político, os judeus pressionavam a favor da divisão da Palestina em dois Estados: judeu e árabe.

Assediado pela campanha de violência e de terror dos judeus, e submetido a uma forte pressão do presidente norte-americano Harry Truman para escancarar as portas da Palestina à imigração judia e acelerar o processo de divisão desse país, o governo britânico transferiu à ONU, em abril de 1947, a questão do futuro governo da Palestina.

4. A Resolução 181 (II) da Partilha

A Assembleia Geral da ONU foi convocada no dia 28 de abril de 1947 para estudar a matéria e, sob a influência dos Estados, ela aprovou por trinta e três votos a favor, treze contra e 10 abstenções, em 29 de novembro desse mesmo ano, a resolução 181 (II), que dividia a Palestina em dois Estados – um judeu e outro árabe. De acordo com as fronteiras definidas na resolução, o Estado árabe teria uma área de 11.800 quilômetros quadrados, representando apenas 43% do território da Palestina, enquanto o Estado judeu teria uma área de 14.500 quilômetros quadrados, correspondendo a 57% da área da Palestina e seria habitada por 509.780 palestinos, muçulmanos e cristãos, e 499.020 judeus. Jerusalém ficou como um *corpus separatum* que seria sujeito a um regime internacional especial sob administração da ONU. De acordo com dados administrativos do governo palestino, os judeus só possuíam 5,66% da área territorial da Palestina e representavam apenas $\frac{1}{3}$ da população (em grande maioria estrangeira recém-chegada). Assim, a resolução não significou uma partilha, mas uma espoliação feita aos palestinos.

Ficou previsto que os novos Estados e o regime especial para a cidade de Jerusalém começariam a existir dois meses depois da evacuação total da força mandatária (governo britânico). A Grã-Bretanha comunicou à ONU que encerraria o mandato e retiraria suas forças em 15 de maio de 1948.

O papel exercido pelos EUA para influenciar a ONU a votar a partilha é reconhecido pelo Departamento de Estado dos EUA no documento *Report of the Policy Planning Staff*, datado de 19 de janeiro de 1948. (Ver a respeito *What price Israel*, de Alfred M. Lilienthal – Chicago (EUA): Henry Regnery Company, 1953).

5. A Guerra de 1948

A Resolução da Partilha precipitou o país na anarquia e no caos. A cronologia de assassinatos, incêndios criminosos, ataques à bomba e massacres durante o período remanescente do mandato britânico foi uma sequência de horrores. O governo britânico não queria comprometer suas forças para restabelecer a lei e a ordem. A insegurança reinava em todo o país. Os palestinos tentavam impedir a partilha de sua pátria ancestral. Os judeus sionistas procuravam estabelecer um Estado judeu, não sobre as linhas delimitadas pela ONU, mas um Estado que fosse livre de árabes.

Em 8 de abril de 1948, Abd al-Qadar Husseini, uma das principais lideranças palestinas, foi morto em combate defendendo Jerusalém. No dia seguinte, as forças terroristas do Irgun Stern, lideradas por Menachen Begin e Yitzhak Shamir, massacraram 254 palestinos na aldeia de Deir Yassin, no subúrbio ocidental de Jerusalém. O efeito do massacre foi devastador e provocou o êxodo de muitas famílias árabes das áreas de combate. O pânico tomou conta da população civil árabe, que não dispunha de exército para defender-se (visto que era proibida de ter armas pelo poder mandatário) contra o terrorismo sionista bem armado. Em 11 de abril (dois dias depois) todos os bairros palestinos de Jerusalém Ocidental foram ocupados pelo Haganah (exército clandestino sionista) e os palestinos foram expulsos.

Onde o massacre de Deir Yassin não atingiu seus objetivos na expulsão dos palestinos do território que os judeus haviam tomado, ele não hesitou em expulsá-los fisicamente, como aconteceu durante a ocupação de Tiberíades, em 19 de abril; de Haifa em 22 de abril; Jaffa em 28 de abril; e Saffad em 10 de maio de 1948. Nas cidades de Lyddah e Ramleh, 60 mil pessoas, muitas das quais já refugiadas de outras partes, foram expulsas da forma mais brutal e desumana pelos judeus sionistas.

Em 14 de maio de 1948, os judeus sionistas proclamaram o Estado de Israel, na véspera do término do mandato britânico na Palestina, e continuaram seus ataques e massacres contra a população palestina, acelerando o seu êxodo. Quatrocentas e cinquenta de suas aldeias foram totalmente destruídas, e 960 mil palestinos (segundo a ONU) viram-se de repente transformados em refugiados, privados de alimentos, abrigo e pátria. Passados os primeiros momentos de pânico, a população palestina, embora desarmada, conseguiu reorganizar-se e salvar uma parte de seu território nacional da agressão sionista. Assim, quando Israel se estabeleceu de fato sobre 79% da Palestina, os palestinos ficaram com apenas 21% (Cisjordânia, Jerusalém Oriental e a Faixa de Gaza) do seu território nacional histórico.

Diante da situação dos refugiados palestinos, que estavam jogados em acampamentos improvisados nos países vizinhos, como Jordânia, Síria e Líbano, vivendo em condições subumanas, a ONU votou a Resolução 194 (de 11 de dezembro de 1948), que reconhece o direito de os refugiados palestinos retornarem a seus lares ou serem indenizados, quando assim preferirem.

Em 1º de dezembro de 1948, algumas centenas de palestinos se reuniram na cidade de Jericó e votaram a favor da anexação da Cisjordânia à Transjordânia, assim formando o reino hashimita da Jordânia. A Faixa de Gaza ficou sob tutela egípcia.

6. A Guerra do Suez (1956)

A queda da Palestina provocou muitos tumultos no Oriente Médio que marcaram e transformaram o cenário político da região. O assassinato do rei Abdala, da Jordânia, na mesquita Al-Aqsa, em Jerusalém, em 20 de julho de 1951; a criação do movimento nacionalista árabe em Beirute, em 30 de julho de 1951, pelo palestino Georges Habashe; a criação por Yasser Arafat, em início de 1952, da União Geral dos Estudantes Palestinos; a revolução dos oficiais livres do Egito, em 22 de julho de 1952, derrubando a monarquia e instituindo o regime republicano. Em 12 de outubro de 1953, o general Ariel Sharon invadiu a aldeia de Kibya e massacraram os seus habitantes, ato que mereceu a condenação da ONU. Israel começava a falar dos planos para desviar as águas do rio Jordão a seu favor, privando a Jordânia de uma importante parte de seus recursos hídricos. Em 14 de novembro de 1954, Nasser assumiu o poder efetivo no Egito. Em 24 de fevereiro de 1955, a Turquia e o Iraque se uniram à Grã-Bretanha, ao Paquistão e ao Irã, no pacto de Bagdá, pacto esse considerado uma ameaça aos interesses nacionalistas árabes. De 17 a 24 de abril de 1955, aconteceu a conferência afro-asiática de Bandung, na Indonésia, considerada como o nascimento do movimento dos não-alinhados. Nasser, na oportunidade, fez sua entrada na cena internacional. Em 2 de dezembro de 1956, Israel efetuou novas incursões aéreas contra o Egito sobre a zona desmilitarizada de El Auja e, em 12 de dezembro, contra a Síria, perto do lago de Tiberíades. Em 26 de julho de 1956, o presidente Nasser, do Egito, anunciou a nacionalização do canal de Suez. Em 22 de outubro, Grã-Bretanha, França e Israel assinaram um acordo secreto em Sèvres para atacar o Egito. Em 29 de outubro, as tropas israelenses invadiram o Sinai e iniciaram a Guerra do Suez. Em 30 de outubro, conforme o acordo de Sèvres, França e Grã-Bretanha intervieram no conflito e em 1º de novembro ocuparam a região do canal com seus paraquedistas.

Embora a nacionalização do canal de Suez fosse invocada ostensivamente como a razão para a invasão do Egito, as motivações para a Guerra do Suez existiam nas mentes e nos planos dos três invasores muito tempo antes da existência de haver qualquer projeto de nacionalização do canal. Lançando a Guerra do Suez, França e Grã-Bretanha planejavam a eliminação de Nasser por razões políticas, enquanto Israel visava à realização de conquista territorial.

A França queria eliminar Nasser por causa de seu apoio político e material à rebelião argelina contra o governo francês. A Inglaterra queria eliminar Nasser, entre outras razões, por sua oposição aos seus planos políticos no Oriente Médio e, em particular, ao Pacto de Bagdá. Em 6 de novembro, a Assembleia Geral da ONU votou a retirada das forças estrangeiras no território egípcio. Os franceses e os britânicos completaram a sua retirada em 22 de dezembro de 1956, enquanto Israel só se retirou em março de 1957, depois de uma exortação dos EUA, ameaçando-o com sanções internacionais. Vale a pena reler a declaração do presidente Eisenhower, de 20 de fevereiro de 1957, a esse respeito: “Uma nação que ataca e ocupa território estrangeiro diante da oposição das Nações Unidas pode ter permissão de impor condições para sua retirada?”.

“Se concordarmos que um ataque armado pode ser um meio legítimo para o agressor atingir seus objetivos, então receio que teremos invertido o relógio da ordem internacional. Teremos, então, legitimado o uso da força como um meio de resolver as crises internacionais e através disto ganhar vantagens nacionais. Eu mesmo não vejo como isso pode ser conciliado com a Carta das Nações Unidas. A alegação básica de todos os membros das Nações Unidas é a de que eles negociarão suas disputas internacionais por meios pacíficos e não usarão a força contra a integridade territorial de qualquer outro Estado. Se as Nações Unidas admitirem uma vez só que as disputas internacionais sejam negociadas mediante o uso da força, então teremos destruído o próprio fundamento da organização e nossa melhor esperança de constituir uma ordem mundial. Isso seria um desastre para todos nós. Eu sinto que seria infiel aos ditames do alto cargo para o qual fui escolhido se emprestasse a influência americana ao propósito de que uma nação que invade outra pudesse impor condições para sua retirada”.

7. A Guerra dos Seis Dias (1967)

O movimento nacionalista árabe saiu fortalecido da Guerra do Suez e Nasser ficou consagrado como o líder máximo do mundo árabe. Em 8 de abril o Egito reabriu o canal de Suez à navegação internacional. No Líbano, em maio de 1958, explodiram choques entre as milícias fiéis ao presidente Chamoun e os partidários de Nasser. Os conflitos provocaram uma intervenção americana, com o desembarque de 5 mil marines em Beirute, um dia após a eclosão da revolução iraquiana (14 de julho), na qual o rei Façal II e seu primeiro-ministro Nury Said foram mortos.

Em outubro de 1959, Arafat organizou na cidade do Kuwait o primeiro congresso do movimento Al Fatah. Em 1962, chegava ao fim da guerra da Argélia, revigorando o espírito de união do movimento nacionalista árabe. De 28 de maio a 2 de junho de 1964, aconteceu o primeiro conselho nacional palestino em Jerusalém árabe, que decidiu pela criação da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), sob a direção de Ahmed Choukeiri. A carta da OLP foi votada em 12 de junho. Em 18 de dezembro, o movimento Al Fatah criaria a sua ala militar “Al-Assifa” e, na noite de 31 de dezembro, Al Fatah lançaria sua primeira operação militar; e no dia 1º de janeiro de 1965 foi emitido o primeiro comunicado militar pelo Al Fatah.

Durante esse período, os israelenses continuaram com as obras de desvio das águas do rio Jordão e secaram totalmente o lago Huleh. Deste modo, conseguiram reduzir drasticamente a vazão de água que entrava na Jordânia.

Em 1967, Israel sentiu que o momento seria propício para completar a sua guerra de agressão para se apossar do restante do território palestino, especialmente de Cisjordânia, Jerusalém oriental e Faixa de Gaza. Para isso, lançou ataques em massa contra a Síria, após ameaças verbais contra o governo de Damasco. O Egito, devido ao pacto mútuo de defesa com a Síria, prometera ajudar os sírios. A guerra, que ficaria conhecida como a Guerra dos Seis Dias, começou com uma acusação falsa de Israel contra o Egito. Às 3h10m – hora de Nova Iorque –, na madrugada de 5 de junho de 1967, o Representante Permanente de Israel junto à ONU despertou o presidente do Conselho de Segurança (Hans R. Tabor

da Dinamarca) do seu sono para comunicar-lhe que havia recebido informações de que “forças egípcias de terra e ar tinham se dirigido contra Israel e que as forças israelenses estão agora tentando repelir as forças egípcias” (Documento da ONU S/PV 1347, de 5 de junho de 1967, p. 1).

A maioria das emissoras de rádio e jornais divulgou a história fabricada de uma agressão egípcia contra Israel e todo o mundo simpatizou com a suposta vítima. No dia seguinte, Abba Eban, ministro das Relações Exteriores de Israel, não hesitou em repetir essa história fabricada ao Conselho de Segurança.

Na verdade, naquela manhã de 5 de junho de 1967, às 7h45m, hora egípcia, pouco antes de o Representante Permanente de Israel junto à ONU despertar o presidente do Conselho de Segurança (Hans R. Tabor, da Dinamarca) do seu sono para informá-lo da suposta agressão egípcia, onda após onda de bombardeiros israelenses começaram a atacar aeroportos egípcios a intervalos de 10 minutos, destruindo 300 aviões e 19 aeroportos egípcios. Meia hora depois dos ataques aéreos, Israel lançou ofensiva por terra contra as posições egípcias na Faixa de Gaza e na Península do Sinai, alcançando o canal de Suez em poucos dias.

Depois de destruir a força aérea egípcia, Israel atacou aeroportos sírios e jordanianos antes do meio-dia do mesmo 5 de junho e destruiu dezenas de aeronaves no solo. Ao fim de seis dias, Israel havia ocupado toda a Península do Sinai, a Cidade Velha de Jerusalém, a Cisjordânia, a Faixa de Gaza e as colinas sírias de Golã.

8. A participação secreta dos EUA na Guerra dos Seis Dias

Um dos segredos mais bem guardados da guerra foi a participação secreta do governo dos EUA. Esse segredo foi revelado por Stephen Green no livro *Taking Sides: America's Secret Relations with a Militant Israel* (William Morrow, Nova Iorque, 1984). Essa participação se deu pelo fornecimento de apoio tático através de voos de reconhecimento realizados em 3 de junho de 1967 por aeronaves trazidas de bases dos EUA na Alemanha e no Reino Unido para uma base da OTAN na Espanha. A data é significativa porque mostra que os EUA estavam a par dos planos de Israel. Os pilotos americanos foram instruídos na chegada à base espanhola para prosseguir para o deserto de Negev e dar apoio tático às IDFs (Forças de Defesa Israelenses) por meio da filmagem de alguns objetivos numa guerra que Israel planejava lançar em 5 de junho contra os árabes. Disfarçados de empregados israelenses civis e suas aeronaves pintadas com símbolos israelenses e a estrela de Davi, os pilotos americanos filmaram os movimentos dos exércitos árabes à noite. Os filmes foram depois entregues às IDFs, que fizeram um uso devastador das informações. A colaboração americana “ultrassecreta” durou até o dia mesmo da guerra. Terminado seu trabalho, os americanos regressaram a suas bases depois de serem comunicados de que “nunca, sob quaisquer circunstâncias, deveriam revelar aquilo que tinham feito”.

9. A Resolução 242 do Conselho de Segurança da ONU

Somente em 22 de novembro de 1967 é que o Conselho de Segurança da ONU conseguiu aprovar uma resolução que se propunha a formular os termos para uma paz justa e duradoura no Oriente Médio, baseada no respeito aos princípios da Carta da ONU e na admissibilidade da aquisição de território pela guerra. A Resolução 242 determinava o seguinte:

- (i) A retirada das forças armadas israelenses dos territórios ocupados no recente conflito.
- (ii) Fim de todas as alegações e declarações de beligerância, respeito por, e reconhecimento, soberania, integridade territorial e independência política de cada um dos Estados na área e seu direito a viver em paz com segurança e com fronteiras reconhecidas livres de ameaças ou atos de força.

A Resolução ainda ressalta a necessidade de:

- (i) Garantia de liberdade de navegação através das águas internacionais da área.
- (ii) Obtenção de um acordo justo para o problema dos refugiados.

(iii) Garantia de inviolabilidade territorial e independência política de cada um dos Estados da área, mediante medidas que incluam o estabelecimento de zonas desmilitarizadas.

O Egito e a Jordânia concordaram em implementar a Resolução 242, ao passo que a Síria rejeitou-a. Apesar de a Resolução estar basicamente a favor de Israel, ratificando suas conquistas de 1948 e 1949, Israel se recusou a implementar suas cláusulas porque queria reter alguns dos territórios recém-conquistados. Até os dias de hoje, Israel ocupa as colinas sírias de Golã, a Cisjordânia e a Faixa de Gaza. A OLP, por sua vez, rejeitou a Resolução 242 devido ao fato de considerá-la uma fórmula destinada a liquidar a questão palestina, legitimar a expansão territorial ilegal de Israel além das fronteiras determinadas pela Resolução da Partilha, e considerar os palestinos apenas como “um problema de refugiados”.

10. O nacionalismo palestino e a luta de libertação

O fracasso dos Estados árabes em defender a Palestina em 1948 e o insucesso da ONU de corrigir as injustiças cometidas contra o povo palestino – somadas à agressão de Israel em 1967, quando ocupou o restante da Palestina – convenceu os palestinos de que eles deviam tomar o seu destino em suas próprias mãos e libertarem eles próprios o seu país. A OLP, Organização para a Libertação da Palestina, que havia sido criada em 1964, era o veículo natural para a implementação desse projeto nacionalista palestino.

O único meio à disposição da OLP para a libertação da Palestina era a atividade de guerrilha. Quando um povo é arrancado de sua pátria ancestral, despojado de seus lares, terras e de todos os seus bens, sendo-lhe negado o direito humano de retorno a seu país e privado de todos os direitos políticos e civis, será uma surpresa que lute para recuperar seus lares e a terra de seus ancestrais?

O direito internacional e a consciência de humanidade reconhecem o direito dos palestinos de lutar pela recuperação de sua pátria. Em sua Resolução 2787 de 6 de dezembro de 1971 e nas resoluções subsequentes, a Assembleia Geral da ONU confirmou: A legitimidade da luta dos palestinos (entre outros povos) pela autodeterminação e libertação da dominação e sujeição colonial estrangeira por todos os meios disponíveis é coerente com a Carta da ONU.

Em 21 de março de 1968, aconteceu o primeiro confronto direto entre as forças palestinas e o exército de Israel na aldeia de Karaneh, e que resultou numa vitória palestina. Essa vitória foi a consagração da revolução palestina e o seu reconhecimento progressivo pelo mundo árabe e pela comunidade internacional. Em 15 de abril de 1968, Yasser Arafat, líder da Al Fatah, saía da clandestinidade e durante o 5º Conselho Nacional Palestino, realizado de 1º a 4 de fevereiro de 1969, assumiu a presidência da OLP.

Enquanto os palestinos conduziam uma guerra de guerrilha contra Israel, o governo israelense respondia com guerra total contra o nacionalismo palestino, e tinha três objetivos:

(i) Tomar e anexar o território de toda a Palestina de modo a privar os palestinos de qualquer base territorial para a criação de um Estado próprio.

(ii) Aniquilar a ação da guerrilha palestina e aniquilar a OLP que, desde a sua criação, tornou-se a corporificação do nacionalismo palestino.

(iii) Esmagar a oposição política e aterrorizar os palestinos sob o seu domínio a fim de forçá-los à submissão, ou provocar seu êxodo de sua pátria.

Além da ação militar – bombardeios, repressão, massacres e assassinatos de líderes e militantes palestinos –, Israel recorre a uma arma psicológica implacável na sua guerra contra o nacionalismo palestino: uma campanha de difamação, representando-o como uma forma de terrorismo internacional e tratando a OLP como um bando de assassinos. Desse modo, Israel espera que o mundo esqueça suas próprias ações terroristas que causaram um número de vítimas palestinas bem superior às baixas israelenses pelas ações da guerrilha palestina.

A OLP atuava em três frentes: (i) consolidando o movimento de resistência à ocupação militar israelense, e em agosto de 1973 criou para a coordenação dessas atividades a Frente Nacional

Palestina nos Territórios Ocupados; (ii) a consolidação das atividades de guerrilha contra Israel a partir dos territórios jordaniano e libanês; (iii) sua consolidação política como único e legítimo representante do povo palestino. O reconhecimento dessa representatividade por parte dos países árabes foi ratificado na reunião de cúpula de Rabat em 1974, e pela comunidade internacional em 13 de novembro de 1974, por ocasião do discurso de Arafat na ONU, quando a OLP obteve o *status* de observador nessa instituição.

11. A guerra de 1973

Em 6 de outubro de 1973, o Egito e a Síria atacaram as forças israelenses com o objetivo de recuperar os seus territórios (a Península do Sinai e as colinas de Golã) ocupados por Israel na guerra de 1967. As forças egípcias atravessaram o canal de Suez e ocuparam a parte leste do canal de Suez e penetraram alguns quilômetros na Península do Sinai. Ao mesmo tempo, as forças sírias penetraram alguns quilômetros nas colinas de Golã. Os EUA, desta vez, tiveram de intervir abertamente (e não secretamente, como em 1967) no conflito a favor do seu protegido, fornecendo-lhe armas e assistência militar. O Conselho de Segurança aprovou em 22 de outubro de 1973 a Resolução 338, que ordenava um cessar-fogo efetivo nesse dia e exortava as partes a implementarem a Resolução 242 do Conselho de Segurança, de 1967, e sob mediação apropriada, iniciar negociações visando a uma paz justa e duradoura no Oriente Médio.

As hostilidades terminaram em 25 de outubro de 1973, mas o boicote do petróleo árabe iniciado no dia 17 de outubro, como retaliação à posição americana no conflito, continuou.

A guerra de outubro de 1973 foi uma linha de demarcação no pensamento estratégico regional. O movimento nacional palestino tornou-se consciente da improbabilidade de uma solução militar e foi gradualmente se convertendo em uma opção diplomática. Pode-se situar a emergência da diplomacia de paz palestina e a promoção da solução “dois Estados” no 12º Conselho Nacional Palestino que se reuniu de 1º a 9 de junho de 1974, quando foi aprovada a opção favorável à criação de um Estado palestino sobre partes da Palestina histórica.

Henry Kissinger, insatisfeito com as realidades emergentes no Oriente Médio, usou todo o seu gênio com o fim de desmontar a aliança militar entre o Egito e a Síria e a aliança econômica entre os Estados da linha de frente – Egito, Síria e Jordânia – e os países produtores de petróleo. Ao mesmo tempo, ele tentou marginalizar a dimensão palestina, considerada por todos os observadores da cena política internacional como o cerne da questão do Oriente Médio. Dr. Nahum Goldmann, um proeminente sionista esclarecido que estava convencido da necessidade de um Estado palestino para qualquer solução durável no Oriente Médio, comentava criticamente: “Parece-me que a diplomacia no Oriente Médio é a arte de retardar o inevitável o mais tempo possível”.

Os EUA iniciaram em junho de 1974 a chamada “política de pequenos passos”, sob a direção de Henry Kissinger, visando a aproximar Egito e Israel, o que foi concretizado numa reunião em Camp David, em 17 de setembro de 1978, culminando com a assinatura de um tratado de paz entre Israel e Egito em 26 de março de 1979.

11. A guerra de 1982 e o Massacre de Sabra e Shatila

A guerra de 1982 começou com bombardeios aéreos maciços sobre Beirute e o sul do Líbano, de 4 para 5 de junho. Esses ataques foram seguidos por uma invasão por terra em 6 de junho. Nesse mesmo dia o Conselho de Segurança emitiu a Resolução 509, a qual ordenava que Israel retirasse suas forças militares “imediate e incondicionalmente” das fronteiras internacionalmente reconhecidas do Líbano. Israel declarou que não o faria e as IDFs (Forças Israelenses de Defesa) continuaram a avançar rumo a Beirute destruindo cidades, aldeias e campos de refugiados palestinos. A invasão assumiu a forma de um ataque em quatro frentes que tinha como alvos Beirute, a estrada Beirute-Damasco e as posições sírias no vale do Bekaa e ao longo do monte Hermon. Calcula-se que Israel desembarcou uma força de 120 mil homens, 1.600 tanques, 1.600 veículos blindados, 600 canhões e 670 modernos aviões de combate contra os combatentes da OLP que foram superados em número à razão de 6 ou 7 a 1 e que não possuíam um único avião, nenhum tanque moderno e nenhuma arma pesada. As forças sírias somavam aproximadamente 30 mil homens.

Além da destruição da OLP como uma força militar e política, e o esmagamento do nacionalismo palestino, Israel procurava também atingir os seguintes objetivos:

(i) Eliminar a influência da OLP na Cisjordânia e na Faixa de Gaza na esperança de que, privados do apoio da OLP, os palestinos dos territórios ocupados deixariam de fazer oposição ao domínio israelense e facilitariam a anexação por parte de Israel da Cisjordânia e da Faixa de Gaza.

(ii) Expulsar a OLP, suas forças armadas e os refugiados palestinos do Líbano.

(iii) Criar no Líbano um governo libanês amigável com o qual Israel pudesse firmar um tratado de paz similar ao que assinara com o Egito.

A invasão do território libanês, um Estado independente e soberano, foi uma flagrante violação da Carta da ONU e da lei internacional. Independentemente do fato de que a OLP tivesse ou não seus escritórios em Beirute, Israel não tinha o direito nem justificativa para invadir o território do Líbano, violar a soberania libanesa e bombardear Beirute.

O papel e a responsabilidade dos EUA nessa invasão israelense do Líbano merecem duas observações importantes: (i) Ariel Sharon, ministro israelense da Defesa à época e o arquiteto da referida invasão, visitou Washington de 22 a 26 de maio de 1982, e tudo indica que Alexander Haig, secretário de Estado dos EUA, depois de ter tomado conhecimento dos planos israelenses, deu o sinal verde; (ii) O fornecimento e o consentimento por parte dos EUA para que Israel usasse aviões e armamentos proibidos (bombas de fósforo, de fragmentação, de sucção entre outras) durante o sítio à OLP em Beirute. Citamos, sobre esse assunto, a declaração de George W. Ball, subsecretário de Estado dos EUA, quando prestava testemunho ante o Comitê de Relações Exteriores do Senado dos EUA, em julho de 1982:

“Nossa vantagem mais valiosa é a nossa posição como uma nação e um povo comprometido com a justiça e a humanidade, e nos diminuimos quando permitimos que nossas armas (incluindo bombas de fragmentação) sejam usadas na aventura sanguinária de Israel, sem mesmo um sussurro de protesto. Deixamos que parecêssemos como um apêndice para a invasão brutal israelense – ou, no mínimo, como uma nação extremamente fraca e indecisa para refrear nosso ‘estado cliente’, cuja força militar deriva em grande parte da nossa doação de armas letais e cuja vida econômica depende da transfusão constante de sangue de nossa ajuda econômica”.

O emissário especial dos EUA, Philip Habib, negociou os termos do cessar-fogo e a retirada das forças da OLP do Líbano, dando garantias sobre a segurança física das famílias desses combatentes e dos outros palestinos que permaneceriam nos campos de refugiados no Líbano. A retirada da OLP ocorreu entre 10 e 13 de setembro de 1982. Em 15 e 16 de setembro, o exército israelense ocuparia a parte ocidental de Beirute e entre os dias 16 e 18 promovia o massacre de 3 mil refugiados palestinos não armados nos acampamentos de Sabra e Shatila.

O horror desse massacre foi descrito pelos jornalistas americanos Ralph Shoenman e Mya Shone, ante a Comissão Internacional de Inquérito, da seguinte forma: Entramos em Sabra e Shatila no sábado (18 de setembro), o dia final da matança, um pouco antes do meio-dia (...). Quando entramos, vimos corpos em toda parte (...). Fotografamos vítimas que tinham sido mutiladas com machados e facas. Só poucas pessoas que fotografamos tinham sido metralhadas. Outras tiveram suas cabeças esmagadas, seus olhos arrancados, suas gargantas cortadas, a pele arrancada de seus corpos, membros dilacerados, e até evisceradas.

A Comissão Internacional de Inquérito que investigou o massacre de Sabra e Shatila concluiu que as autoridades de Israel, mais especificamente o atual primeiro-ministro e, à época, ministro da Defesa Ariel Sharon e o então chefe das Forças Armadas, general Raphael Eitan, foram os responsáveis pelo massacre.

12. A Intifada e o Processo de Paz

A OLP transferiu seus escritórios para a Tunísia e apesar de várias tentativas para enfraquecê-la politicamente e provocar seu fracionamento, ela continuou a coordenar a resistência contra Israel nos

territórios ocupados e um amplo trabalho diplomático em diversas partes do mundo, organizando e mobilizando as comunidades palestinas no exílio em associações, federações e confederações.

Em 9 de dezembro de 1987 eclodia a primeira Intifada (levante) na Faixa de Gaza e na Cisjordânia, quando jovens palestinos enfrentaram com pedras o poderio militar israelense com seus tanques, veículos armados e sua aviação sofisticada. Essa Intifada representava o sentimento de profunda revolta dos palestinos contra a ocupação militar israelense da sua terra e tudo o que isso significava em termos de espoliação dos seus direitos civis e políticos e exigindo a imediata retirada das forças de ocupação e imediata decretação de um Estado palestino.

A opinião pública mundial foi fortemente sacudida pela Intifada, que reabriu os olhos do mundo para os sofrimentos do povo palestino e as injustiças que lhe foram infligidas. A partir daí, iniciou-se uma intensa atividade diplomática nos foros internacionais na busca de uma solução pacífica para a questão palestina. Em 13 de setembro de 1988, Yasser Arafat foi formalmente recebido no Parlamento Europeu. Em 15 de novembro, realizou-se o 19º Congresso Nacional Palestino na Argélia, no qual foi proclamado o Estado palestino com Jerusalém como sua capital, e reconhecidas também todas as resoluções da ONU pertinentes à questão palestina. Em 14 de dezembro, a ONU transferia a sua sede de Nova Iorque para Genebra para que a sua Assembleia Geral pudesse ouvir o líder palestino. No dia seguinte, numa coletiva de imprensa, Arafat declarava oficialmente que a OLP renunciaria ao uso do terrorismo. No dia 16, Washington anunciou a abertura de um “diálogo substancial” com a OLP.

Em 2 de agosto de 1990, as forças iraquianas ocupariam o Kuwait, dando assim início à crise do Golfo, que culminou com o desencadeamento da guerra do Golfo, em 16 de janeiro de 1991. Durante todo esse período, a OLP não poupou esforços para tentar encontrar uma solução pacífica e negociada para essa crise, para evitar uma intervenção militar estrangeira no mundo árabe. Os EUA consideraram essa atitude da OLP como um alinhamento com a posição do Iraque e, em consequência, quiseram tratar os palestinos como vencidos nessa guerra, apesar de não ter havido nenhuma participação palestina no conflito. O secretário de Estado James Baker, depois do fim da guerra do Golfo, iniciou uma série de visitas ao Oriente Médio, com o propósito de preparar uma conferência que desenharia um novo mapa político do Oriente Médio, da qual tentou excluir a OLP e, conseqüentemente, os palestinos. A continuação da Intifada nos territórios ocupados, combinada com uma união das forças políticas nacionais palestinas em torno da OLP, obrigou os EUA a convidá-la dentro da delegação jordaniana.

A conferência de Madri iniciou-se em 30 de outubro de 1991, e nela a delegação palestina teve um grande êxito na defesa da sua causa e ganhou muita simpatia da opinião pública mundial. No plano político, a delegação palestina conseguiu colocar a solução da questão palestina como sendo o ponto fundamental para a pacificação e estabilização do Oriente Médio.

No inverno de 1992-93, discussões secretas entre israelenses e palestinos começaram em Oslo, na Noruega, em 9 de setembro de 1993 a OLP e Israel trocaram cartas de reconhecimento mútuo e em 13 de setembro de 1993, os acordos de Oslo foram oficialmente assinados em Washington entre Arafat e Yitzhak Rabin, então primeiro-ministro de Israel.

Em 1º de julho de 1994, Arafat entrava triunfalmente nos primeiros territórios palestinos sob administração palestina. Yitzhak Rabin foi assassinado por um israelense de extrema-direita em 4 de novembro de 1995. Atendendo ao pedido do presidente Clinton, Arafat convocaria o Conselho Nacional Palestino em 24 de abril de 1996, em Gaza, para retirar da Carta nacional palestina todos os artigos que negam a existência do Estado de Israel. Em 29 de maio, a direita israelense venceu as eleições e Benjamin Netanyahu foi eleito primeiro-ministro e o diálogo entre Israel e a autoridade palestina foi temporariamente interrompido e o processo de paz permaneceria em crise durante todo o mandato de Netanyahu.

Em 17 de maio de 1999, o trabalhista Yehud Barak ganhava as eleições e se tornaria primeiro-ministro, criando uma melhor perspectiva para o processo de paz. Mas contrariamente a isso, no decorrer do seu mandato ele acelerou a construção de colônias habitacionais e não executou nenhuma das retiradas dos territórios palestinos, previamente negociadas.

13. Impasse no Processo de Paz

Nos acordos de Oslo de 1993, foi determinado que o prazo máximo para terminar as fases interinas e do *status* final seria de cinco anos, isto é, até maio de 1999. Devido ao não cumprimento de todos os acordos assinados por parte de Israel, os prazos não foram respeitados e estipularam-se novos prazos que deveriam terminar em 13 de setembro de 2000.

O presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, patrocinador do processo de paz, chamou as duas partes para uma reunião de cúpula em Camp David, no período de 11 a 24 de julho de 2000. As negociações avançaram, mas não se chegaria a um acordo concreto. Os pontos básicos de divergência foram:

(i) A questão dos refugiados: Israel se negou a reconhecer a sua responsabilidade moral e legal sobre a questão dos refugiados palestinos e se negou a aplicar a Resolução 194 (1948) da ONU que estipula o direito dos refugiados palestinos de retornarem a seus lares. Dos 4,5 milhões de refugiados palestinos, Israel se dispôs a receber, durante um período de vários anos e a título humanitário, só alguns milhares (menos de 10 mil).

(ii) Jerusalém: Israel reivindicou a soberania completa sobre Jerusalém. Inclusive sobre os lugares santos, contrariando assim todas as resoluções do consenso internacional que considera Jerusalém parte integrante e inseparável dos territórios ocupados palestinos, dos quais trata a Resolução 242. Essa posição consiste na primeira tentativa por parte do governo de Israel de reivindicar a soberania sobre os lugares santos em Jerusalém.

(iii) Colônias habitacionais: durante todo o período de ocupação, Israel construiu colônias habitacionais dentro dos territórios palestinos, contrariando desta maneira todas as resoluções internacionais, especialmente a 4ª Convenção de Genebra. Em Camp David, as autoridades israelenses reivindicaram a anexação destas colônias a Israel, o que resultaria na transformação dos territórios palestinos em ilhas isoladas, sem continuidade territorial.

(iv) Segurança e recursos hídricos: Israel construiu colônias habitacionais na Cisjordânia e na Faixa de Gaza em cima de lençóis freáticos e, dessa maneira, passou a controlar 100% dos recursos hídricos palestinos. Israel desviou para seu território 84% desses recursos e repassou para os palestinos os 16% restantes. Israel pretende manter essa situação, alegando questões de segurança e quer, assim, manter uma presença militar na fronteira entre a Palestina e a Jordânia de tal maneira que o território palestino permaneça cercado por todos os lados pelas forças militares israelenses.

Obviamente, essas reivindicações não foram aceitas pela autoridade nacional palestina.

O primeiro-ministro Barak quis criar um litígio a respeito da Esplanada das Mesquitas, ocupada desde junho de 1967 e sobre a qual Israel nunca teve uma presença militar. Por esta razão, ele assegurou a Ariel Sharon, presidente do partido de direita Likud, uma proteção de três mil soldados quando da visita deste na quinta-feira, 28 de setembro de 2000, à Esplanada das Mesquitas, e ao mesmo tempo proibiu o acesso aos fiéis muçulmanos. Com isso, Barak quis dizer que Israel pode decidir pela força militar quem terá ou não acesso ao santuário. A população palestina entendeu isso como uma provocação e um desafio aos quais ela reagiu se rebelando em defesa de seus lugares santos. Ao mesmo tempo, manifestou a sua ira pelos 33 anos de ocupação e repressão, clamando por seu Estado independente e seus direitos humanos mais elementares, especificamente o de exercer a soberania sobre o território que a Resolução 242 lhes garante e que, na verdade, representa apenas 21% da sua terra natal. Assim, iniciou-se a segunda Intifada.

Barak respondeu às manifestações dos civis palestinos desarmados com ataques militares desproporcionais, utilizando tanques, aviões e navios lança-mísseis, cercado e isolando todas as cidades e centros urbanos palestinos, utilizando munição viva e especificamente balas explosivas, o que causou um número grande de mortos e feridos.

Barak renunciou em 9 de dezembro de 2000 e em 6 de fevereiro de 2001 o general Ariel Sharon foi eleito triunfalmente primeiro-ministro de Israel, com a promessa de levar segurança para Israel e esmagar a revolta palestina. A chegada de Sharon ao poder só fez aumentar o grau e a frequência da

violência, e desta maneira elevando a tensão política em todo o Oriente Médio, colocando a região à beira de uma guerra.

A comunidade internacional deve repudiar a violência reinante na Palestina e intervir para que a paz seja alcançada, baseando-se na justiça e legitimidade internacional; deve lutar contra a lógica homicida praticada por Israel, que quer a geografia palestina sem a sua demografia; e recusar o crescimento mortal da etnização do conflito e sua transformação em guerra de religiões.

* Secretário-geral da Confederação Palestina para a América Latina e o Caribe (COPLAC) e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Perguntas e respostas sobre a Palestina

Por que comemoramos o dia 29 de novembro de 1947?

Porque nessa data as Nações Unidas aprovaram a divisão da Palestina em dois Estados: um judeu, que é o Estado de Israel criado em 1948, e outro árabe-palestino, que até a presente data não foi constituído formalmente. Em 29 de novembro de 1947, as grandes potências da época decidiram resolver um problema exclusivamente europeu, originado na Europa sem nenhuma relação com o Oriente Médio à custa do povo palestino.

Dessa forma, a ONU – que à época não era ainda uma organização universal, pois a maioria dos países do terceiro mundo ainda vivia como colônias dessas mesmas potências – tomou essa decisão sem consultar os maiores interessados: os palestinos que têm direito de decidir sobre seu futuro e sua autodeterminação.

Qual o significado de ser comemorado esse dia?

Em 1978, a própria ONU reconheceu o grande erro que cometeu em 1947 e proclamou o dia 29 de novembro como Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino, que é hoje comemorado no mundo inteiro e no Brasil, tanto em plano federal como na maioria dos estados brasileiros, e também uma data que faz parte dos calendários oficiais a serem observados.

Hoje mais do que nunca o povo palestino necessita de uma solidariedade efetiva para que possa ter seu direito à autodeterminação, à criação de seu Estado nacional e à garantia do retorno de todos os seus quase cinco milhões de exilados.

O significado da comemoração não é somente uma reparação dos erros históricos cometidos contra os palestinos, mas tem o objetivo de denunciar a opressão do exército de Israel que massacra esse povo. Tem também o objetivo de reafirmar os direitos humanos e nacionais desse povo e exigir respeito e cumprimento do direito internacional e humanitário ao povo palestino.

Que está ocorrendo atualmente na Palestina?

Depois de vários anos de “processos de paz”, o povo palestino continua sofrendo com a ocupação militar por parte de Israel, que se apropria de seus recursos naturais, em especial as terras e a água, e nega seus mais básicos direitos humanos, sociais, econômicos e políticos.

Desde setembro do ano 2000, os palestinos têm se sublevado com a 2ª Intifada, contra a ocupação de Israel ante a completa falta de vontade dos dirigentes políticos e militares desse Estado para pôr fim pacificamente à ocupação, que tem feito fracassar completamente o processo de paz.

Por que fracassou o processo de paz?

Para os palestinos, o processo de paz deveria significar o fim da ocupação israelense e de sua política de anexação das terras e negação de seu Estado nacional.

Para Israel, o processo de paz significaria a submissão dos palestinos aos seus ditames e vontades políticas, que pretende continuar a ocupação por tempo indeterminado, usando de todos os meios, inclusive os mais velados e sutis contra o povo palestino.

Enquanto falavam em paz, os israelenses seguiram expropriando terras palestinas e assentando nelas novos colonos procedentes de várias partes do mundo, ao mesmo tempo em que negavam o direito ao retorno dos palestinos que foram expulsos de suas terras e que vivem em campos de refugiados na diáspora, em especial em países que fazem fronteiras com Israel.

A intransigência de Israel nas negociações com os palestinos seria impensável se não houvesse o apoio político, econômico e militar dos Estados Unidos da América, que tem se mostrado um mediador parcial em todo o processo de paz.

Que querem ganhar os palestinos com a sua sublevação?

Os palestinos querem acabar com pelo menos 44 anos de ocupação militar israelense (desde 4 de junho de 1967, por ocasião da Guerra dos Seis Dias).

A ocupação militar israelense significa a violência e é responsável pelo ciclo de violência que ocorre na Palestina para justificar a prolongada ocupação das terras palestinas.

Os palestinos têm direito de resistir de todas as formas e meios contra a ocupação militar israelense, e sabem que essa resistência é seu último recurso antes de acabar a submissão ou expulsão, que é o grande objetivo dos ocupantes israelenses.

A 2ª Intifada é uma expressão legítima e natural de todo um povo que vem sendo submetido à escravidão. A Intifada é uma ruptura do caminho para a paz. Sem isso, nunca haverá a paz na região.

Como responde o governo de Israel às reivindicações dos palestinos?

O governo de Israel responde como todo usurpador que, quando posto a descoberto pelas suas vítimas, tenta eliminá-las mediante o uso da violência extrema.

Israel aplica o terrorismo de Estado contra os palestinos mediante as matanças generalizadas e indiscriminadas, assassinando civis palestinos de forma seletiva e eliminando as lideranças políticas do povo palestino.

Israel vem se aproveitando dos trágicos acontecimentos de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos para pescar em mares revoltos, confundindo a opinião pública internacional e incrementando a repressão desde aquela época, aumentando ainda mais o número de vítimas palestinas.

Israel remete todo o problema a uma questão de segurança, ao mesmo tempo em que emprega seus caças F-16 e helicópteros apaches de fabricação norte-americana e usa um dos maiores exércitos do planeta para reprimir a população civil palestina, cujo único pecado tem sido o de resistir a ser expropriada e expulsa de suas terras.

Que solução tem o conflito palestino-israelense?

Esse conflito não é um assunto de segurança como quer Israel, mas uma questão de justiça.

O Estado de Israel foi reconhecido pela ONU em 1947 e proclamado unilateralmente em maio de 1948, mas isso só ocorreu com a condição de aceitar que o povo palestino tenha também o seu próprio Estado, como determina a Resolução 181 de 29 de novembro de 1947. Desde essa época Israel não só tem ignorado completamente todos os direitos dos palestinos, como também ocupou à força as terras desse povo.

A solução para o conflito palestino-israelense passa pelo fim da ocupação israelense e pela independência da Palestina e pela proclamação de seu Estado nacional, que será inclusive decidido pela ONU agora em sua Assembleia Geral que se inicia em 3 de setembro.

Quais medidas deveriam ser adotadas para uma solução pacífica e justa para a causa palestina?

- Envio imediato de forças internacionais para proteger a população palestina nos territórios ocupados.
- Fim do círculo de violência com o levantamento do estado de sítio nos territórios palestinos que negam o acesso aos bens primários pela população palestina – como alimentos, água, medicamentos – e aos serviços básicos – como trabalho, educação e assistência médica.
- Fim a todos os castigos individuais e coletivos que Israel aplica à população palestina, como os assassinatos seletivos, matanças coletivas, demolição de casas, encarceramentos, exploração da terra e da água.
- Fim imediato da ocupação militar de Israel em Gaza, na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental, mediante o cumprimento das Resoluções 242 e 338 das Nações Unidas.

- Materialização dos direitos do povo palestino à sua autodeterminação com a criação de seu Estado nacional, independente, e direito ao retorno dos refugiados às suas terras.

Escritório Central Palestino de Estatísticas
Boletim Estatístico Especial no 64º Aniversário da Nakba Palestina
Ramallah – Cisjordânia – Maio de 2012¹

A Nakba: A limpeza étnica e o deslocamento da população

Nakba em termos literários significa uma catástrofe natural como um terremoto, vulcão, ou furacão. No entanto, a Nakba na Palestina descreve um processo de limpeza étnica em que uma nação desarmada vem sendo destruída e sua população deslocada para ser substituída sistematicamente por outra nação. Ao contrário de uma catástrofe natural, a Nakba palestina foi o resultado de um plano militar feito com a concordância de outros países, levando a uma grande tragédia para o povo palestino.

A subsequente ocupação do restante da terra da Palestina em 1967 resultou numa tragédia adicional. Em 1948, 1,4 milhão de palestinos vivia em 1.300 cidades e aldeias palestinas. Mais de 800 mil pessoas da população foram expulsas de sua terra natal para a Cisjordânia e a Faixa de Gaza, para os países árabes vizinhos, e em outros países do mundo.

Milhares de palestinos foram desalojados de suas casas, mas permaneceram dentro do território israelense controlado desde 1948. De acordo com provas documentais, os israelenses controlavam 774 cidades e aldeias e destruíram 531 cidades e aldeias palestinas durante a Nakba. As atrocidades das forças israelenses também incluíram mais de 70 massacres, nos quais elasmatarem 15 mil palestinos.

A realidade demográfica: população palestina aumentou oito vezes desde a Nakba

A população palestina era de 1,37 milhões em 1948, mas até o final de 2011, sua população mundial estimada chegou a 11,2 milhões. Isto indica que o número de palestinos em todo o mundo multiplicou oito vezes nos 64 anos desde a Nakba.

Segundo as estatísticas, o número total de palestinos que vivem na Palestina histórica (entre o rio Jordão e o Mediterrâneo) até o final de 2011 era de 5,6 milhões e essa cifra deverá subir para 7,2 milhões até o final de 2020 com base nas taxas atuais de crescimento.

Os dados estatísticos também mostram que os refugiados constituem 44,1% do total da população palestina em território palestino. Segundo dados da UNRWA do final de 2011, havia 5,1 milhões de refugiados palestinos registrados, constituindo 45,6% do total da população palestina em todo o mundo. Desse total, 59,1% vivem na Jordânia, Síria e Líbano, 17,1% na Cisjordânia e 23,8% na Faixa de Gaza.

Em torno de 29% dos palestinos refugiados registrados vivem em 58 campos de refugiados, dos quais 10 na Jordânia, nove na Síria, 12 no Líbano, 19 na Cisjordânia e oito na Faixa de Gaza. Estas estimativas representam o número de refugiados palestinos, dado o registro da presença de não refugiados. Essas estimativas também não incluem os palestinos que foram deslocados entre 1949 e a guerra de 1967, de acordo com a definição da UNRWA, e não incluem os não refugiados que deixaram ou foram forçados a sair como resultado da guerra em 1967.

O número de palestinos que permaneceram em sua terra natal no território de 1948 após a Nakba foi estimado em 154 mil pessoas, que agora chegou a 1,37 milhões no 64º aniversário da Nakba. Nos territórios de 1948, a proporção entre os sexos é de 102,2 homens para 100 mulheres, enquanto 37,5% da população estão abaixo de 15 anos de idade e 3,9% têm 65 anos ou mais, com base nas estatísticas disponíveis relativas aos palestinos que viviam em Israel em 2010. Isto ilustra como jovem a composição de palestinos no território de 1948, como é na sociedade palestina como um todo.

O número de palestinos em território palestino foi estimado em 4,2 milhões no final de 2011, sendo 2,6 milhões na Cisjordânia e 1,6 milhões na Faixa de Gaza. E na cidade de Jerusalém no final de 2011 havia 393 mil palestinos, dos quais 62,1% vivem nas áreas de Jerusalém anexadas pela força por Israel em 1967 (J1). A taxa de fertilidade no território palestino é elevada quando comparada à de

¹ Agradecemos a revisão da presente tradução à Rosângela Falzoni, do GT Árabe.

outros países. A taxa de fertilidade total em 2010 era de 4,1 nascimentos (3,8 na Cisjordânia e 4,9 na Faixa de Gaza).

Densidade Demográfica: Faixa de Gaza, o lugar mais densamente povoado do mundo

A densidade populacional no território palestino no final de 2011 era de 703 pessoas por km²: 462 indivíduos/km² na Cisjordânia e 4.429 indivíduos/km² na Faixa de Gaza. E em Israel, a densidade populacional de árabes e judeus em 2011 era de 362 indivíduos por km².

Assentamentos: A maioria dos colonos em Jerusalém como parte da campanha israelense de judaização

Havia 474 assentamentos israelenses e bases militares na Cisjordânia no final de 2011 e o número de colonos judeus chegava a 518.974, no final de 2010. A maioria dos assentamentos estão localizados na região de Jerusalém. Segundo os dados, 262.493 (50,6%) dos colonos vivem na região de Jerusalém, dos quais 196.178 em Jerusalém (J1). A proporção de palestinos para colonos na Cisjordânia é de 20 por 100, em comparação à de 68 por 100 na região de Jerusalém.

A Expansão e a Anexação do muro engole 13% da área da Cisjordânia.

Grandes áreas de terras da Cisjordânia foram confiscadas pelas autoridades de ocupação israelenses para a construção da expansão e anexação do muro. O muro tem 757 quilômetros de comprimento, dos quais 92% estão dentro da Cisjordânia. De acordo com esta rota, 733 km² de terras palestinas foram isolados entre o muro e a Linha Verde em 2010, compreendendo aproximadamente 13% da Cisjordânia: 348 km² de terras agrícolas, 110 km² foram confiscadas para assentamentos israelenses e bases militares, 250 km² de florestas e áreas abertas e 25 km² sobre terras palestinas construídas.

O muro isolou 53 localidades e afetou mais de três mil pessoas, especialmente comunidades em Jerusalém, das quais 27 dessas localidades afetadas foram os lares de ¼ de um milhão de pessoas. Além disso, o muro sitia 165 localidades com uma população de mais de meio milhão de habitantes, como foi testemunhado por toda a cidade de Qalqilya. O Vale do Jordão torna-se 29% da Cisjordânia e Israel controla 90% de todo o Vale. Menos de 65 mil palestinos permanecem lá até hoje, enquanto há 9.500 colonos israelenses.

Histórico da Palestina: Israel controla mais de 85% de suas terras

No final de 2011, havia 11,7 milhões de pessoas vivendo na terra histórica da Palestina, com uma área de 27.000 km². Judeus constituem em torno de 52% da população total e utilizam mais de 85% da área total de terra. Árabes compreendem 48% da população total e utilizam menos do que 15% da terra. Um palestino, portanto, tem menos de ¼ da área de terra disponível para um israelense.

Água: Realidades e desafios

A quantidade de água comprada da companhia de água de Israel (mekarot) foi de 51 MCM em 2010 para uso doméstico, que constitui 15% de um montante anual de água disponível, devido ao controle de Israel sobre os recursos hídricos disponíveis e que a revende para a Palestina com preços mais elevados.

Mártires: esforços contínuos para construir um país

Entre 29 de setembro de 2000 e 31 de dezembro de 2011 houve um número de mártires mortos na Intifada de Al-Aqsa de 7.460, contra 7.235 no final de 2009. Destes, 2.183 da Cisjordânia (2.059 homens e 124 mulheres) e 5.015 da Faixa de Gaza (4.601 homens e 414 mulheres). Os mártires restantes eram provenientes do território de 1948 e fora do território palestino. O ano mais sangrento foi 2009, com 1.219 mártires palestinos, seguido de 2002, com 1.192 mártires. Além disso, 107 mártires, incluindo nove de uma frota turca humanitária, foram mortos em 2010.

Os detentos

De acordo com dados do Ministério dos Detidos, cerca de 800 mil pessoas estiveram em prisão israelense desde 1967. Destes, em torno de 12 mil eram mulheres, além de muitas crianças, algumas das quais foram detidas várias vezes.

Atualmente, 4.610 estão detidos em prisões israelenses, incluindo cinco mulheres e 203 crianças, que representam 4,4% desse total. Existem 50 detidos há mais de 20 anos em prisões israelenses e 23 em cadeias israelenses há mais de 25 anos. Durante a Intifada Al-Aqsa, Israel deteve mais de 70 mil pessoas, das quais oito mil crianças, 850 mulheres (quatro delas grávidas e que deram à luz na prisão) e havia muitos detidos dentre os membros do Câmara Legislativa Palestina e ex-ministros.

Saúde

Segundo estatísticas de 2010, o número de médicos por mil habitantes registrado na União dos Médicos na Cisjordânia era de 1,3, contra 2,3 na Faixa de Gaza. Além disso, havia 1,8 enfermeiros por mil habitantes na Cisjordânia em comparação com 3,8 enfermeiros por mil habitantes na Faixa de Gaza. Havia 76 hospitais no território palestino em 2010: 51 na Cisjordânia e 25 na Faixa de Gaza. Esses hospitais foram assim classificados: 25 governamentais, 28 não governamentais, 20 particulares, dois mantidos por instituições militares e um mantido pela UNRWA. Havia 5.108 leitos hospitalares: 1,3 por mil habitantes e 3.063 alocados na Cisjordânia e 2.045 na Faixa de Gaza. Havia 572 centros de primeiros socorros na Cisjordânia em 2010 e 134 na Faixa de Gaza.

Agricultura

Em 2010, a área total do território palestino era de 6,020 km², dos quais 957.2 km² de terras cultivadas. Estes compunham 15,9% do território palestino durante o ano agrícola 2009-2010, com base nos principais resultados do Censo Agropecuário de 2010.

Os principais resultados cobriram todas as explorações agrícolas enumeradas no território palestino no ano agrícola 2009-2010. Havia 111,310 explorações agrícolas no território palestino, que eram compostas de 79,176 tipos de plantios, compreendendo 71,1% de todas as explorações no território palestino; e 17,893 plantios mistos que compreendem 16,1% de participação, além de 14,241 explorações pecuárias compreendendo 12,8% de todas as explorações. Em 1º de outubro de 2010 havia na Palestina 33.925 bovinos, 567.833 ovinos e 219.364 caprinos contados no território palestino.

Habitação: demolições de casas israelenses continuam

As forças de ocupação israelenses destruíram 145 casas palestinas no território palestino em 2010, de acordo com um estudo realizado pelo Departamento de Relações Nacionais e Internacionais da OLP. Enquanto isso, as autoridades israelenses concederam licenças de construção de mais 16.497 unidades habitacionais para israelenses na maior parte em volta de Jerusalém (J1), sendo que 1.300 delas estão em construção.

O número médio de pessoas por quarto em unidades habitacionais em campos de refugiados era de 1,7 em 2010, enquanto 13,1% das famílias nos campos de refugiados no território palestino vivem com uma densidade de alojamento de três ou mais pessoas por quarto: 14,4% em campos da Cisjordânia e 12,2% na Faixa de Gaza. Sobre as 60,5% das famílias que vivem nos acampamentos em território palestino que estão em unidades habitacionais de medição inferior a 120 m²: 67,6% estão em campos na Cisjordânia e 55,2% na Faixa de Gaza.

Mercado de Trabalho 2010

A taxa de atividade em território palestino em 2011 era de 43,0% (40,7% entre os refugiados e 44,3% entre os não refugiados). Havia uma taxa de participação na Cisjordânia de 45,5% (44,4% entre os refugiados e 45,9% entre os não refugiados), em comparação com a de 38,4% na Faixa de Gaza (38,2% entre os refugiados e 38,7% entre os não refugiados).

A taxa de desemprego no território palestino era de 20,9% (26,1% entre os refugiados e 18,0% entre os não refugiados). E na Cisjordânia essa taxa era de 17,3% (21,6% entre os refugiados e 15,9% entre os não refugiados) em comparação com a de 28,7% na Faixa de Gaza (29,8% entre os refugiados e

26,8% entre os não refugiados). O setor de serviços é considerado como o maior empregador de refugiados na Cisjordânia, com 35,8% (em comparação com 60,3% na Faixa de Gaza), seguido pelo de comércio, com 21,7% na Cisjordânia (em comparação com 15,9% na Faixa de Gaza).

Educação

De acordo com os resultados preliminares do inquérito sobre a educação para o ano escolar de 2011-2012, havia 2.704 escolas em território palestino: 2.016 na Cisjordânia e 688 na Faixa de Gaza. Estas foram distribuídas pela Autoridade de controle da seguinte forma: 2.004 governamentais, 341 da UNRWA, e 359 particulares.

O número total de estudantes matriculados nestas escolas era de 1.136.164, dos quais 567.270 do sexo masculino e 568.894 do sexo feminino. Havia 769.694 alunos matriculados em escolas governamentais, 270.406 matriculados nas da UNRWA e 96.064 matriculados nas particulares.

A taxa de analfabetismo entre os palestinos com 15 anos e acima era de 4,7% em 2011, assim distribuídos: 2,1% de homens e 7,4% de mulheres. No campo do ensino superior há 14 universidades e 15 escolas universitárias que oferecem programas de bacharelado. E há ainda cinco universidades e cinco faculdades na Faixa de Gaza e nove universidades e 10 faculdades na Cisjordânia. Há 20 faculdades comunitárias intermediárias: 15 na Cisjordânia e cinco na Faixa de Gaza.

Macroeconomia: Preços em 2011

Os preços médios no território palestino aumentou em 2,88% em 2011, em comparação com 2010: de 4,13%, em Jerusalém (J1); 3,54% na Cisjordânia; e 0,57% na Faixa de Gaza. Em comparação com o ano base de 2004, os preços médios no território palestino aumentaram em 32,71%: 31,16% na Cisjordânia; 32,55% na Faixa de Gaza; e 34,08% em Jerusalém (J1).

Comércio: Limitadas exportações palestinas

E também as importações e exportações de bens aumentaram em 2010 em relação a 2009. Em 2010, o valor dos bens importados chegou a US\$3,958.5 milhões, um aumento de 9,9% em relação a 2009. O valor total das exportações foi de US\$575,5 milhões, um aumento de 11,0% em relação a 2009. Como resultado, a balança comercial líquida de bens registrou um déficit de US\$3,383 milhões em 2010 – um aumento de 9,8% em relação a 2009.

Os resultados indicam que apenas 15,2% das exportações totais foram para o exterior, enquanto 84,8% das exportações foram para Israel. O número limitado de exportações ao exterior deveu-se a restrições impostas por Israel às exportações palestinas, especialmente a partir da Faixa de Gaza.

Sociedade da Informação

O percentual de domicílios com computador no território palestino é de 50,9%: 53,2% na Cisjordânia e 46,5% na Faixa de Gaza. Uma conexão com a Internet estava disponível em 30,4% dos domicílios no território palestino em 2011: 30,6% na Cisjordânia e 30% na Faixa de Gaza.

O percentual de domicílios com uma antena parabólica em 2011 era de 93,9%, com 95,9% na Cisjordânia e 90,1% na Faixa de Gaza. Os resultados também indicaram que 44% dos domicílios no território palestino têm uma linha de telefone fixo: 45,3% na Cisjordânia e 41,6% na Faixa de Gaza. Enquanto isso, 95% dos lares têm um telefone celular: 95,1% na Cisjordânia e 94,7% na Faixa de Gaza.

Turismo

No território palestino o turismo é o setor mais afetado pela ocupação israelense desde que as empresas israelenses e os serviços de turismo exerceram um monopólio geral sobre os grupos e peregrinos cristãos para a Igreja da Natividade e outros locais históricos e religiosos.

De acordo com dados do Ministério Palestino do Turismo, o número de peregrinos cristãos em 2011 somente para a Igreja da Natividade chegou a 1,1 milhões de visitantes. Esses dados mostram ainda que houve cerca de 3,4 milhões de visitantes a Israel em 2011, no valor de mais de 16 bilhões de shekels para a economia israelense, enquanto o impacto econômico desses grupos de turistas em território palestino ocupado é limitado.

Ambiente

A quantidade média de água consumida pelos estabelecimentos econômicos no território palestino em 2011 era de 4,3 milhões de m³ por mês em todas as atividades econômicas. A quantidade média de água consumida pelos estabelecimentos econômicos na Cisjordânia era de 3,2 milhões de m³ por mês e 1,1 milhões de m³ por mês na Faixa de Gaza.

Em 2011, 62,2% dos estabelecimentos econômicos no território palestino usaram as redes de águas residuais em comparação com os 15,5% que utilizaram fossas porosas.

Durante 2011, os estabelecimentos econômicos no território palestino produziram 17.026 toneladas de resíduos sólidos por mês, principalmente no setor atividades industriais (10.945,3 toneladas por mês): 14.738,8 toneladas foram produzidas na Cisjordânia e 2.287,8 toneladas na Faixa de Gaza.

Conforme revelam dados de 2011, 47,2% dos domicílios no território palestino consideram que a qualidade da água melhorou: 70,9% na Cisjordânia, contra 5,3% na Faixa de Gaza. Em 1999, esse percentual era de 6,8% na Faixa de Gaza.

Sionismo e Racismo – Resolução nº 3.379/1975 da ONU

No dia 10 de novembro de 1975, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Resolução n. 3.379 decretando o sionismo como uma forma de racismo. A aprovação contou, inclusive, com o voto do governo brasileiro. Anos mais tarde, por exigência dos Estados Unidos, a ONU, temendo ficar sem o dinheiro americano, revogou vergonhosamente essa mesma resolução.

*Israel era sócio preferencial do regime de **Apartheid** que governava a África do Sul, fato que Nelson Mandela jamais perdoou. Ele foi uma das primeiras vozes a condenar o genocídio contra o povo palestino, libanês e iraquiano. Mandela continua a acusar Israel de racismo.*

Recordando a Resolução n. 1.904 (XVIII), de 20 de novembro de 1963, na qual se proclamou a Declaração das Nações Unidas sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial e, em particular, na afirmação de que "toda doutrina de diferenciação ou superioridade racial é cientificamente falsa, moralmente condenável, socialmente injusta e perigosa", e a expressão de sua inquietude "pelas manifestações de discriminação racial que ainda existem no mundo, algumas das quais são impostas por determinados governos mediante disposições legislativas, administrativas ou de outra índole".

Recordando também que, em sua resolução n. 5.151 G (XXVIII), de 14 de dezembro de 1973, a Assembleia Geral condenou, entre outras coisas, a aliança ímpia entre o racismo sul-africano e o sionismo.

Tomando nota da Declaração do México sobre a Igualdade da Mulher e sua Contribuição para o Desenvolvimento da Paz, proclamada pela Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher, celebrada no México, DF, entre 19 de junho e 2 de julho de 1975, na qual se promulgou a princípio de que "a paz e a cooperação internacionais exigem a concretização da libertação nacional e a independência, a eliminação do colonialismo, de apartheid e da discriminação racial em todas as formas, assim como o reconhecimento da dignidade dos povos e seu direito à livre determinação".

Tomando nota, ademais, da Resolução n. 77 (XII), aprovada pela Assembleia dos Chefes de Estado e de governo da organização da Unidade Africana, em seu 12º período ordinário de sessões celebrado entre 28 de julho e 1º de agosto de 1975, durante a qual se considerou que "o regime racista na Palestina, ocupada e os regimes racistas em Zimbábue e na África do Sul têm como origem imperialista comum, constituem um todo, apresentam a mesma estrutura racista e estão organicamente vinculados em sua política destinada à repressão da dignidade e integridade do ser humano".

Considerando, ademais, a Declaração Política e Estratégica para fortalecer a paz e a segurança internacional e reforçar a solidariedade e a ajuda mútua dos países não alinhados, aprovada na Conferência de Ministros das relações Exteriores dos Países não alinhados, celebrada em Lima, entre 20 e 30 de agosto de 1975, na qual se condenou da maneira mais enérgica o sionismo como uma ameaça à paz e à segurança internacional e que se opusessem a essa ideologia racista e imperialista.

Declara que o sionismo é uma forma de racismo e discriminação racial.

(Texto aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de novembro de 1975, por 72 votos a favor, 34 contra e 32 abstenções).

Criticar Israel não é antissemitismo

Luciana Garcia de Oliveira *

Um minucioso resgate histórico sobre a formação do Estado de Israel no Oriente Médio permite constatar que sua fundação, em 1948, ocorreu em meio a uma série de conflitos, rebeliões, genocídios e ataques terroristas, frequente da parte dos sionistas (sobretudo por parte dos adeptos ao chamado sionismo revisionista que tinha como mentor Ze'ev Jabotinsky), o que corroborou de fato para um clima de insegurança, sem precedentes. Por isso, não é exagero algum constatar que a formação de Israel está estritamente aliada à violência e à conduta bélica, então legitimadas pelo discurso da segurança e da proteção à existência do Estado.

Após tantos conflitos, o até então crescente isolamento internacional de Israel, sobretudo após a guerra árabe-israelense em outubro de 1973, exacerbou segundo o professor Norman Finkelstein, o medo por parte dos judeus residentes nos Estados Unidos e no mundo quanto à vulnerabilidade do Estado. Em decorrência disso, o assunto referente à incidência de um novo antissemitismo não apenas emergiu como se tornou cada vez mais incontestável e institucionalizado em muitos veículos, sobretudo nos meios de comunicação de massa.

A partir desse momento foi criada em muitos meios de comunicação e em obras didáticas e acadêmicas uma linha de continuidade entre a perseguição nazista e o avanço da resistência árabe-palestina. Essa relação, falsa, tinha como objetivo impedir que as críticas ao Estado de Israel (atualmente governado por um dos partidos da extrema-direita, o *Likud*) fossem proferidas e divulgadas.

Por outro lado, são ainda muito poucos os que sabem ao certo o verdadeiro significado de determinadas expressões como “semitismo” e “antissemitismo”, muito veiculadas quando o assunto abordado são as ações de Israel no combate à resistência palestina na Faixa de Gaza e na incidência de conflitos que o exército israelense e os colonos da Cisjordânia impingem à população palestina.

Para começar, o termo “antissemitismo” é considerado extremamente problemático, sobretudo quando utilizado para descrever a percepção palestina (ou árabe) quanto aos judeus e ao judaísmo, uma vez que os árabes são povos semitas. Justamente por isso, o termo mais adequado para referir-se à discriminação contra os judeus é “antijudaísmo”.

Esse rigor científico deveria estar presente em todas as matérias jornalísticas, antes que seus autores decidissem acusar alguém (ou alguma instituição) de cometer “atos antissemitas”. De acordo com a obra *A Muralha de Ferro*, do professor Avi Shlaim (p. 21), “Israel tem sido consideravelmente mais bem-sucedida do que seus oponentes árabes em transmitir com êxito a sua versão dos acontecimentos”. Nesse sentido, a versão israelense, como qualquer história nacionalista, é unilateral e bastante útil aos seus próprios interesses.

Essa versão foi apresentada exatamente assim, num artigo recém-publicado no *blog* de Reinaldo Azevedo (colunista da revista *Veja*), sob a forma de uma reação desproporcional à iniciativa do sindicato dos jornalistas de São Paulo de promover um curso sobre “A questão palestina e o conflito no Oriente Médio”.

Em um dos muitos trechos ofensivos do artigo, o colunista acusa o sindicato de tentar promover “proselitismo em favor da causa palestina e contra a existência do Estado de Israel”. Essa afirmativa nos permite constatar que para alguns formadores de opinião, a simples manutenção ou a existência de cursos, obras, músicas, fotos e/ou qualquer manifestação artística, cultural ou política que trate da questão palestina, mostrando a versão palestina dos fatos, implica diretamente promover uma violência contra a comunidade judaica, sem distinção alguma. Muita ingenuidade seria afirmar que todos os judeus e israelenses são culpados pelas mortes, torturas, humilhações e pilhagens na Palestina.

Aqueles que conhecem minimamente a história do movimento sionista e do nacionalismo palestino adquiriram esse saber, justamente porque tiveram acesso às obras referentes ao assunto que, em sua grande maioria são de intelectuais e acadêmicos israelenses, europeus e norte-americanos de origem judaica. As chamadas “obras revisionistas”, como são conhecidas, são resultado de uma vasta

pesquisa (em fontes primárias) realizada por um grupo de historiadores em Israel, a fim de coletar informações acerca da história da fundação de seu próprio Estado. Foi através, desse árduo trabalho que muitos concluíram que a história, conhecida oficialmente como a guerra de Independência de 1948, significou para os palestinos a *Nakba* (catástrofe, em português). O desequilíbrio de forças entre as duas partes era tão grande – grupos paramilitares formados por europeus bem treinados e armados, contra uma população agrária desarmada, a Palestina – que foi impossível para esses profissionais qualificar aquelas ações como guerra ou confronto.

As pesquisas nos arquivos e testemunhais (que incluíram palestinos sobreviventes e militares sionistas que participaram do evento) demonstraram que nesse mesmo período os palestinos perderam 78% de seu território (a Palestina histórica), o que provocou, além da tragédia para o povo palestino, a perda de tudo aquilo que possuíam, de seu próprio país, um problema que se estende até os dias atuais, a questão dos milhares de refugiados palestinos.

É um grave equívoco auferir qualquer resultado de pesquisas acadêmicas como “falácias marxistas”, conforme foi mencionado em uma das opiniões proferidas por um dos seguidores do *blog* em questão. Muito embora a maior parte desses historiadores possua uma visão política muito clara, um posicionamento de respeito aos direitos humanos e, sobretudo um discurso crítico às ações israelenses, eles o fazem simplesmente porque têm a segurança de poder comprovar todas as informações e todos os dados divulgados. É justamente por isso que suas obras tornaram-se referência para todos os pesquisadores do tema Israel-Palestina.

O direito ao contraditório é permitido para qualquer pessoa ou grupo que se sinta ofendido com determinados discursos, em especial quando há incitação real à violência a determinado indivíduo ou povo – o que não é absolutamente o caso de um curso elucidativo. Ao contrário, existe uma tentativa clara de desqualificar a ideia, e de tirar conclusões sem fundamento no texto apresentado como sendo o do curso (como é o caso da “negação da existência de Israel”), com base no receio de que algumas informações sejam divulgadas e, principalmente, de que o público se aproprie dessas mesmas informações e construa, por iniciativa própria, uma análise crítica da situação no Oriente Médio.

Esse receio é legítimo, tendo em vista a quantidade de informações divulgadas, também para o grande público, sobre as atrocidades cometidas pelo exército israelense contra a população palestina (incluindo crianças) em documentários, filmes, livros, revistas, jornais, blogs, fotos e nas artes plásticas. Essas informações dificultam e constroem a ação dos “defensores de Israel”. Defender Israel não é acobertar ações violentas contra populações civis em nome de “razões de segurança”, como propaga o governo israelense, mas denunciar esses abusos a fim de evitar que essa nação seja palco de atos que violam os direitos humanos e a legislação internacional. E, sobretudo para impedir que sua população, como um todo, não seja confundida com aqueles que cometeram crimes bárbaros no passado e que continuam a cometê-los no presente.

* Pós-graduada em Política Internacional, estudiosa de Oriente Médio. Atualmente integra o Grupo de Trabalho de Oriente Médio e Mundo Muçulmano do laboratório de Estudos da Ásia da USP. É membro do GT Árabe.

Cronologia Histórica da Palestina do Período de 1897 a 2006²

1897

Realizado na Basileia, Suíça, o primeiro Congresso Sionista, presidido por Theodor Herzl, no qual se definiram as bases para a criação de um Estado judeu na Palestina.

1914

Durante a Primeira Guerra Mundial, o Reino Unido ocupa a Palestina, até então parte do Império Otomano.

1917

O chanceler britânico, Arthur Balfour, declara o apoio do Reino Unido à criação de um “lar nacional” para os judeus na Palestina.

1920

O Reino Unido recebe da Liga das Nações mandato para administrar a Palestina. Agravam-se os conflitos entre as comunidades árabes e as colônias judias.

1933

Intensifica-se a imigração judia para a Palestina, em razão da perseguição nazista.

1936

Eclodem grandes conflitos entre árabes e judeus no território da Palestina, pondo em risco os interesses britânicos na região. Iniciam-se ataques de grupos armados sionistas contra tropas e interesses britânicos.

1947

Abril: o Reino Unido transfere às Nações Unidas a responsabilidade pela solução da Questão Palestina.

Novembro: a Assembleia Geral da ONU, sob a presidência do chanceler brasileiro Oswaldo Aranha, aprova o plano de partilha da Palestina em dois Estados, um judeu e outro árabe, e define regime especial de administração para Jerusalém (Resolução 181). Não se fez consulta prévia aos árabes-palestinos – que rejeitaram o acordado.

Santa Sé apoia a proposta de internacionalização de Jerusalém, conforme estipulado pela Resolução 282 das Nações Unidas.

1948

Maio, 14: as tropas britânicas retiram-se da Palestina. Poucas horas depois, é proclamada a criação do Estado de Israel. O trabalhista David Ben Gurion toma posse como primeiro-ministro.

Maio, 15: Forças de Egito, Iraque, Jordânia e Síria tentam impedir a criação do Estado de Israel. Tem início a primeira guerra árabe-israelense.

1949

Janeiro: armistício sela o final do conflito. Israel, vitorioso, passou a controlar 75% do território do antigo mandato da Palestina. A Faixa de Gaza foi incorporada ao Egito e a Margem Ocidental (Cisjordânia) à Jordânia.

1950

Entra em vigor a Lei do Retorno, garantindo cidadania a todos os judeus.

1956

Crise e conflito de Suez. Israel alia-se às potências coloniais, França e Reino Unido, contra o Egito. Após intervenção das Nações Unidas e pressões dos Estados Unidos e da União Soviética, Israel retira-se da região.

² Elaborado pelo Instituto da Cultura Árabe – ICArabe.

1964

Criada, no Cairo, a Organização para a Libertação da Palestina.

1967

Junho: Guerra dos Seis Dias. Israel, vitorioso, ocupa o Sinai, a Faixa de Gaza, a Margem Ocidental (Cisjordânia), as Colinas do Golã e Jerusalém Oriental. O Conselho de Segurança da ONU aprova a Resolução 242, que estabeleceu o princípio do "*land for peace*".

1973

Outubro: Guerra do Yom Kippur, que termina com mais uma vitória de Israel, implicando pesadas perdas para os árabes. Início do boicote, pelos árabes, da venda de petróleo aos países que apoiaram Israel. O Conselho de Segurança da ONU aprova a Resolução 338 (determina cessar fogo imediato).

1974

Dezembro: Israel bombardeia campos palestinos no Líbano.

1977

Rabin é substituído por Menachen Begin, do partido conservador Likud, no cargo de primeiro-ministro, pondo fim a três décadas de domínio político trabalhista. Begin advoga a instalação de colonos judeus nos territórios árabes ocupados.

Novembro: o presidente egípcio Anwar Sadat visita Jerusalém.

1978

Março: Israel invade o sul do Líbano. O Conselho de Segurança da ONU aprova a Resolução 425 (determina a retirada de Israel e o estabelecimento de uma força de paz no sul do Líbano).

Setembro: assinados, em Washington, os acordos de Camp David, entre Israel e Egito, por meio dos quais Israel comprometeu-se a retirar suas tropas da Península do Sinai.

1982

Abril: completa-se a retirada das tropas israelenses do Sinai.

Junho: nova incursão militar israelense no Líbano. A OLP é cercada em Beirute.

Agosto: acordo mediado por norte-americanos, europeus e sauditas possibilita a evacuação dos efetivos palestinos do Líbano.

1984

Maior: eleições abrem espaço para a formação de um governo de união nacional, pelo qual Shimon Peres (trabalhista) ocuparia o cargo de primeiro-ministro nos dois primeiros anos do governo e Yitzhak Shamir, do Likud, nos dois anos subsequentes.

1985

Completa-se a retirada israelense do Líbano, exceto no sul do país, onde Israel manteve uma faixa territorial denominada "Zona de Segurança".

1987

Dezembro: eclode a Primeira Intifada, rebelião palestina nos territórios ocupados.

1988

O XII Congresso da OLP, em Argel, admite, implicitamente, o direito de existência do Estado de Israel. Em 15 de novembro é proclamado o Estado Palestino.

Julho: a Jordânia renuncia à reivindicação de soberania sobre a Cisjordânia. Israel começa a receber imigração maciça de judeus provenientes da União Soviética, já em processo de dissolução.

1991

Janeiro: durante a Guerra do Golfo, o Iraque bombardeia o território israelense.

Outubro: realizada a Conferência de Madri, marco simbólico do início das negociações de paz entre árabes e israelenses.

1992

Maio: vitória do Partido Trabalhista. Yitzhak Rabin assume o cargo de primeiro-ministro.

1993

Setembro: membros da OLP e do governo de Israel mantêm negociações secretas em Oslo para o reconhecimento mútuo dos Estados palestino e israelense e para o estabelecimento de diálogo entre as duas partes, com vistas a pôr fim ao conflito na região. A assinatura da *Declaração de Princípios*, conhecida como "Acordos de Oslo", em Washington, estabelece os fundamentos da autonomia palestina. O mesmo documento prevê para um prazo de cinco anos a formação do Estado palestino.

1994

Maio: assinado, no Cairo, o Acordo sobre a Faixa de Gaza e Jericó, entre Israel e a OLP, também conhecido como "Acordos de Oslo I".

Agosto: assinado, na passagem de Erez, entre Israel e a OLP, o Acordo sobre a transferência Preparatória de Poderes e Responsabilidades.

Outubro: assinado o Tratado de Paz entre Israel e a Jordânia.

1995

Setembro: Israel e a OLP firmam o Acordo Intermediário, para implementar a concessão da autonomia aos palestinos, também conhecido como "Acordos de Oslo II".

Novembro: O primeiro-ministro Yitzhak Rabin é assassinado por um extremista da direita israelense. Shimon Peres assume o cargo de primeiro-ministro.

1996

Maio: Binyamin Netanyahu, do Likud, é eleito primeiro-ministro, apoiado por uma coalizão de partidos conservadores laicos e pequenos partidos religiosos. O novo governo adota uma postura revisionista do processo de paz.

Yasser Arafat é eleito presidente da Autoridade Nacional Palestina, com 87% dos votos.

1997

Janeiro: Israel e a Autoridade Nacional Palestina assinam acordo para a retirada parcial das tropas israelenses de Hebron.

Fevereiro: início da construção do assentamento judaico de Har Homá, em Jerusalém Oriental. Março-julho-setembro: série de atentados terroristas em Israel.

Setembro: a secretária de Estado dos Estados Unidos, Madeleine Albright, visita Israel, no contexto de périplo pelo Oriente Médio.

1998

Outubro: Binyamin Netanyahu assina o Memorando de Wye River, no qual são pré-estabelecidos os planos de retirada da Cisjordânia.

1999

Maio: o Partido Trabalhista, liderado por Ehud Barak, ganha as eleições com a promessa de dar fim, em 12 meses, ao "conflito de 100 anos" entre Israel e os árabes.

Setembro: celebra-se novo acordo em Wye River, em meio à crescente insatisfação das partes envolvidas.

2000

Maio: as tropas israelenses retiram-se do Sul do Líbano. Fracasso das negociações entre Clinton, Barak e Arafat em Camp David acerca do *status* de Jerusalém e da condição dos refugiados palestinos.

Setembro: O conservador Ariel Sharon, membro do Likud, visita os locais sagrados muçulmanos na região próxima à Mesquita de Al-Aqsa. Com esse gesto de Sharon, recebido como ato provocativo pelos palestinos, inicia-se a Segunda Intifada ou Intifada de Al-Aqsa.

Dezembro: Ehud Barak renuncia ao cargo de primeiro-ministro e são convocadas novas eleições.

Yasser Arafat, por ordens do governo Sharon, é proibido de sair de Ramallah, ficando numa espécie de prisão domiciliar no complexo administrativo (Mukata) daquela cidade da Margem Ocidental.

2001

Fevereiro: Ariel Sharon é eleito primeiro-ministro. Abandona-se, progressivamente, o conjunto de medidas no marco dos acordos de “terra por paz”, firmados em meados dos anos 1990. Intensifica-se a violência, com, de um lado, investidas militares israelenses na Faixa de Gaza e Cisjordânia, e, de outro, ataques de organizações armadas palestinas.

2002

Março-junho: Israel ocupa grande parte da Cisjordânia com vistas à destruição da infraestrutura dos grupos armados palestinos. As cidades palestinas são sitiadas e isoladas entre si, de modo a dificultar o contato entre as populações residentes. Os ataques prosseguem. Os planos de paz são congelados até o primeiro semestre de 2003, quando, após a Guerra do Iraque, é anunciada a implementação do Mapa do Caminho, com base na “visão” da futura paz no Oriente Médio, anunciada pelo presidente Bush (“*two states*” – Israel e Palestina – “*living side by side in peace and security*”, dois Estados, vivendo lado a lado em paz e segurança) em discurso de 24 de junho de 2002.

2005

09 de janeiro: Eleições presidenciais palestinas.

15 de janeiro: Posse do presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmoud Abbas (Abu Mazen).

08 de fevereiro: Conferência de Paz Israel-Autoridade Nacional Palestina (com o copatrocinio do Egito e da Jordânia) em Sharm-el-Sheikh, Egito. Dá-se início à trégua israelo-palestina, depois de decorridos quase cinco anos de violência, iniciados com a Segunda Intifada, em setembro de 2000.

17 de fevereiro: Visita do ministro das Relações Exteriores Celso Amorim a Ramallah.

10-11 de maio: Visita do presidente da Autoridade Nacional Palestina ao Brasil, por ocasião da Cúpula América do Sul-Países Árabes.

29 a 30 de maio: Visita do ministro das Relações Exteriores Celso Amorim a Israel.

21 de agosto: Finalização do processo de retirada das Forças de Defesa de Israel da Faixa de Gaza e desativação de todos os assentamentos judeus naquele território, além de outros quatro na Cisjordânia.

15 de novembro: Estabelecimento dos Acordos sobre a Passagem de Gaza entre Israel e a Autoridade Nacional Palestina, sob o copatrocinio do Quarteto, dos EUA e da União Europeia. A população palestina na Faixa de Gaza passa a ter acesso à Cisjordânia e ao Egito. Permite-se também o escoamento de bens produzidos na Faixa de Gaza para o exterior.

21 de novembro: Criação em Israel do partido Kadima, de orientação centrista, pelo então primeiro-ministro Ariel Sharon. A nova agremiação política reúne moderados do Likud e dos trabalhistas, como o veterano político Shimon Peres, e torna-se a maior força partidária de Israel. O Avodah (Partido Trabalhista) mantém-se como o segundo maior partido israelense, liderado por Amir Peretz. A criação do Kadima prejudica o Likud, principal força de direita, que sai enfraquecido, com a perda de vários de seus quadros.

2006

4 de janeiro: O primeiro-ministro Ariel Sharon adoece seriamente e sai da cena política. O vice-primeiro-ministro e ministro da Indústria, Comércio e Emprego de Israel, Ehud Olmert, assume a função de primeiro-ministro interino de Israel.

25 de janeiro: Realização das eleições legislativas nos territórios palestinos da Cisjordânia e Faixa de Gaza, além de Jerusalém Oriental, com vitória do Movimento de Resistência Islâmica (Hamás), que passa a ocupar 56% das cadeiras no Conselho Legislativo Palestino (CLP).

28 de março: Eleições legislativas em Israel. O Kadima obtém 29 dos 120 assentos no Parlamento unicameral israelense (Knesset). O Partido Trabalhista ganha 19 assentos, seguido pelo Shas, representante dos ultraortodoxos judeus sefarditas, e do Likud, ambos com 12 assentos, e pelo Ysrael Beitenu, agremiação direitista apoiada pelos judeus russos, com 11 cadeiras. A formação de alianças partidárias resultou na costura de uma coalizão Kadima-Trabalhistas-Shas. A maioria do bloco parlamentar de centro, com o Kadima à frente, será fundamental para as próximas etapas das negociações de paz e para o chamado “Plano de Convergência” – iniciativa voltada à desativação, até 2010, de quase todas as colônias na Cisjordânia, acoplada à manutenção dos assentamentos principais de Ariel, Gush Etziom e Ma’ale Adumim e da possível manutenção das Forças de Defesa de Israel em faixa territorial adjacente ao Vale do Rio Jordão.

28-29 de março: O Novo Gabinete Ministerial palestino, com titulares indicados exclusivamente pelo Hamás, é nomeado e empossado. Tem início nova fase crítica do relacionamento entre Israel e a ANP. O governo israelense decide bloquear o repasse à ANP da transferência mensal de recursos financeiros correspondentes à arrecadação de tributos sobre valor agregado nos territórios palestinos ocupados e implementa política de expulsão de políticos do Hamás de Jerusalém Oriental. EUA, UE, Nações Unidas, Noruega e Japão (entre outros) decidem suspender os contatos políticos e congelar a remessa de auxílio financeiro ao governo da ANP liderado pelo Hamás. Outras nações árabes, como o Catar, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Liga Árabe em sua XVIII Cúpula, em Cartum (24 e 25 de março), decidem enviar recursos à ANP. A Rússia e o Irã também anunciam a concessão de auxílio financeiro aos palestinos.

4 de abril: As hostilidades israelenses seguem curso, com o bombardeio de complexo residencial do presidente da ANP Mahmoud Abbas (ausente na ocasião), em Gaza, como represália ao lançamento de mísseis caseiros “Qassam” em território israelense nos dias anteriores.

17 de abril: o governo do Hamás enfrenta reações negativas de parte da comunidade internacional, especialmente de Israel, EUA e União Europeia, que passam a condicionar qualquer diálogo com o partido-milícia ao cumprimento de três exigências: renúncia à violência; reconhecimento do direito à existência de Israel e adesão aos acordos já firmados entre palestinos e israelenses, como os Acordos de Oslo e o “Mapa do Caminho para a Paz”. O primeiro-ministro designado, Ehud Olmert, comunica que Israel não manterá laços com a ANP.

15 de maio: Iniciativas pelo entendimento entre os diversos grupos políticos palestinos ganham relevo com a assinatura de documento favorável à formação de governo de unidade nacional, de modo a neutralizar o antagonismo entre o Hamás, que domina o governo da ANP, e o Fatah do presidente Mahmoud Abbas, cujas fileiras mais radicais haviam entrado em choque com integrantes do Hamás ao longo da semana, especialmente na Faixa de Gaza.

18 de maio: O Gabinete Ministerial e o presidente Mahmoud Abbas divergem publicamente sobre a criação de força de segurança composta por cerca de 3 mil militantes do Hamás e de outros movimentos extremistas, como os Comitês de Resistência Popular.

22 de maio: Reaberta a passagem de Karni, ponto fronteira entre a Faixa de Gaza e Israel, com a finalidade de permitir a exportação de produtos de Gaza e minorar a delicada situação humanitária naquele território palestino. Dois dias após a reabertura, contudo, a passagem é novamente fechada, por alegadas razões de segurança.

29 de maio: Confrontos no território palestino da Faixa de Gaza entre militantes do Fatah, partido do presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP), e integrantes da recém-criada milícia subordinada

ao Ministério do Interior controlada pelo Hamas, recrudescem no decorrer da semana, levando à morte dezenas de cidadãos palestinos.

30 de maio: o presidente Abbas ultima o Hamas e o líder do Gabinete a concordar em negociar as fronteiras com Israel em dez dias. Em caso de recusa, o presidente da ANP ameaça convocar referendo nacional para que a população endosse ou não a proposta de fronteiras de futuro Estado palestino com Israel que incluam a Faixa de Gaza, a Cisjordânia e Jerusalém Oriental.

9 de junho: ataques perpetrados pelas Forças de Defesa de Israel na Faixa de Gaza levam a novo recrudescimento do conflito israelo-palestino. Investida israelense na área litorânea da cidade de Gaza vitima, por engano, sete civis palestinos, sem quaisquer relações com a militância islamista. Um segundo ataque ocorre no norte da Faixa, em 13 de junho, com o bombardeio de veículo com dois militantes da Jihad Islâmica, supostamente carregado de mísseis Katiusha. Os mísseis israelenses provocam a morte dos dois ativistas e de mais sete civis. Mais três palestinos são mortos na noite de 15 de junho, por estarem, segundo a parte israelense, depositando bombas em local próximo à divisa entre a Faixa de Gaza e territórios israelenses.

12 de junho: continuam os embates entre o Hamas e o Fatah. Facções extremistas deste último partido atacam o Conselho Legislativo Palestino e o Conselho dos Ministros, enfurecidos com a determinação do governo controlado pelo Hamas de adiar para 20 de junho a votação no Conselho Legislativo Palestino da proposta de *referendum*, proposto para o dia 26 de julho próximo, em iniciativa lançada pelo presidente Abbas sobre o chamado *Documento dos Prisioneiros*.

21 de junho: novos ataques desfechados pelas Forças de Defesa de Israel, em retaliação a disparos de foguetes contra cidades israelenses a partir de Gaza. Três crianças são mortas por disparos israelenses, que teriam como alvo militantes islamistas.

22 de junho: encontro entre o primeiro-ministro Ehud Olmert e o presidente da ANP, Mahmoud Abbas, em Petra, na Jordânia, à margem do “Segundo Encontro dos Laureados com o Prêmio Nobel”. O encontro Olmert-Abbas, patrocinado pelo rei da Jordânia Abdullah II e apoiado nos bastidores pelo presidente do Egito Hosni Mubarak, teve caráter eminentemente protocolar.

22 de junho: possibilidade de reconciliação nacional entre o governo islamista do Hamas e o Fatah de Mahmoud Abbas, tendo como referência o chamado *Documento dos Prisioneiros*.

25 de junho: sequestro do cabo israelense Gilad Shalit, realizado por comandos palestinos ligados às facções extremistas do Hamas, na localidade de Kerem Shalom, próxima à fronteira com a Faixa de Gaza.

26 de junho: concluídas as negociações entre o Hamas e o Fatah em torno do chamado *Documento dos Prisioneiros*, que poderia vir a facilitar a formação de governo de coalizão nacional.

27 de junho: o governo de Israel, após empreender esforços diplomáticos pela libertação do militar sequestrado, inicia operação militar de grande envergadura batizada “Chuvas de Verão”, que inclui o bombardeio de vários pontos da Faixa de Gaza, a destruição de instalações de infraestrutura (rede elétrica, pontes), a incursão de tropas israelenses e bloqueio total das vias de acesso ao território palestino.

27 de junho: aviões israelenses sobrevoam a residência de verão do presidente sírio Bachar al-Assad, em Latakia, em clara manobra de pressão contra as autoridades sírias, que Israel julga acobertarem o líder do Hamas radicado em Damasco, Khaled Meshaal, a quem se atribui responsabilidade pelo planejamento do sequestro do cabo israelense.

28 de junho: as Forças de Defesa de Israel realizam ofensiva em várias cidades da Cisjordânia e prendem oito ministros do Gabinete da ANP, vinte deputados do Conselho Legislativo Palestino, além de outros vinte prefeitos da Cisjordânia, sob o pretexto de envolvimento daquelas autoridades em assassinatos e atos terroristas.

29 de junho: após o lançamento da ofensiva militar em Gaza, o ministro Celso Amorim determina a convocação da embaixadora de Israel, Tzipora Rimon, que é recebida pelo secretário-geral das Relações Exteriores, na qualidade de ministro de Estado interino. É transmitida à embaixadora Rimon a preocupação do governo brasileiro diante da reação desproporcional das Forças de Defesa de Israel.

2 de julho: helicóptero da Força Aérea israelense lança míssil na cidade de Gaza contra o gabinete do primeiro-ministro da Autoridade Nacional Palestina (ANP), Ismail Haniye, que não se encontrava no escritório no momento da ação.

16 de julho: Declaração aprovada pelo G-8, em São Petersburgo, menciona a libertação de ministros e parlamentares palestinos detidos por Israel como uma das medidas requeridas para criar condições favoráveis a um cessar-fogo duradouro na região, juntamente com o fim dos ataques contra Israel, da retirada de forças israelenses de Gaza e do Líbano e da libertação dos soldados israelenses sequestrados.

5 de agosto: detenção pelas Forças de Defesa de Israel, em Ramallah, do Dr. Azziz Dweik, presidente do Conselho Legislativo Palestino.

Entrevista com o Sociólogo e Arabista, Lejeune Mirhan sobre Sionismo

Thiago Perez Bernardes de Moraes *

Um dos temas mais candentes da atualidade ainda segue sendo o sionismo político. Criado no século XIX, virou praticamente uma ideologia hegemônica e fundamenta o processo de colonização do Oriente Médio desde o início do século XX, sob o pretexto de “dar uma terra sem povo a um povo sem terra”. Entrevistamos o sociólogo e arabista Lejeune Mirhan, também escritor e professor universitário, especialista em Oriente Médio, com vários livros publicados, colunista do portal *Vermelho* e da *Fundação Grabois*, onde colabora sobre esse tema desde março de 2002. É colaborador da revista *Sociologia* da Editora Escala desde 2005. É um dos fundadores em janeiro de 2010 do GT Árabe. Abaixo a entrevista completa.

Theodor Herzl e Moses Hess são apontados como os pais do movimento sionista, o primeiro teria tido inspiração de autores da filosofia como Nietzsche, Kant, Hegel. Para o senhor, a quem pode ser atribuído o nascimento de tal movimento? Quais eram os seus objetivos e idealizações?

Bem, apesar de você mencionar dois precursores do sionismo, indubitavelmente Herzl é considerado pai e idealizador do movimento. O primeiro congresso sionista ocorre em 1897, na Suíça, na cidade da Basileia. Este congresso funda o movimento sionista de forma mais organizada, constitui seus postulados. Agora, o que vem a ser sionismo? Sionismo nada tem a ver com o judaísmo historicamente. Sionismo é um movimento político, nacionalista, ultraortodoxo, ultraradical, que tem claras feições coloniais. Seu objetivo sempre foi a colonização da Palestina e, para isso, eles fizeram alianças estratégicas com as potências imperialistas da época, especialmente com a Inglaterra que sempre deu grande apoio através de vários documentos, inclusive o mais famoso deles é a chamada *Declaração* de Balfour. Essa declaração promete uma terra aos judeus exatamente na região da Palestina. Os Estados Unidos eram ainda uma potência emergente, não haviam se consolidado, mas também viam isso com simpatia. Além do que a França também era conivente com o plano colonizador. Quando acaba a Primeira Guerra Mundial, eles partilham o Oriente: França e Inglaterra ficam com várias porções. Então, de forma resumida sionismo nada tem a ver com judaísmo. O primeiro é um movimento político, de feições coloniais, cujo objetivo é o controle do Oriente Médio e mais especificamente a região da Palestina. Para isso, os sionistas tiveram apoio das potências imperialistas do início do século XX.

Sobre o livro *Os Protocolos dos Sábios de Sião*, qual a sua opinião: esse texto obviamente não corresponderia aos ensinamentos judaicos? Seria a proposta de uma “agenda” de supostos planos imperialistas sionistas, ou trata-se somente de uma obra de ficção para reforçar o sentimento antijudeu na Europa?

Os Protocolos dos Sábios de Sião é sabidamente um livro fraudulento, falso, é um livro gestado dentro da corte do czar Alexandre. E a ele nós não damos nenhum valor, não o reputamos como uma obra nem filosófica, nem científica, nem sociológica. É um livro de propaganda antissemita, e nós do movimento de solidariedade aos povos árabes e ao povo palestino em particular não somamos nossas vozes nesta campanha antissemita. Nós não somos antissemitas, nós somos antissionistas. Em suma, os *Protocolos*, como é afirmado na própria pergunta, não passa de uma obra de ficção e ela serve como propaganda antissemita apenas. Aos que gostam de romance, recomendo que leiam *Cemitério de Praga* de Umberto Eco (editora Record). Lá se mostra claramente como ele foi falsificado.

São crescentes nos dias atuais movimentos judeus antissionistas, compostos principalmente pela ala de Judeus Ortodoxos, que se baseiam predominantemente no Torá. Estes movimentos demandam um enorme esforço em tentar expor que judaísmo e sionismo têm significados totalmente opostos. O senhor acredita nesta afirmação? Quais seriam as principais diferenças entre esses dois grupos?

Esta é uma pergunta fundamental, estratégica, se nós queremos de fato entender aquela realidade de Israel, do movimento sionista etc. como já dissemos, sionismo nada tem a ver com judaísmo. Judaísmo é uma religião, diz respeito àqueles que são seguidores do Torá, que é o livro considerado sagrado para os judeus e que foi aproveitado pelos cristãos e se chama *Pentateuco*. São os cinco principais livros da Bíblia hebraica e os cristãos chamam de Velho Testamento. O judaísmo adota o Talmude que,

apesar de não ser diretamente a palavra de Deus como o Torá se proclama ser, é também muito observado, pois ele é um livro de ensinamentos dos altos e mais importantes rabinos, do alto rabinato. Então, é uma espécie de livro que consolida práticas judaicas. O Torá e o Talmude são os dois principais livros seguidos por aqueles que adotam e que professam a fé judaica. O judaísmo é uma religião muito bonita, uma das religiões mais antigas, a primeira religião monoteísta que a humanidade conhece e nós temos que respeitar o direito sagrado que as pessoas têm de abraçar as religiões que elas queiram. Ainda assim, nem todo judeu professa o judaísmo. Tem pessoas que têm ascendência judaica, mas são ateus e não frequentam nenhuma religião. Por isso, nós temos que ter atenção para este aspecto. Agora, sionismo é outra coisa, sionismo é um movimento que procura se apropriar da história do povo judeu, descendente dos antigos hebreus. Eles tentam se apropriar dos postulados judaicos, transformando isso num movimento político de caráter nacional. Eles são espertos, são muito inteligentes. Eu respeito o posicionamento de Herzl, como Moses, como Jabotinsky, que também foi um teórico do sionismo racista. Do ponto de vista deles, eles adotaram uma estratégia nacionalista correta. Apesar de eu não concordar com este movimento, fizeram as alianças que tinham que ser feitas e está aí o resultado. Conseguiram inclusive a partir de 1947 a votação na ONU pela instalação do seu Estado. Então o sionismo nada tem a ver com o judaísmo e quem quer misturar ambas as coisas é oportunista. Registro a existência inclusive de diversos grupos judaicos que se proclamam antissionistas e são contra a existência do Estado de Israel, como os *Neturei Karta*.

O hebreu é membro do povo semita, descendente de Abraão, e incluso também está o ramo árabe, e o judeu caracteriza-se por ser adepto do judaísmo (uma religião criada por israelitas). Já o sionista caracteriza-se por ser membro de um grupo político cujo maior interesse é promover o Estado de Israel (ao menos teoricamente). De acordo com estas afirmações, o sentimento antissemita que tende a reunir esses três grupos como parte de um todo não estaria totalmente equivocado? O senhor concorda que é equivocado juntar três conceitos distintos para a defesa da ocupação do Estado de Israel? Não estaria o sionismo usando o semitismo como escudo?

Há uma questão preliminar sobre isso. Você menciona Abraão, mas não há prova histórica alguma da existência do patriarca Abraão. Então, toda e boa parte da história do povo judeu é baseada única e exclusivamente na leitura dos livros do Torá, que alguns dizem que poderia ter dois, três, ou quatro mil anos. Mas na verdade eles são muito recentes e não foi obra de um único redator, foram vários redatores, como o Velho Testamento. E isso é muito comprovado e documentado. Karen Armstrong, uma ex-freira católica inglesa, das mais respeitadas estudiosas das três religiões monoteístas nos afirma que o velho testamento foi escrito por quatro pessoas apenas e tem 2,2 mil anos apenas (220 antes de Cristo).

Pois bem. A figura de Abraão é uma figura lendária, uma figura mítica. Eu uso o termo de lenda bíblica. Enfim, dentro desta lenda, em livros sobre a história do povo judeu que eu li, os próprios historiadores que se aventuram a escrever a história do povo judeu no preâmbulo têm que admitir que não há prova documental nenhuma da existência de Abraão e que a grande parte do que eles discorrem nestes livros é única e exclusivamente baseada nos livros religiosos. Mas trabalhando dentro destes conceitos de que estes povos – como você mesmo diz – são semitas, aquela região tinha vários povos, Cananeus, Moabitas, Amoreus todos semíticos. É uma região que foi dominada por vários impérios durante a história dos últimos 5, 6 mil anos. Ela foi conquistada por vários impérios: fenícios, babilônicos, romanos, persas etc. Até mais recentemente pelos ingleses e, antes disso, pelo império árabe muçulmano que dominou toda a região.

Abraão era um patriarca que teria feito com Deus uma aliança, um acordo, um pacto, e é interessante a passagem bíblica em que ele, Deus, pede-lhe uma prova de sua fidelidade e ele oferece o seu filho Isaac, para ser sacrificado. Mas o interessante aqui é dizer que isso tudo é baseado na lenda bíblica, na qual eu não creio, mas nós temos que trabalhar com isso. Conta a história de que a mulher de Abraão era já de idade avançada e não havia lhe dado filhos. Então Deus autoriza Abraão a manter relação com a sua escrava de origem egípcia e dessa relação eles têm um filho chamado Ismael, que é considerado o precursor dos árabes de um modo geral. Mas Deus resolve também fazer com que a mulher de Abraão, Sarai que depois passa a se chamar Sara, com 92 anos possa ter um filho. Deus é poderoso na sua capacidade de fazer as coisas, e disso surge Isaac, que é o patriarca dos hebreus, dos israelitas etc. Então aqui é visível, dentro da lenda bíblica, que todos são membros de um mesmo grupo, de um mesmo ancestral. E Isaac e Ismael são irmãos e seus descendentes são todos primos, por parte de pai.

A partir daí você tem então – como bem citado na pergunta – conceitos diferentes: o de semitismo, o de judaísmo e o de sionismo. Nós não devemos ser nunca antissemitas, pois somos todos semitas, no sentido de descendente de Sem, ou seja, são todos da mesma família. Inclusive se formos analisar geneticamente, descendentes de uma “Eva” ancestral que, ao que tudo indica, é africana e ocorreu há 150 mil anos. Portanto, somos todos primos e descendentes. O sionismo embaralha estes três conceitos propositalmente por uma questão oportunista, para eles angariarem adeptos para o seu movimento.

Hugh Montefiori, bispo católico, judeu de nascimento, foi autor da seguinte afirmação: “O antissemitismo foi montado a partir de um mito poderoso, aceito tanto pelos judeus quanto pelos próprios antissemitas”. O Senhor acredita nesta afirmação? Quem seria o autor de tal mito, os sionistas?

O maior de todos os mitos da propaganda sionista é a necessidade de que é preciso dar uma terra sem povo a um povo sem terra. Este foi o mito que eles propagandearam e foi aceito de modo geral pelo Ocidente.

A Palestina nunca foi uma terra sem povo. A Palestina é habitada continuamente há quase dez mil anos. A palavra Palestina vem de filisteus. Então, de modo geral ela sempre foi muito habitada, é milenar, é o território povoado mais antigo do mundo. E a cidade mais antiga do mundo lá está e se chama Jericó que tem dez mil anos. Ela já foi destruída e reconstruída quatro vezes, os arqueólogos comprovam pelas camadas desta cidade que ela é a mais antiga e com vida ininterrupta da história.

Os judeus, descendentes dos hebreus, são um povo nômade, um povo que vagou, esteve no Egito, esteve na Caldeia. Depois, quando os babilônios habitaram a Palestina, eles foram aprisionados e levados para o Iraque, Bagdá, ou seja, um povo errante. Falando do ponto de vista político, militar, eles, os hebreus que vieram liderados por Moisés, mas chegaram à Palestina liderados por Josué, nunca ocuparam toda a Palestina. O que eles ocuparam foi uma parte da Palestina onde criaram o seu reino, e fundaram a Judeia. Depois, eles se dividiram em doze tribos. Claro, tudo isso que menciono é baseado na lenda bíblica, pois nada disso tem comprovação histórica.

Então, o que historicamente é preciso entender é que de fato sempre houve presença judaica na região, mas esta foi uma presença que nunca ocupou toda a Palestina. Não conseguiram instalar um governo que controlasse todo o território e isso foi por um período curto de tempo. E se nós usarmos este argumento de que um dia um povo ocupou um trecho de um determinado país, e isso justifique que este país fosse dado para esse povo, teremos então de, por exemplo, devolver os EUA aos índios sherokees, aos comanches, aos apaches, que um dia foram os donos da terra na verdade. É dono da terra quem está nela, quem a habita e ali permanece milenarmente e de fato a ocupa. Eles (os judeus) passaram por lá é verdade e constituíram um governo, que não foi o único, depois se dividiu sob um pequeno pedaço da Palestina. Então com esse mito de que a região era uma terra sem povo a um povo sem terra, a partir do ano 70 d.C. praticamente desaparece toda presença judaica na Palestina, quando ocorre a Diáspora, quando Roma expulsa praticamente todos os judeus da região. Este é o principal mito com o qual os sionistas trabalham e no qual boa parte do Ocidente acredita.

Alfred M. Lilienthal, no livro *What Price Israel*, defende que os integrantes da fé judaica estão presentes nas mais diferentes etnias e que o sionismo seria uma forma de racismo, sendo, portanto, injustificada a ocupação israelense sob o pretexto sanguíneo e histórico. O senhor concorda com tal afirmação? É possível atribuir aos sionistas os conflitos raciais presentes na atualidade?

Com essa afirmação de Lilienthal (um dos autores de origem judaica que são antissionistas como tantos outros como Illan Pappé, Gideon Levy, Finkelstein) de que o sionismo é racismo. A ONU, durante quase vinte anos manteve uma resolução que depois caiu afirmando que sionismo é uma forma de racismo. O sionismo que criou o Estado de Israel discrimina aqueles que não são judeus. O Estado de Israel é um Estado judaico. Um Estado judeu, não é um Estado laico. Atualmente, em Israel moram de 5 a 6 milhões de israelenses, e nem todos professam o judaísmo, porém, mais de um milhão e meio de árabes moram neste território que não tem fronteiras definidas e delimitadas até hoje. Estes árabes que são palestinos e que moram dentro do território de Israel são discriminados.

A carteira de identidade israelense tem um campo diferente e único visto somente neste país e em nenhum outro; além dos campos tradicionais como, por exemplo, nome da mãe e pai, data de nascimento, tem um campo específico, o campo religião. Aqueles que preenchem o campo como islâmicos são de fato considerados cidadãos de segunda categoria. Isso está comprovado pela Organização Mundial do Trabalho que os árabes, trabalhadores e operários, além de exercerem serviços considerados desqualificados e de segunda categoria, ganham metade (50% menos) do que um trabalhador judeu que exerce a mesma função. Então o que temos em Israel é um Estado racista, um Estado que discrimina aqueles que não seguem sua religião.

Hoje neste governo de Netanyahu, existe a possibilidade de ser aprovada uma lei na qual todos os moradores de Israel teriam de jurar fidelidade ao Estado judeu perante a bandeira, isso constrangeria imensamente este milhão e meio de árabes que lá mora. A turma que defende isso é a turma do partido do chanceler Avigdor Lieberman que é considerado um homem de extrema-direita, fascista. Ele defende o Estado de Israel laico, mas ele é nacionalista extremado. Como ele não pode defender abertamente a expulsão de um milhão e meio de árabes, pois isso seria o cúmulo da discriminação e do racismo, então ele tenta aprovar essa lei que exige das pessoas a negação de sua origem e de se proclamarem israelenses.

O principal argumento sionista parece estar pautado na questão racial e na hereditariedade “hebreu-semita”, tendo em vista que os povos árabes também partilham a mesma configuração genética não seriam equivocadas as afirmações dos meios de comunicação que insistem em afirmar que os povos árabes são racistas e antissemitas?

Seguramente, os meios de comunicação afirmam e obviamente estão equivocados. Porque na verdade os povos árabes não são racistas e nem antissemitas, pois eles mesmos são semitas; e particularmente os árabes que são muçulmanos têm o dever segundo sua religião de defender todos os povos do livro. Quem são os povos do livro? Aqueles considerados cristãos e os judeus. O islamismo se considera uma continuidade do judaísmo e do cristianismo, uma evolução. Eles reconhecem o Alcorão e a existência de 25 profetas, a maior parte deles inclusive judeus. Aliás, profeta árabe só tem um que é Maomé, Mohamed. Jesus eles não consideram um filho de Deus, mas como um profeta, e todos os outros 23 são judeus. Eles consideram inclusive Adão como o primeiro profeta, e depois Noé. Enfim, todos os profetas do judaísmo a religião islâmica os absorveu. Por isso, o árabe, particularmente o árabe muçulmano, não é racista e muito menos antissemita, pois ele é semita. E se além disso ele for muçulmano, ele tem por obrigação defender a religião, as sinagogas e as igrejas cristãs também. A mídia aceita o discurso sionista, assimila, faz o jogo do sionismo. Neste sentido, posso não ter como provar, mas a influência do sionismo nos meios de comunicação de massa é muito grande.

Sabe-se que o sionismo apoia veementemente o Estado liberal-democrático. Os financistas que são sionistas, ao que parece se aproveitando das normas do liberalismo econômico, tiveram um vasto nicho para uma enorme expansão de uma inigualável força dominadora. Seria este um interesse sionista? Até onde é possível afirmar que o sionismo está presente e atuante neste processo?

Aqui você faz algumas considerações interessantes na pergunta. O sionismo apoia o sistema capitalista liberal. Disso não há dúvida. Aquela ideia de que os primeiros sionistas que se mudaram para a Palestina, que montaram os primeiros quibutz, teriam algum ideal socialista se perdeu completamente com o tempo. Muitos eram realmente socialistas com uma visão mais igualitária do mundo, mas eram minoria dentro deste movimento, não assumiram o seu comando. Então, nesse sentido o sionismo se usa, ele absorve, ele apoia, é uma relação simbiótica, com o capitalismo e particularmente com este modelo de capitalismo financeiro que é o neoliberalismo. Você veja que os grandes banqueiros, especialmente Rothschild, têm origens judaicas e ajudaram muito, mandaram dinheiro, recursos, para a criação do Estado de Israel. Então há uma relação simbiótica entre sionismo, capitalismo financeiro e liberalismo como foi exposto na questão. Hoje a política econômica vigente em Israel, que resultou em recentes manifestações de massa contra o governo, é totalmente neoliberal.

Pode-se afirmar que o capital tornou-se a maior força do mundo moderno; no entanto, nota-se sua oposição às grandes civilizações (cristãs, islâmicas, judaicas) e alguns princípios, como por exemplo, o princípio de família e de nação. Seria também um interesse sionista em se opor a tais princípios?

Como dissemos, o sionismo é um movimento político. Eles incentivaram com sua máquina de propaganda no mundo inteiro que famílias judaicas de vários países, mais especificamente da Europa onde crescia o nazismo, migrassem para a Palestina. Há documentos mostrando certas relações políticas entre altos membros do movimento sionista até com os partidos fascistas na Europa, o partido nazista. Isso é muito documentado. Nós lamentamos que isso tenha acontecido, mas isso é parte da história. O sionismo ganhou o movimento antissemita na Europa, e lucrou com isso. Hitler, na verdade, consciente ou inconscientemente (Hitler, é claro, era antissemita, antijudeu), fez o jogo dos sionistas no sentido de que esta perseguição grande, de que estes massacres, o holocausto, as prisões, fizessem com que os sobreviventes quisessem fugir da Europa, e só tinham um destino. Eles não fugiram para os EUA ou para a Rússia e em estes países os queriam abrigar. Eles fugiram para a Palestina, pois era este o caminho recomendado pelos sionistas.

Eu acho que o modelo capitalista se apoia nas tradições judaico-cristãs. Alguns autores afirmam que o islã é uma religião que se aproxima muito das ideias socialistas. Nos princípios do islã esta a determinação de que a pessoa tem que doar no mínimo 10% de toda a sua riqueza para a pobreza, para a caridade (é o *zakat*). As desigualdades no mundo islâmico, no mundo muçulmano de modo geral, são muito menores do que as do mundo capitalista. Por isso, nesse sentido o sionismo como movimento político se apoia nestes conceitos e trabalha em simbiose, como já dissemos com os capitalistas.

O presidente iraniano Mahmud Ahmadinejad écotidianamente apontado como antijudeu, no entanto a comunidade ultraortodoxa judaica tem muita simpatia pelo líder iraniano. A que e a quem o senhor atribui a alta pressão da mídia ao presidente Mahmud Ahmadinejad?

O Irã e o seu presidente estão sob o cerco da mídia internacional. Em primeiro lugar, Mahmud Ahmadinejad não é antissemita, não é antijudeu, e nunca se declarou em lugar nenhum pelo fim de Israel. O que ele declarou, e isto está documentado, é que nós não podemos criar um Estado sionista para resolver os problemas de consciência da Europa, que tem na sua consciência e na sua história a matança de milhões de judeus feita pelas mãos dos nazistas. Nós somos contra o holocausto, ninguém nega o holocausto, ele é real, ele existiu e está amplamente documentado. Agora, a partir disso se criar um Estado artificial em cima de uma terra onde há um povo milenarmente habitando, isso não se pode apoiar.

Então, Mahmud Ahmadinejad não é antissemita, até pelo fato de ser semita. E não é antijudeu, nunca deu declaração alguma neste sentido. E o que está por trás desta pressão da mídia contra ele é por causa das posições que o Estado iraniano assume hoje no momento: estas posições antiimperialistas, e posições de crítica ao modelo de capitalismo financeiro vigente no mundo. Ele é contrário a este modelo de capitalismo. A presença do Estado no Irã é muito elevada, e a posição dele antiestadunidense, antiimperialista norte-americano faz com que ele se aproxime – apesar de não ser um homem de esquerda, não ser um homem socialista, mas o seu discurso na prática, suas bandeiras –, das posições socialistas e de partidos de esquerda.

Então para nós, socialistas e comunistas, aqui no Brasil, é visível, por exemplo, essa aliança tática do que o governo Lula teve que fazer. Qual a razão do Lula ter tomado essa posição? Essa é uma posição da diplomacia brasileira absolutamente correta, ainda que sob Dilma isso tenha tido uma pequena flexão. Nós não devemos condenar o Irã por causa das posições justas que eles assumem. Em relação ao direito do Irã processar o seu urânio, nós também apoiamos. Inclusive o Brasil nunca condenaria, pois condenando estaríamos condenando o próprio Brasil, que também quer processar urânio, quer ter o controle de toda cadeia de enriquecimento para fins científicos, para fins medicinais e para fins energéticos. Então, o que está por trás disso tudo é a mídia fazendo o jogo de Israel e os EUA pressionando o Irã para mudar de posição.

As duas guerras mundiais marcaram a história da humanidade, principalmente a Segunda Guerra para os judeus. No entanto, vários autores afirmam que sionistas, donos de casas financeiras e diversos membros de sociedades ocultas foram figuras que tiveram papéis de protagonistas nos bastidores destes eventos catastróficos. O senhor concorda com essa afirmação? Qual seria o objetivo destes grupos?

A Segunda Guerra Mundial tem um objetivo muito claro: acabar com a União Soviética, acabar com o socialismo emergente, acabar com as ideias progressistas que emanavam no Leste Europeu. Este era

o grande objetivo. Hitler quando invade a Polônia em 1939 não é detido por nenhuma potência, nem Inglaterra, nem Estados Unidos. Algumas empresas americanas atuavam na Alemanha, como a Ford e a IBM, e tinham grandes acordos com o governo alemão e lucraram muito neste período.

Então até mais ou menos 1943 havia certo acordo tácito para ver se Hitler conseguia acabar com a União Soviética. E disso os livros de história não falam abertamente porque na verdade a história é contada por quem venceu as guerras e pelos que dominam o mundo. Na verdade quem venceu a Segunda Guerra Mundial foi o exército vermelho, a União Soviética. Quando eles falam que morreram 20 milhões de soviéticos e que teria sido Stálin quem os matou, falam uma grande bobagem. Estes soviéticos morreram lutando e defendendo sua pátria, enfrentando o nazismo que só foi combatido mais tarde pela Inglaterra e pelos Estados Unidos a partir de 1943. Essas são as forças ocultas.

Como você descreve em sua questão, de fato estes personagens sionistas, ligados a estes bancos, a este poder financeiro, tinham muito interesse em acabar mesmo com a União Soviética. E haviam interesses por detrás disso, como já descrevemos, de que se criasse um clima de terror na Europa para que os judeus, ou aqueles que professavam o judaísmo, migrassem desesperadamente para a Palestina. Então este foi o grande objetivo da Segunda Guerra. E infelizmente isso foi executado. Posteriormente, os Estados Unidos e a Inglaterra tiveram que se aliar com a União Soviética. Então o grande vencedor foi a União Soviética.

Alguns teóricos da economia afirmam que o sionismo através de casas bancárias, e de bancos centrais privados, consegue transpor qualquer nação e abalar o mundo inteiro gerando crises artificiais. Na opinião do senhor, o sionismo realmente tem tanto poder financeiro assim?

Eu não tenho dados para lhe comprovar esta tese, mas é documentado e comprovado que as maiores casas bancárias do mundo são controladas por judeus sionistas. Veja, nós não somos contra tais pessoas pelo fato de serem judeus, nós somos contra essas pessoas porque são sionistas, capitalistas e porque defendem um modelo de capitalismo que é o pior de todos que é o financeiro. Eu não gosto de nenhum capitalismo, mas o capitalismo chamado “modelo financeiro” é o pior de todos.

A teoria clássica de Marx diz que o dinheiro aplicado em uma mercadoria gera dinheiro. E como este sistema de capitalismo financeiro funciona? Dinheiro gera dinheiro, que traz especulação financeira. Isso tudo sem passar pela produção. Isso não é viável e não tem teoria que suporte isso. Veja a crise mundial financeira que o mundo viveu em setembro de 2008, onde o Estado era criticado e dizia-se que deveria ser um “Estado fraco”. No entanto, esse mesmo Estado acabou sendo a salvação. Todo mundo chamou o Estado para salvar as empresas e bancos falidos onde foram injetados trilhões de dólares.

Veja a força do mercado financeiro, que força fenomenal. Eles quebraram, faliram, pagaram bilhões de dólares de bônus a seus executivos, que geriram mal o sistema e ainda receberam trilhões de dólares para poderem salvar suas próprias empresas. Então, este é o modelo do capitalismo financeiro.

Volto a dizer que não gosto de nenhum tipo de capitalismo, mas este tipo de capitalismo financeiro é o pior de todos. E nós sabemos que esse sistema não aceita nenhum controle externo. Está aí a discussão hoje, mesmo com toda esta crise que fez quatro anos agora em setembro, nenhum governo, nem Estados Unidos, nem Inglaterra, nem Alemanha, conseguiu controlar ainda seu sistema financeiro.

Os jornais noticiam, de quando em vez, que a Europa ou alguns de seus governos tenta fazer um movimento – Alemanha, França, Inglaterra – no sentido de controlar e de taxar o sistema capitalista financeiro. Até agora nada foi feito, apesar de toda crise. Faziam o que queriam sem nenhum controle, agora é que começa um movimento de contrapartida. Acho que é irreversível, inclusive, a tendência de que esse sistema seja um pouco mais controlado. Mas não será um sistema totalmente controlado porque o modelo de capitalismo liberal e financeiro ainda segue com muita força no mundo hoje.

Segundo o militante antissionista Rabino Weiss, as pessoas no Oriente Médio estão sendo expropriadas até do direito de terem acesso a cuidados médicos. E se não morrem de fome, doenças, acabam morrendo pelas mãos de militares. Na opinião do senhor, a mídia distorce informações para ser coniventes aos interesses sionistas? Por qual razão fazem isso? Estão subordinadas ao sionismo?

Aqui a resposta seria bastante longa. Porém, a pergunta é muito boa, porque é referente ao papel que a mídia exerce sobre a consciência das pessoas no mundo inteiro. A mídia distorce os acontecimentos. Então, este rabino que você menciona aqui provavelmente seja membro do Neturei Karta, que é um movimento de judeus ultraortodoxos aliados do povo palestino, e são contra a existência do Estado de Israel. Você veja o que aconteceu na faixa de Gaza, entre 27 de dezembro de 2008 e 20 de janeiro de 2009: Israel bombardeou uma faixa onde mora um milhão e meio de pessoas e matou mil e quinhentos palestinos, dos quais $\frac{2}{3}$ eram crianças e mulheres, e, dos 500 homens que morreram, apenas uns 20 ou 30 eram militantes do Hamas, e todos os outros eram pessoas comuns, cidadãos comuns. E por que isso? Israel impôs a Gaza um bloqueio condenado por todos os órgãos da ONU, mas a ONU não tem força para exigir que Israel reveja suas decisões, nem os Estados Unidos têm. Imagina se a ONU vai ter! Não tem. Então, qual é o bloqueio? O bloqueio é por terra, água e mar.

A Faixa de Gaza dá para o Mediterrâneo, mas, eles não têm livre acesso ao mar, porque a marinha Israelense não permite. Também não tem acesso por terra ao Egito, pois o governo faz o jogo dos sionistas, e também não deixa passar nada, ainda agora mesmo depois da queda do ditador Mubarak. E do outro lado temos Israel, que não permite a passagem dos caminhões humanitários e destroi praticamente toda a infraestrutura de Gaza, que atualmente clama por remédios e alimentos. Porém, nem isso estão conseguindo passar. Isso é um massacre! E quando não matam pela fome, ou quando não matam por falta de remédios para doenças tratáveis, matam – como muito bem diz o rabino – pela mão do militar, matam com bala, matam com avião de bombardeios. E esse é o grande objetivo hoje dos sionistas, destruir praticamente os poucos palestinos que ali restaram.

O exército estadunidense mantém presença efetiva no Oriente. Existe para o senhor alguma razão oculta para uma permanência tão longa e tão defendida pelos “órgãos internacionais”?

Aqui não é tão oculta. Do meu ponto de vista, as razões são bastante claras e estas razões chamam-se petróleo. A primeira guerra do Golfo de 1991 e a segunda de 2003 guardam relação direta com a questão energética do planeta. E aqui cabe uma conta matemática muito simples: os Estados Unidos da América consomem por dia 20 milhões de barris de petróleo e produzem apenas oito milhões. Então, eles têm que importar 12 milhões todos os dias.

A plataforma de campanha de Ronald Reagan quando foi reeleito em 1984 dizia o seguinte: todas as famílias de classe média com dois carros na garagem, e aqueles carros que fazem 3 km por litro de combustível, é, então, uma sociedade altamente dependente do petróleo. Tentaram o golpe na Venezuela em 2002, contra Chávez, e neste mesmo ano dois golpes, um em abril e outro em dezembro, mas não conseguiram.

A questão é que você tem que ter o controle do petróleo e em 2003 eles controlaram o Iraque. A Arábia Saudita é um governo de país árabe, mas é um governo pró-Estados Unidos, é um governo dócil à política imperialista e fornecerá tanto quantos milhões de barris os Estados Unidos necessitarem. Esse país não tem autonomia nem soberania alguma. Tem milhares de soldados estadunidenses, bases militares lá instaladas. Como dizemos, uma espécie de protetorado.

Então a questão central é o petróleo, é o controle do petróleo dos árabes. O Kuwait e a Arábia Saudita possuem governos dóceis, os Emirados Árabes, Qatar, também, todos os países do Golfo. O país que mais resistia era o Iraque e por isso ele tinha que ser destruído e foi. Foi destruído, foi ocupado. Você veja na guerra de 1991, nunca consigo esquecer isso: em um ano Saddam reconstruiu o país inteiro. Passaram-se sete anos agora e em março de 2003 veio a nova invasão e o país viveu o maior caos, metade da população tem cortes de energia e toda a infraestrutura de saneamento e abastecimento de água está destruída. Sete anos se passaram.

Agora, o petróleo continua saindo continuamente para os Estados Unidos. Por isso, o grande objetivo ali é o controle da presença militar que, mesmo tendo terminado em dezembro de 2011, o país segue sendo influenciados pelos EUA e fornecendo petróleo em grandes quantidades para os norte-americanos.

Aquele intelectual paquistanês, Tariq Ali, que deu uma entrevista em 2003 falando que esta ocupação seria para mais de 10 anos, acabou acertando em cheio. Duraram nove longos anos. Mesmo com a retirada do grosso das tropas, haverá a presença americana no Iraque por muito tempo ainda.

É grande o número de teóricos que afirmam que o atentado de 11 de setembro de 2001 não passou de uma grande farsa tramada pelo governo norte-americano, ou com seu consentimento. O objetivo principal seria ganhar uma legitimidade em nível global para o envio de tropas para o Oriente Médio. Qual a opinião do senhor sobre a afirmação destes teóricos? O sionismo poderia ter relação com tal trama?

Eu li muito a respeito deste assunto. O que me chamou atenção foi um grande escritor americano Gore Vidal falecido recentemente. Ele é desta linha, de que havia um grande interesse dos Estados Unidos. A popularidade do Bush estava muito baixa, era preciso recuperar isso e uma nação em guerra aumenta a popularidade do governante, pois a nação veste farda nesse momento, inteirinha e vai para a guerra.

Eu acho, apesar de tudo que se levanta, que há um movimento crescente nos Estados Unidos dos que duvidam do relatório final da comissão que investigou o 11 de setembro, de que as torres não poderiam cair inclusive, pois eram muito resistentes. Enfim, é um movimento de engenheiros. Eram 150 e hoje são 1500 engenheiros – que é uma entidade nacional – que contestam os resultados. Eu ainda hoje, apesar deste crescente movimento, não me somo a esta interpretação no sentido de achar que isso foi feito pelos Estados Unidos. Eles têm várias provas, como, por exemplo, o fato de a força aérea americana ter demorado mais de uma hora e meia para agir etc.

Eu ainda quero acreditar que isso faz parte do que se chama de “teoria conspirativa da história”. Não sei se foi a Al-Qaeda que fez, mas está muito documentado, os membros que sequestraram os aviões. De qualquer forma ainda vamos esperar alguns anos para ver se algumas outras provas vêm à tona. Mas serviu aos interesses de certa forma dos Estados Unidos. A popularidade de Bush foi a 80%. Um mês e meio depois, ele ocupou o Afeganistão e em março do ano seguinte o Iraque. Se isso não foi feito pelos Estados Unidos, de qualquer forma, o grupo que fez isso ajudou a fortalecer a direita americana, fez o jogo deles. Então escolheram uma péssima maneira de atuar contra o imperialismo.

Apenas para registro. Dos 19 sequestradores dos três aviões para a operação do dia 11 de setembro de 2001, 15 eram sauditas, ou seja, nasceram na Arábia Saudita. Bin Laden, assassinado em 2011, é saudita e sua família mantém excelentes laços com a família do então presidente Bush e seu pai. No entanto, os EUA decidem atacar o Afeganistão. Não é estranho isso? Porque os ataques não foram na Arábia Sauditas?

Enquanto vidas inocentes estão sendo esmagadas em Gaza, e a “comunidade internacional” não mostra grande pró-atividade para a finalização deste conflito. Como e quando o senhor crê que possa acabar esse conflito?

Hoje eu vejo poucas perspectivas de paz no Oriente Médio, pelo menos com esse governo de Israel, uma aliança entre partidos de direita e de extrema-direita. E o que seria de centro-direita é o que faz oposição hoje, o Kadima, da ex-chanceler Tzipi Livni. Então, o Kadima hoje pode ser considerado um partido de centro-direita. O Israel Beitenu (“*Nossa casa é Israel*”), que é o do Avigdor Liebermann, é de extrema-direita, e com este governo não há, atualmente, a menor possibilidade de ser feito um acordo de paz.

Veja, até os Estados Unidos e Obama, que foi eleito pelos judeus com ajuda do lobby judaico que se chama AIPAC e agora reeleito com o mesmo apoio – que são grandes doadores e financiadores de campanhas – e que é um homem progressista, declarou querer a paz, fez um discurso histórico na Universidade do Cairo em junho de 2009, dando a mão estendida para o mundo muçulmano, com toda a força que têm, não conseguem controlar o Estado de Israel.

Quando o vice-presidente americano Joe Biden, que é a favor do sionismo, não é judeu mas faz o jogo deles, passou em Israel se disse surpreendido pelo anúncio da construção de mais 1.600 casas em Jerusalém oriental árabe. Então, ali não tem possibilidade, Israel praticamente humilha os Estados Unidos, e Gaza continua sob cerco. É a maior prisão a céu aberto do planeta, e vive a condição humanitária a mais precária do mundo. Presenciei essa situação nos cinco dias que passei na Palestina em março de 2012.

E o mundo não se levanta. O mundo nada faz. Por que nada faz? Porque a potência que poderia fazer alguma coisa não tem força para isso. Por isso, veja quão forte é este movimento mundial que sustenta o Estado de Israel. Temos que olhar sob uma perspectiva histórica. Israel está cada vez mais isolado e ele sente isso. A cúpula do exército americano já soltou um documento onde vários generais já se pronunciaram. O massacre da Palestina, a segurança dos soldados americanos que estão presentes em vários países do mundo começa a ficar mais debilitada, porque eles podem ser alvos de qualquer cidadão consciente e que é contra o que vem acontecendo lá no Oriente Médio. Por exemplo, dar uma apunhalada num soldado americano que está em dia de folga num bar tomando uma cerveja. Ou seja, está ficando inseguro ser americano no mundo.

Agora, se Israel decidir bombardear o Irã – e isso pode acontecer de fato –, e as instalações nucleares iranianas serem atacadas por Israel, isso vai levar a tensão para um nível nunca antes visto. Dizem os estudiosos do assunto que a tensão entre Estados Unidos e Israel nunca chegou num nível tão alto como em 1975, há 37 anos, justamente por causa do problema de que não se congelam os assentamentos. Quer dizer, esse governo de Israel dá prosseguimento aos assentamentos, às construções em Jerusalém oriental. Portanto, em relação a acordo de paz eu não vejo perspectiva alguma em curto prazo.

Um dos líderes da Revolução Islâmica, aiatolá Seyyed Ali Khamenei, teria feito uma declaração na qual afirmava que o mundo iria um dia sem sombra de dúvidas ver o fim do Estado de Israel. O senhor acredita na declaração do aiatolá? Como isso seria possível na prática? Quais são as forças hoje existentes no mundo que poderiam de alguma forma combater o Sionismo?

Essa é uma pergunta bem complexa. Quando a ONU votou em 24 de novembro de 1947 a partilha da Palestina, contou com o apoio das potências da época, até da União Soviética. Muitas pessoas socialistas e comunistas ficam intrigadas com relação à razão de a União Soviética ter apoiado a partilha do território palestino.

Eu consigo compreender, mas acho que foi um erro histórico de Stálin. A comoção que o mundo vivia na época com milhões de judeus mortos foi muito grande. Por incrível que pareça, os Estados Unidos se abstiveram nessa votação. Foram 13 votos contrários, mas acabou ganhando por três votos acima do que era necessário, e houve várias abstenções. O Brasil foi praticamente aquele que deu aquele voto decisivo, quem presidia a sessão era um brasileiro, Oswaldo Aranha, de origem judaica. Então, o Brasil acabou ajudando isso, e também União Soviética, França e Inglaterra.

Depois disso, apareceu a proposta política de dois Estados, só que o Estado de Israel foi criado no ano seguinte, em 14 de maio de 1948, e o Estado palestino nunca foi criado. Então a grande luta dos palestinos hoje é criar o seu Estado. Agora, com essa crise de hoje o desgaste de Israel é tão grande que volta a crescer a tese de um Estado único com o nome de Palestina e não Israel. Esse Estado único, a Palestina, teria de ser laico e teria que ser democrático, ou seja, um Estado único binacional, com dois povos, com duas línguas, convivendo no mesmo território harmonicamente se possível, com um mesmo parlamento, com partidos políticos que disputassem as eleições, em que ora pode ganhar um judeu, ora pode ganhar um árabe, mas que fariam composições políticas.

Entretanto, isto está muito distante. Não vejo nenhuma possibilidade disso. Atualmente, há quase uma unanimidade na comunidade internacional em relação à política de dois Estados. Dois Estados para dois povos, vivendo sob fronteiras seguras e em harmonia, se possível. Agora, com esta política Israel não concorda, não aceita o Estado da Palestina de jeito nenhum. Esse primeiro-ministro Benjamin Netanyahu não usa a palavra Estado da Palestina. Há inclusive desde 2011 o pedido pela ANP de que sejam admitidos na ONU como seu 194º estado-membro. Mas, os EUA barram a proposta. Criamos inclusive no Brasil um Comitê de apoio ao Estado da Palestina composto pelas maiores e principais entidades representativas da sociedade civil brasileira ano passado.

Então, acho a situação muito difícil. É possível, olhando em perspectiva histórica, vendo o que Israel está fazendo com o povo palestino, especificamente em Gaza, que leve a um desgaste que inviabilize a existência do Estado de Israel. Kissinger, em recente e polêmica declaração – e olha que ele tem ascendência judaica – no *The New York Times* – que eles havia ouvido dizer que todas as 16 agências de inteligência estadunidenses mencionam o fato que Israel pode desaparecer em 2020. Incrível isso, mas tudo é possível.

Até do ponto de vista demográfico, no crescimento daquele um milhão e meio de palestinos, moradores de Gaza, em Israel, mais os quatro milhões que moram fora, a taxa de fecundidade e natalidade da mãe israelense judia é muito baixa, é quase igual ou menor do que a do padrão europeu (populações cujas mães tenham fecundidade menor que 1,6 filhos correm risco de encolherem). E a dos palestinos é muito alta: 7, 8, 9 crianças por mãe. Por isso, até por esse aspecto e pelo desgaste que Israel vive, pode ser que em perspectiva acerte esta previsão de inviabilizar.

Hoje não existe a menor condição de haver um Estado único lá. Israel continua sendo reconhecido. Nós de esquerda de um modo geral nos alinhamos com esta política defendida pela ONU, pela União Europeia, pela Rússia, e pelos Estados Unidos, o chamado quarteto. Esse quarteto defende isso e tem apoio amplo na comunidade internacional. E o Brasil também apoia. Nós de um modo geral, toda a esquerda, defendemos a solução de dois Estados para dois povos. Essa é a proposta apresentada na ONU pela Autoridade Palestina. Esse povo precisa de seu estado nem que for hoje 20% da Palestina histórica. É um começo. E ainda assim, é muito difícil a sua aprovação. Até porque o dia que isso ocorrer, os 700 mil colonos judeus ortodoxos nas mais de 250 colônias/assentamentos na Cisjordânia no dia seguinte passarão a ser considerados “invasores” do ponto de vista do direito internacional. E como ficará a mesma ONU que aceitou o Estado da palestina? Ai tirar esses judeus de lá?

Sabe-se que o sionismo conta com uma grande força política, e uma enorme força financeira. Afinal, como estes grupos na opinião agem e quais são os principais sionistas do mundo?

Pela descrição dos grupos mais detalhada, o sionismo age dentro de Israel por esses partidos políticos que mencionei anteriormente: o Likud, o partido chamado Israel Beitenu. Secundariamente, entre os chamados partidos de centro–direita, temos um grupo chamado Kadima (este está na oposição). Todos estes partidos têm uma unanimidade: defendem o sionismo, defendem Israel como terra prometida e defendem essa política agressiva contra a paz do atual primeiro-ministro Benjamin Netanyahu.

Fora da Palestina o maior lobby sionista se expressa através desse AIPAC (na sigla em inglês significa Escritório de Interesses de Israel nos Estados Unidos), onde se reúnem financistas, industriais, pessoas que têm o objetivo de defender Israel. Israel não consegue viver hoje sem a ajuda americana que varia entre três e cinco bilhões de dólares a fundo perdido todos os anos. Se somar tudo o que os Estados Unidos deram para Israel desde 1948, portanto 64 anos que se completaram no mês de maio, é o dobro de toda ajuda humanitária que os Estados Unidos deram para o mundo inteiro.

Israel depende desse recurso, desse dinheiro que vem dos Estados Unidos, então os sionistas seguem muito forte hoje em plano mundial. A correlação no mundo para nós de esquerda, que defendemos outro mundo pautado em igualdade, liberdade, de fraternidade, solidariedade, hoje ainda não conseguiu juntar forças contra essa correlação de forças sionistas no planeta. Foi positiva a reeleição de Obama. Alguns países na América do Sul estão nas mãos de pessoas de esquerda. Apesar de algumas derrotas aqui e ali, nós estamos hoje vislumbrando no mundo um grande crescimento das forças progressistas, das forças que idealizam um mundo melhor. Mas isso ainda não é suficiente para evitar esse massacre que continua a ocorrer na Palestina.

* Thiago Perez é estudante de Ciência Política, tem dentre os conhecimentos acadêmicos preferência pela sociologia, economia e também a teologia. Esta entrevista faz parte de uma pesquisa que tem por objetivo no futuro consolidar não somente um trabalho acadêmico, mas também um livro sobre a história social do sionismo.

Já há algum tempo circula pela Internet, de autoria anônima, um conjunto de comentários sobre o comportamento da mídia, da imprensa internacional, especialmente as grandes redes de TVs, quando o assunto central é Israel. Sempre chamei a atenção para o fato de que os guerrilheiros que lutam pela libertação da Palestina não são terroristas, como a mídia americana insiste em chamar esses lutadores. Muitas vezes, esses jovens palestinos têm que usar seus próprios corpos como arma para atingir seus objetivos e fazerem-se ouvir, ainda que isso possa causar dor e sofrimento. Na Universidade Metodista de Piracicaba, onde lecionei por vinte longos anos, uma das disciplinas a que me dedicava era Sociologia da Comunicação. Debati muito com futuros jornalistas o conteúdo que aqui apresento de forma mais detalhada.

Em todas as épocas na história atividades de sabotagem, ataques e atentados foram utilizados. Se formos levar a sério essa denominação de terrorista para quem usa o seu corpo para matar outras pessoas, o primeiro e mais famoso deles teria sido Sansão (aquele da lenda bíblica da Torá, que se relacionava com Dalila), do Antigo Testamento. Ao derrubar as colunas do templo, matou pelo menos três mil filisteus (os antigos palestinos).

Sem que sejam escritas e formalmente aprovadas por alguém, parece que existem certas regras de ouro adotadas quase unanimemente pela mídia internacional e que nossos jornais no Brasil seguem à risca. Gostaria de comentar aqui essas regras de ouro dessa mídia internacional:

1. No Oriente Médio, são sempre os árabes que atacam primeiro. Israel apenas se "defende". Essa resposta chama-se "represália". Nunca é Israel quem ataca primeiro, ainda que praticamente todas as guerras entre árabes e judeus tenham sido de iniciativa de Israel. A história registra massacres famosos perpetrados pelos terroristas do Irgun, do Haganah, do Stern e outros grupos judaicos a serviço de seu projeto sionista de colonização da Palestina. Assim, para o grande público, Israel é sempre "vítima" dos palestinos, numa nítida inversão de valores, pois não há equilíbrio de forças entre essas duas partes no conflito.

2. Os árabes, os palestinos e os libaneses não têm direito de matar civis. A isso se chama de "terrorismo". Israel tem o direito de matar civis. Isso se chama de "legítima defesa". Nessa guerra recente, no massacre que Israel perpetrou no Líbano e na Faixa de Gaza, onde mais de 1.200 árabes foram mortos em 2006 e outros 1.500 palestinos foram mortos em 2008-2009, alguns da forma mais atroz possível, os israelenses nunca foram chamados de terroristas. Ataques a civis quando são os judeus que fazem não têm importância ou problema algum, mas quando são os guerrilheiros palestinos ou libaneses que o fazem, são "terroristas". Quando Israel ataca indiscriminadamente os árabes, a imprensa chama essa atitude de "legítima defesa", não importando quantos mortos ficaram pelo caminho, sejam eles crianças, mulheres, velhos, como no massacre de Sabra e Chatila, em setembro de 1982, quando quase três mil palestinos foram assassinados pelas falanges libanesas protegidas pelo exército de Israel, sob o comando de Ariel Sharon.

3. Quando Israel mata civis em massa, as potências ocidentais pedem que seja mais comedido. A isso se chama de "reação da comunidade internacional". Não há esboço nenhum, além de pequenas reações de alguns países, tímidos, aos atos terroristas que Israel comete. A ONU se mostra impotente, pelo apoio direto que os Estados Unidos têm dado a Israel. No caso do massacre de mais de mil libaneses e quatro mil feridos e um milhão de deslocados em julho de 2006, bem como a destruição quase completa de boa parte das cidades do Líbano, demorou 34 dias para que o Conselho de Segurança votasse uma Resolução do cessar fogo. Esse ataque teve total apoio de George W. Bush. Isso porque, na verdade, o que os países centrais não querem, e talvez não consigam, é enfrentar a potência americana. O massacre de 21 dias entre dezembro de 2008 e janeiro de 2009 na Faixa de Gaza, que matou 1,5 mil palestinos, a maioria crianças, velhos e mulheres, demorou vários dias para que o governo americano e a União Europeia pedissem um cessar fogo.

4. Os palestinos e os libaneses não têm direito de capturar soldados de Israel dentro de instalações militares com sentinelas e postos de combate. Isso se chama de "sequestro de pessoas indefesas". Israel tem o direito de sequestrar a qualquer hora e em qualquer lugar quantos

palestinos e libaneses desejar. Atualmente, são mais de cinco mil prisioneiros, dos quais centenas de crianças e mulheres. No caso dos episódios de julho de 2006, o que ocorreu foi exatamente isso. Guerrilheiros palestinos capturaram, em combate, soldados israelenses, que não eram nem estavam indefesos. Ao contrário. Foram capturados em combate, dentro de suas fortalezas e com sentinelas. Mas toda a mídia saiu em defesa dos três soldados israelenses (dois sequestrados por guerrilheiros libaneses e um por palestinos). Israel para fazer seus sequestros não necessita nem de processo, nem de culpabilidade. Simplesmente invade residências e prende quem achar que deve prender. Esses prisioneiros de guerra, que são também prisioneiros políticos, não têm direito a defesa e a um julgamento justo e Israel os mantém presos indefinidamente. A isso a mídia internacional chama de "prisão de terrorista".

5. Quando se menciona a palavra "Hezbollah" na mídia é preciso em seguida vir uma frase "apoiada e financiada pela Síria e pelo Irã". Quando se menciona a palavra "Israel", é proibida a menção a "financiado pelos Estados Unidos". Se isso ocorresse, poderia dar a impressão de que o conflito é desigual e que Israel não estaria em perigo existencial. Ou seja, não se pode passar a ideia de que Israel é uma potência, mas sim a de que está sempre ameaçado. Se um dos lados em conflito estiver apoiado por dois países islâmicos, a opinião pública poderia aceitar mais "naturalmente" a reação israelense. Aqui, em lugar algum da mídia internacional, levanta-se a simples e natural hipótese de que o apoio político e mesmo militar que Irã e Síria possam dar – e não só seus governos, mas também seus povos –, seria na linha da solidariedade e comprometimento com a luta justa dos palestinos e libaneses. Israel recebe dos EUA, ao ano e em todos eles regularmente, pelo menos três bilhões de dólares, além de toda a ajuda militar, armamentos etc.

6. Quando a mídia se referir a Israel fica terminantemente proibido usar expressões "territórios ocupados", "Resoluções da ONU", "violações dos direitos humanos" ou "Convenções de Genebra". Israel viola sistematicamente todas as decisões da ONU – mais de uma centena – no que diz respeito aos territórios palestinos ocupados, violações de direitos humanos desse povo, bem como todas as convenções e tratados de Genebra sobre direito internacional. Trata-se de territórios palestinos ocupados por Israel na Guerra dos Seis Dias de junho de 1967, quando toda a Faixa de Gaza, Cisjordânia e Jerusalém foram ocupados, bem como parte do Líbano, da Síria e do Egito. Foi a maior expansão do Estado Judeu na história da região. A imprensa praticamente nunca menciona as dezenas e dezenas de resoluções que foram aprovadas seja pelo CS ou pela própria Assembleia Geral, condenando Israel. Este Estado – que alguns autores classificam como Estado "bandido" ou "pária" – sequer se dispõe a cumprir resolução alguma da ONU e simplesmente não se fala mais nisso. Quando a resolução é para desarmar o Hezbollah, faz-se um coro unido internacionalmente para que ela seja imediatamente cumprida. São dois pesos e duas medidas.

7. Todos os palestinos e libaneses são "covardes" que se escondem entre a população civil que "não os quer". Os palestinos dormem em suas próprias casas, vivem com suas famílias. Israel chama isso de "covardia". Em seguida, Israel bombardeia indiscriminadamente essas casas, e a mídia lhes concede o "direito" de aniquilar com bombas e mísseis centenas de líderes da resistência, usando bombas e artilharia aérea, matando-os, em sua maioria, quando estão dormindo. Tais ataques ocorrem pelos ares e a centenas de metros de altitude. A isso a mídia chama de "ataques cirúrgicos de alta precisão" (*sic*).

8. Os israelenses falam melhor o inglês, o francês, o espanhol e mesmo o português que os árabes. Por isso, eles e os que os apoiam devem ser mais entrevistados, devem repercutir suas próprias ações e ter mais oportunidades que os árabes, inclusive as presentes regras de ouro do jornalismo com relação a Israel. A isso dão o estranho nome de "neutralidade jornalística". Todas as redes internacionais de TVs e jornais que mantêm correspondentes no Oriente Médio sequer falam o árabe, língua de mais de 400 milhões de árabes, os maiores interessados em repercutir as ações que são tomadas em seus territórios. Mas estes, pouco ou quase nunca, são ouvidos. TVs árabes não têm quase nenhuma penetração no Ocidente, salvo a recente Al Jazeera que, inclusive, tem se aproximado do Ocidente e não expressa a opinião majoritária do povo árabe.

9. Todas as pessoas e jornalistas que não estiverem de acordo com as regras anteriores serão considerados "antissemitas" e até "terroristas de alta periculosidade". Toda e qualquer crítica que Israel venha a receber hoje na grande imprensa, logo o jornalista ou articulista é tachado de antissemita. Tempos atrás, o combativo jornalista Robert Fisk, do jornal *Independent* de Londres, considerado progressista para os padrões londrinos, escreveu um artigo intitulado "Sem medo de chamado de antissemita", em uma profunda e forte crítica à forma como Israel vem tratando os palestinos. Na prática a direita judaica e israelense quer colocar um sinal de igualdade entre "antisionismo" e "antissemitismo". Os que lutam e defendem a causa palestina são antissionistas e nunca antissemitas.

Quando tudo isso vai mudar? Que devemos fazer para alterar essa realidade? Por isso e cada vez mais, apoio à luta do povo palestino, com certeza a luta internacionalista mais justa da atualidade à qual todos os patriotas e democratas de todo o mundo deveriam se somar.

* Sociólogo, professor, escritor e arabista. É membro do GT Árabe.

A História da Solidariedade com o Povo Palestino no Brasil

Emir Mourad *

Ali El Khatib **

As primeiras manifestações de Rua no Brasil a favor e solidárias com o povo palestino ocorreram durante a invasão israelense ao Líbano em 1982.

O Escritório de representação da OLP (Organização Para a Libertação da Palestina) já havia se instalado no Brasil em 1979, o que deflagrou por parte do movimento sionista no Brasil uma campanha de difamação agressiva, contrariando a posição do próprio governo brasileiro que apoiava as reivindicações palestinas pelo seu Estado independente.

O representante da OLP, Dr. Farid Suwwan, apoiado pela comunidade árabe em geral e palestina em particular, pelos movimentos sociais e partidos, construiu a base de amplo leque de solidariedade à causa palestina no seio da sociedade brasileira.

Em 1982, Israel cometeu um verdadeiro massacre contra as populações libanesas e palestinas; tudo televisionado. E o mundo assistia diariamente aos horrores perpetrados pelo exército israelense.

Durante o cerco a Beirute, capital do Líbano, que durou 70 dias, o exército israelense bombardeou por ar, terra e mar, sem distinguir entre os alvos a população civil de 500 mil habitantes. Uma destruição terrível, uma carnificina estava exposta e adentrava pela TV os lares dos brasileiros. Os mortos chegaram a 30 mil, segundo as estimativas oficiais. Durante as invasões perpetradas pelo exército israelense ao Líbano até 1982 mais de 200 mil crianças foram mortas, mutiladas ou feitas refugiadas.

Após a retirada dos combatentes da OLP, milícias fascistas libanesas, com o apoio do exército israelense que controlava a capital, executaram mais de três mil civis nos campos de refugiados palestinos de Sabra e Chatila. Cenas desse holocausto palestino foram mostradas ao vivo e a cores ao mundo.

Foi nesse contexto de horror e tragédia que a comunidade árabe no Brasil (palestinos, libaneses, sírios e de outras nações árabes), tomada por um sentimento de pesar e revolta, reagiu e foi às ruas da Avenida Paulista, com o apoio, participação e organização dos partidos políticos e entidades da sociedade civil brasileira, para protestar, desabafar e externar a sua dor e sua inconformidade com a tragédia: *“Foi quando em setembro acontece o Massacre de Sabra e Chatila no Líbano. A mobilização mundial foi muito grande. No Brasil maior ainda. A UNE, os sindicatos, os partidos políticos, foram às ruas e o grito de guerra era ‘OLP estamos com você’, e ‘Israel assassino do Povo Palestino’. Muitas manifestações de rua foram realizadas em todo o país, a maior delas em setembro de 1982 na cidade de São Paulo com a participação de dez mil pessoas pedindo o fim dos massacres e a criação do Estado da Palestina, livre, soberano e democrático”* (1).

Nesse período de intensa mobilização e debates sobre a Causa Palestina, um grupo de jovens de descendência palestina, síria e libanesa fundou a Associação Cultural SANAUD, que contou com a contribuição fundamental de Ali El Khatib, histórico militante da causa palestina no Brasil, um grande amigo e companheiro de incontáveis jornadas, desde os idos de 1980: *“Neste momento, 1982, com a juventude árabe se reunindo na sede da Sociedade Árabe Palestina, na Avenida Senador Queiróz em São Paulo, surgiu a ideia de formarmos uma Associação Cultural. Foi então que surgiu a Associação Cultural Sanaud. Em 1985, nós realizamos o 1º Congresso das Associações Culturais Sanaud e o 1º Encontro da Juventude Árabe-Palestina da América Latina e Caribe, na Fazendinha, no Campus Taquaral da UNIMEP em Piracicaba”* (2).

A Associação Cultural Sanaud de São Paulo foi a primeira a ser fundada. Depois foram criadas 17 Associações em todo o Brasil. Um dos momentos históricos da Sanaud foi a participação com faixas, banca de livros e panfletagem, no primeiro comício das Diretas Já, no estádio do Pacaembu, em 1983. Dentre outras atividades e outros fatos históricos, destacamos:

- A criação, em 1982, do primeiro movimento organizado da sociedade brasileira em apoio à causa palestina, o Comitê Brasileiro de Solidariedade ao Povo Palestino, com a participação de representantes de entidade nacionais e dos partidos políticos.

- A campanha eleitoral de 1982, quando o primeiro presidente da Federação Palestina, o saudoso irmão e amigo Souheil Sayegh, foi lançado como candidato a deputado estadual pelo PT, tendo como companheiro de chapa Airton Soares – PT (candidato a deputado federal) e Sérgio Tufic (candidato a vereador de São Paulo). Foi uma campanha intensa, onde a juventude SANAUD e amplos setores da comunidade árabe cumpriram um papel ativo de mobilização e apoio. Faltaram menos de 800 votos para eleger Sayegh.

- A Campanha pela Libertação de Lâmia, presa em Israel e libertada após 11 anos, com massiva participação popular e da imprensa quando de sua chegada ao Brasil em fevereiro de 1997. A irmã e companheira Lâmia foi uma das fundadoras da Associação Cultural Sanaud.

- A aprovação pela Assembleia Legislativa de São Paulo, em 1984, da Lei do Dia Estadual de Solidariedade ao Povo Palestino, iniciativa do deputado Benedito Cintra (PCdoB) e sancionada pelo governador Franco Montoro.

- O Congresso de Fundação da COPLAC (Confederação Palestina para América Latina e Caribe), realizado em 1984, na cidade de São Paulo, cuja abertura foi na Assembleia Legislativa e contou com a participação da comunidade árabe e palestina, de autoridades governamentais e não governamentais em nível nacional e internacional.

- A inauguração da Praça Estado da Palestina pela prefeita Luiza Erundina, em 1989, que contou com a presença de todas as entidades e lideranças palestinas do Brasil. Apesar das pressões que a prefeita enfrentou, não esmoreceu, não se rendeu e, dignamente, honrou o seu compromisso de solidariedade com o povo palestino.

- A visita, em 1995, do presidente Yasser Arafat ao Brasil. Líder do povo palestino, presidente da OLP e da Autoridade Nacional Palestina. A comunidade palestina presente em massa em Brasília. Um grupo de jovens, com o lenço palestino (hata ou kafieh) aos ombros, aguardava a chegada de Arafat. Escolheram como local provável um dos hotéis da cidade, e tiveram sorte, acertaram. Quase cinco da manhã e o presidente adentrou o *hall* do hotel e, não demonstrando cansaço, recebeu a todos, com um sorriso largo e um brilho nos olhos, cumprimentou um por um dos trinta e poucos jovens que lá estavam. Distribuiu abraços e palavras de carinho e emoção.

Nesses 31 anos, foram inúmeros os atos públicos, as sessões solenes comemorando o 29 de novembro, Dia Internacional de Solidariedade com o Povo Palestino, as manifestações de rua, os debates, as palestras, as visitas à Palestina, ocupada de delegações parlamentares, sindicais, políticas, os congressos nacionais e internacionais da comunidade palestina no Brasil tendo como entidade representativa a FEAPB (Federação de Entidades Árabe-Palestinas Brasileiras), fundada em 1980, hoje denominada Fepal (Federação Árabe Palestina do Brasil).

Em 29 de agosto de 2011, no Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo, foi inaugurado o Comitê de Campanha pelo Estado da Palestina Já para apoiar a estratégia da OLP (Organização para a Libertação da Palestina), único e legítimo representante do povo palestino, de aprovar a admissão do Estado da Palestina como membro da ONU.

Em 20 de setembro, o Comitê realizou uma grande caminhada pelo centro de São Paulo, culminando com um Ato público em frente à Câmara Municipal. E aconteceram caminhadas e atos em várias cidades e capitais do Brasil.

Essas duas atividades, inauguração do Comitê e caminhada/ato público, marcaram uma virada histórica no movimento de solidariedade ao povo palestino. Primeiro, não foi uma reação a mais uma das costumeiras brutalidades criminosas com que Israel trata o povo palestino, mas sim uma ação política de apoio a OLP e ANP no seu objetivo de solicitar à ONU que o Estado da Palestina seja admitido como Estado-membro de plenos direitos como os demais 193 países que compõem a Assembleia Geral das Nações Unidas.

As mais de três mil pessoas presentes na caminhada não compareceram motivadas pelo repúdio a mais uma das costumeiras brutalidades criminosas com que Israel trata o povo palestino, mas por uma ação política clara de apoio ao direito do Estado da Palestina integrar o concerto das Nações. Não foi necessário aguardar ou receber a notícia de um novo massacre ou bombardeio contra o povo palestino para que houvesse alguma reação. A ação precedeu a reação!

O movimento de solidariedade contrapõe a fase da reação e salta para a etapa da ação positiva, evidenciando maior maturidade e afirmando a sua compreensão do atual estágio de luta e resistência do povo palestino.

Segundo, pela primeira vez, tanto no ato de lançamento do Comitê pelo Estado da Palestina Já, no dia 29 de agosto, como no ato e caminhada do dia 20 de setembro, tivemos a participação de todas as centrais sindicais, das entidades estudantis e de mulheres. Na caminhada, participaram partidos políticos, parlamentares, religiosos, artistas, escritores, jovens, entidades da comunidade árabe e dos mais variados extratos do movimento social. Estiveram presentes 64 entidades nacionais e partidos políticos.

Uma das cenas mais emocionantes da caminhada foi quando jovens, homens e mulheres desfraldaram a bandeira palestina de 40 metros de comprimento, evidenciando o seu compromisso com a causa palestina e externando sua alegria e determinação em manter a bandeira erguida durante todo o trajeto da caminhada.

O embaixador da Palestina no Brasil, Ibrahim Al Zeben, quando do seu discurso no ato de lançamento do Comitê, no Sindicato dos Engenheiros, agradeceu aos presentes pela solidariedade e disse: “agradeço a solidariedade de todos, vejo aqui quadros representativos do povo brasileiro, aqui vejo todo o Brasil, vejo toda a América Latina, vejo a humanidade”.

Após essa jornada de ações solidárias pelo Estado da Palestina Já, foi realizado o Primeiro Encontro Nacional de Solidariedade com o Povo Palestino, em novembro de 2011, tendo como protagonista principal o MST. Durante o Encontro, foi aprovada uma plataforma ampla de solidariedade. No dia 29 de novembro a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo comemorou o Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino (Lei Estadual aprovada em 1984).

O Fórum Social Mundial Palestina Livre

Esse histórico aqui relatado, de mais de 30 anos de construção de um movimento de solidariedade, fez possível o Brasil sediar o primeiro fórum temático internacional sobre a questão palestina dentro da estrutura do Fórum Social Mundial.

Destacamos o protagonismo da CUT (Central Única dos Trabalhadores), que teve um papel fundamental nas instâncias internacionais e nacionais para a concretização do evento.

Cabe ressaltar o importante papel estratégico do governo brasileiro no apoio ao povo palestino e suas autoridades legítimas durante esses anos todos, principalmente na última década, tanto no que diz respeito às ações concretas de reconhecimento do Estado da Palestina como à ajuda política e financeira aos projetos de auxílio aos refugiados palestinos.

A soma desse histórico de apoio da sociedade civil organizada e do governo fez do Brasil uma sede natural para o Fórum.

Estado da Palestina Já na ONU e na terra santa da Palestina, com Capital Jerusalém; pelo direito de retorno dos refugiados, desmantelamento das colônias judaicas e do Muro do Apartheid e a libertação dos prisioneiros palestinos.

* Engenheiro e secretário-geral da Fepal (Federação Árabe Palestina do Brasil).

** Sociólogo e administrador, pesquisador do NEAF da Faccamp e presidente do Instituto Jerusalém do Brasil. Ambos são membros do GT Árabe.

Notas

[1] e [2]: Entrevista com Ali El Khatib, disponível em http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna=25&id_coluna_texto=2851

O Estado da Palestina já!*

Emir Mourad **

O fato de Israel ter vencido guerras não o faz regulador de normas internacionais nem exime o país das infrações cometidas perante as leis

A questão fundamental para a solução do conflito entre palestinos e israelenses é reconhecer que os países-membros da ONU possuem direitos e deveres que regulam a convivência civilizada entre nações, Estados, governos e povos.

Israel, dentre diversas resoluções do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral, acatou, até hoje, uma só resolução: a que aceitou Israel como membro da ONU!

A Palestina existe de fato antes de Israel ter sido criado em maio de 1948: uma cultura milenar, um povo organizado na cidade e no campo, em maioria árabe muçulmana e cristã, com minoria judaica, todos pertencentes à sociedade palestina, com instituições sociais, industriais, educacionais, faltando só o reconhecimento de direito para estabelecer seu Estado independente. O estabelecimento do Estado da Palestina é questão de direito!

Veja ou outra nos deparamos com opiniões "desinformadas" sobre a demografia da época do mandato britânico sobre a Palestina, tais como "o território que a ONU destinou aos judeus já continha maioria judaica".

Nos dados da ONU consta que, em dez dos 16 subdistritos administrativos, a população palestina perfazia mais de 82% do total da população. A Comissão de Inquérito Britânico-Americana, em 1945 e 1946, apresentou relatório com os dados de 1,269 milhão (67,6%) de árabes palestinos e 608 mil judeus residentes dentro das fronteiras do mandato da Palestina.

Sobre as guerras ocorridas em 1948, 1967 e 1973, todas as resoluções da ONU se referem às ações da "potência ocupante", Israel, e à ilegalidade de ocupar, colonizar e anexar territórios pela força militar.

Além da responsabilidade histórica de Israel pela expulsão dos refugiados palestinos.

Quanto aos judeus que foram expulsos de países árabes, eles obtiveram a cidadania israelense e deixaram de ostentar o direito de reivindicar qualquer *status* de refugiados, diferentemente dos refugiados palestinos, que hoje somam quase cinco milhões e são reconhecidos como refugiados segundo o Estatuto da ONU e o direito internacional.

O conflito tem proporções internacionais, já que foi criado pela própria ONU e pelas intervenções de várias potências, em decorrência de seus interesses econômicos na região do Oriente Médio.

O fato de Israel ter vencido guerras não o faz regulador de normas e leis internacionais nem o exime de infrações cometidas perante a lei!

Em julho de 2004, a Corte Internacional de Justiça proferiu uma sentença, por 14 votos a um, declarando ilegal e pedindo a demolição do muro que Israel construiu nos territórios ocupados.

A representante do Brasil na ONU, embaixadora Maria Viotti, em seu relato sobre a questão palestina, declarou, em 21 de abril de 2011: "As atividades de assentamento na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental são ilegais e um obstáculo à paz".

Os palestinos, em setembro próximo, vão pedir que o Estado da Palestina seja reconhecido como membro das Nações Unidas, tal como Israel o foi em 1949. Se Israel continuar negando esse direito aos palestinos, estará negando a razão de sua própria existência!

* Publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo* do dia 12 de junho de 2011, na coluna Tendência e Debates, página 3.

** Engenheiro civil, é secretário-geral da Federação Árabe Palestina do Brasil (Fepal).

O Preço de uma Paz Verdadeira

Michael Warchawski *

Depois da guerra do Golfo, o conceito de paz foi usado até o extremo. Esta guerra, a primeira das guerras imperiais da nova ordem mundial americana, não teria sido apresentada como um meio de impor a paz no Kuwait? Já tinha sido o caso, pelo menos 10 anos antes, quando o exército israelense invadiu o Líbano em nome da operação “Paz na Galileia”. Tudo se passa como se na virada deste milênio, os maiores horrores e as agressões mais sanguinárias não pudessem obter o consentimento das populações a menos que fossem apresentados sob o ângulo da paz.

O “processo de paz”

O conceito de paz, mesmo quando definido de modo mais preciso, pode ter significados muito diferentes. Pode designar o fim de um conflito, mas também o desejo de não ser mais incomodado por outrem (“deixe-nos em paz”); o fruto de um compromisso mais ou menos justo, mas também o esmagamento total do inimigo (a paz dos cemitérios); o retorno do direito nas relações bilaterais, mas também a capitulação de uma das partes. Esta questão da definição da paz torna-se particularmente pertinente no momento em que as relações israelo-palestinas se desenvolvem no quadro geralmente chamado de “processo de paz”.

Desde 1991, o Oriente Médio entrou efetivamente na era do “processo de paz”. Se por trás da palavra “paz” esconde-se muitas coisas, frequentemente contraditórias, o conceito de “processo”, ele mesmo, é ainda mais mistificador. Durante muitos anos, deixou supor uma dinâmica objetiva, quase natural e independente da ação dos homens e das mulheres. Raros foram os comentaristas que, desde a assinatura da *Declaração de princípios de Washington* (DOP), em setembro de 1993, oficializando os Acordos de Oslo, duvidaram da “irreversibilidade” do processo iniciado pelo aperto de mão histórico entre Yitzhak Rabin e Yasser Arafat. E, no entanto, em setembro de 2000, o processo de paz encalha nos arrecifes de Jerusalém, das colônias habitacionais e dos refugiados palestinos, isto é, sobre as questões essenciais do conflito que ele está destinado a resolver. O inevitável não se realizou, o irreversível se revelou reversível.

Todo mundo, ou quase, está surpreso: as esperanças de paz, de segurança e de reconciliação desabam em alguns dias para dar lugar a uma nova fase de conflito, mais violenta que nunca antes. Como chegamos lá? Eis a questão que se colocam ao mesmo tempo aqueles que estão diretamente envolvidos no conflito e aqueles que se contentaram em ser observadores, às vezes intermediários, nem sempre desinteressados, aliás. Questão que eles se colocam, ou deveriam se colocar, porque numerosos são os israelenses que rapidamente responderam apontando com um dedo acusador contra os palestinos e seus dirigentes. E fechando o dossiê por uma condenação da “intransigência” de seus inimigos.

Um imenso mal entendido

Houve, entretanto, no curso dos últimos anos, numerosos sinais anunciadores do impasse no qual se encontra o “processo” depois do fracasso das negociações de Camp David, em julho de 2000 (1)¹. E se a surpresa é hoje o sentimento dominante, numerosas foram as tomadas de posição e análises preconizando o fracasso desse processo. De fato, comprovou-se rapidamente que todo o período que separa a assinatura da *Declaração de Princípios* da Cúpula de Camp David foi caracterizado por um grande mal entendido. Mal entendido sobre a realidade do conflito, para o qual se procurava negociar a solução, mal entendido sobre as condições da paz.

Façamos abstração das posições israelenses extremistas que põem toda a responsabilidade do conflito nas costas dos palestinos. Estes, na sua oposição irreduzível à existência mesma de uma comunidade judaica no Oriente Médio, teriam empreendido, depois de mais de um século, uma guerra terrorista visando a apagar a existência judaica na Palestina (2)². Tal filosofia rejeitava a priori toda perspectiva de negociar e de encontrar uma solução. O conflito sendo, desde então, uma luta de morte entre dois povos, a existência de um dependendo da destruição do outro. Examinemos antes as posições e as percepções que guiaram os parceiros do processo negociado, sustentados, ambos, pela maioria de suas opiniões públicas.

Para os israelenses, o conflito coloca face a face duas entidades assimétricas que disputam um território do qual cada um reivindica a posse em sua totalidade. Eles devem, entretanto, encontrar um compromisso razoável capaz de pôr um fim ao seu litígio. Esta posição é retomada, desde 1994, pelas diferentes administrações americanas que não falam mais de “territórios ocupados”, mas de “territórios cujo estatuto final está em negociação”. É lógico que com tal abordagem do conflito a relação de força entre os protagonistas é um dos elementos a tomar em consideração. O mais fraco devendo assumir mais compromissos do que o mais forte.

Para os Palestinos, ao contrário, o conflito visa a reparar um erro que foi feito a eles e a recuperar direitos, como aqueles reconhecidos pelas resoluções da ONU, pela 4ª Convenção de Genebra e pela Carta das Nações Unidas. Consciente da relação de forças, a Organização de Liberação da Palestina (OLP) já assumiu um imenso compromisso, reconhecendo o Estado de Israel nas suas fronteiras de 4 de junho de 1967. Que é bem mais do que o previsto pela resolução da ONU de novembro de 1947 para o futuro Estado Judeu. O processo negociado tem, portanto, para os palestinos, como único objetivo decidir as modalidades da implementação das resoluções da ONU e do direito internacional: retirada do exército israelense da Cisjordânia (inclusive a parte de Jerusalém que lhes pertence), desmantelamento das colônias habitacionais consideradas como crimes de guerra pela 4ª Convenção de Genebra, e o retorno dos refugiados. Estes objetivos não são negociáveis, somente as modalidades e os ritmos de sua implementação. Pode-se admitir, eventualmente, algumas exceções: troca de territórios, *status* particular dos lugares santos judeus em Jerusalém Oriental...

Contrariamente à posição israelo-americana, a Cisjordânia (inclusive Jerusalém Oriental) e a Faixa de Gaza são territórios ocupados, portanto destinados a ser evacuados tão logo um acordo seja encontrado. As colônias habitacionais, por sua vez, são entidades ilegais e destinadas a ser desmanteladas. E os refugiados são refugiados, tendo, portanto, o direito inalienável de voltar a seu país e de recuperar suas propriedades. É a posição da comunidade internacional, com exceção dos Estados Unidos e da Micronésia.

Estas profundas divergências sobre a natureza do conflito e, portanto, sobre o objetivo das negociações, tiveram, com certeza, repercussões sobre a natureza da paz. Esta, é preciso lembrar sempre, está destinada a ser o objetivo último das negociações israelo-palestinas. Para os palestinos, a paz é o resultado da concretização – mesmo que imperfeita – do direito. Para os israelenses, ao contrário, a paz é a neutralização da luta nacional palestina e a separação. Tudo o que puder garantir mais separação é um passo à frente em direção à paz, não importa que opinião os palestinos tenham disso. O bloqueio dos territórios ocupados, colocado em prática desde o início do processo negociado, é vivido pelos palestinos como uma verdadeira agressão contra sua liberdade de movimento. Para a maioria dos pacifistas israelenses, ele é visto como um dos avanços mais significativos da paz, porque ele é um início da realização do “nós em nossas casas e eles nas deles”.

Quando a paz de uns é vivida como uma agressão pelos outros, as chances de desembocar em “negociações de paz” são evidentemente mínimas.

Relações de dominadores com dominados

“Não se preocupem, nada vai mudar”. É com estes termos, no mínimo surpreendentes, que o primeiro ministro Yitzhak Rabin tentou convencer a opinião pública israelense a aceitar as grandes linhas dos Acordos de Oslo. O que é grave é que, no fundo, nada mudou. Ora, depois de cem anos de conflito – como o lembra com precisão o preâmbulo da *Declaração de Princípios* – tudo devia mudar. Sobretudo se o objetivo é de conseguir não somente o fim das hostilidades, mas também a reconciliação. Temos dificuldade para compreender a existência de tal margem entre o objetivo último – a reconciliação – e a decisão que nada deve mudar, do ponto de vista israelense, entenda-se.

Entretanto, se quisermos passar de um conflito mais do que centenário para a paz, é preciso que tudo, ou quase tudo, mude. E começando na relação com o outro. Ora, como indicou o jornalista Uri Avnery em várias ocasiões, depois de reconhecido o fracasso de Camp David, “o que se confirma, na incapacidade atual dos pacifistas israelenses de compreender a responsabilidade israelense no fracasso do processo de paz é o fato que nós não soubemos, durante estes seis últimos anos, tratar os palestinos em pé de igualdade”.

As negociações e a construção dos acordos reproduziram a relação dominadores-dominados: Israel ditou suas condições, impôs sua leitura dos acordos e sua concepção de segurança, fixou seus parâmetros das negociações. E se retraiu cada vez que precisou, a seus olhos, “punir” os palestinos.

As forças militares não mudaram em nada sua atitude em relação aos habitantes palestinos da Cisjordânia e de Gaza (menos para os VIPs que recebiam um tratamento de favor dado... e retomado, segundo o arbítrio das forças de ocupação); os tribunais militares continuaram como se nada tivesse acontecido em Washington em setembro de 1993. A recusa em libertar todos os presos políticos é, neste sentido, muito simbólica: só depois de longas negociações é que a maioria dos prisioneiros, detidos por lutarem contra a ocupação, foi libertada. Muitos permanecem na prisão até hoje.

A relação de forças nunca deixou de se exprimir, perpetuando uma assimetria cada vez mais humilhante: os palestinos devendo mostrar permanentemente suas intenções pacíficas, particularmente reprimindo as forças políticas hostis aos acordos, enquanto em Israel a extrema-direita e os colonos estavam no governo e promoviam uma campanha cheia de ódio contra os Acordos de Oslo. Os palestinos se viam castigados (reforço do bloqueio, supressão da permissão de trabalho, anulação das cartas VIP, recusa do acerto de dívidas devidamente assinadas) se não conseguissem prender tal líder islâmico suspeito, com ou sem razão, de ser responsável por um atentado. Enquanto os israelenses libertavam – se é que eles os tivessem aprisionados – os assassinos notórios de civis palestinos.

Jamais compreendemos como isso se devia. A violação sistemática dos acordos assinados não decorria unicamente, da parte de Israel, de uma simples má vontade ou de uma desonestidade gratuita, mas muito mais de uma atitude: a do professor frente ao aluno, do pai frente à criança, do diretor da prisão frente ao prisioneiro. Em todos os casos dessa imagem, seria preciso delimitar uma linha divisória que revele quem tem o poder, o direito e os meios de aplicá-lo. É uma atitude tipicamente colonial.

Tipicamente colonial, igualmente, é a falta de escuta do outro. Do ponto de vista do colonizador, o colonizado não tem uma palavra autônoma, também não tem o verdadeiro conhecimento da realidade. Tal como uma criança é preciso lhe dar a palavra, convencê-lo daquilo que ele é e deve ser, ensinar-lhe o que é bom e o que é ruim, inclusive o que é bom para ele. Esta é a razão profunda pela qual não se negocia, dita-se, dá-se... E repreende-se para punir. Felicita-se quando os palestinos demonstram que aprenderam bem e os repreendem quando eles se fazem de surdos. Tal atitude não é somente típica de negociadores teimosos e de militares obtusos, é própria de toda a sociedade israelense, inclusive de seus intelectuais de esquerda. É o que o editor do *Haaretz*, Doron Roseblum, denunciou com ironia pelo vocábulo “estilo didático”.

É isto que explica também os limites de autocrítica israelense face aos cem últimos anos de conflito. Ela não concerne nunca o fundamento das relações israelo-palestinas (racismo, colonização...), mas sobre o fato de nunca ter prova de uma inteligência suficiente para compreender que é extremamente difícil impor sua posição unicamente pela força. Como os bons mestres do fim do século XIX, teria sido necessário saber usar a cenoura e o bastão, a firmeza e a doçura, as recompensas e as punições.

A necessária revolução das mentalidades

Mas tudo isso é coerente. Se a paz é sinônimo de calma na sala de aula e não de ruptura da relação entre mestre e aluno, tudo depende exclusivamente da maneira correta de manejar as recompensas e as punições. Se, pelo contrário, como indica o bom senso, a paz requer relações de reciprocidade, de igualdade e de respeito mútuo, uma verdadeira revolução cultural é necessária para passar do estado de dominação ao estado da paz. Uma revolução das mentalidades e dos comportamentos. Tal mudança não se escreve em uma declaração de princípios e não deve ficar imobilizada num calendário tão fechado como aquele previsto pelos acordos de Oslo. Ele exige uma tomada de consciência da sociedade e da direção política, intelectual e espiritual. Todas as coisas que fizeram uma imensa falta na última década.

Longe de confiar em um “processo”, a paz necessita de um trabalho, de uma ação consciente e firme para substituir uma cultura colonial de guerra e de dominação por uma cultura de paz.

A assinatura da *Declaração de Princípios*, em 1993, havia provocado muitas esperanças. Pela primeira vez, israelenses e palestinos reconheciam que era impossível, ou pelo menos não era desejável, impor sua existência exclusiva sobre a Terra Santa. E se engajaram para resolver seu contencioso em volta da mesa de negociações. Entretanto, para que essa declaração de intenções, como seu nome indica, se transforme em realidade, seria preciso preencher um imenso déficit: cem anos de conflito, de relações coloniais e de cultura de guerra. Não seria ambicioso, ou mesmo pretensioso, tentar preencher este déficit em seis anos? Porque o calendário era apertado e o objetivo, maximalista: o fim do conflito e a reconciliação. Nada de menos!

Para os israelenses, durante a maior parte deste século de conflito entre os dois povos, os palestinos simplesmente não existiam. O slogan do sionismo era: “uma terra sem povo para um povo sem terra”. E em 1973, Golda Meir (3)³ teria afirmado: “Os palestinos? Isto não existe”. Era, no máximo, um problema ecológico do qual era necessário se livrar, à semelhança dos mangues do Vale do Jordão, dos mosquitos ou da malária. “Fazer florescer o deserto”: outro mito. Aquele de um país árido e desértico que só o sionismo era capaz de valorizar, desprezando os campos de oliveiras, da cultura em terraços, das figueiras de barbárie que o judeu europeu que emigra de sua Polônia natal acredita terem caído diretamente do céu.

De 1948 a 1967, e particularmente após a depuração étnica de 1948 onde mais de 700 mil palestinos foram rechaçados para fora das fronteiras do Estado Judeu, essa negação total do outro se fortaleceu. A minoria palestina que permaneceria no Estado Judeu representava então menos de 5% da população do país e vivia, até 1965, confinada em verdadeiras reservas, sob o controle de um governo militar que a tratava não apenas como um quinta-coluna, mas, sobretudo, como um acidente de percurso, um erro num Estado que se pretendia étnicamente puro. Estes 150 mil homens e mulheres, que em cinquenta anos se tornarão um milhão, são como indica a lei israelense “presentes-ausentes”.

Portanto, um arbítrio quase total e a ausência de direitos humanos elementares – sobretudo o direito à propriedade da terra –, mesmo se essa população goza, paradoxalmente, de direitos civis.

A ocupação da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, em junho de 1967, e a emergência de um forte movimento nacional (OLP) vão dar uma visibilidade ao povo palestino, mesmo se precise esperar mais de duas dezenas de anos para que esta se imponha à maioria da população israelense. Porém as dezenas de anos de ocupação militar, de arbítrio e de repressão institucionalizada não são sem efeitos sobre o ocupante. Este vai desenvolver uma cultura caracterizada por um racismo cada vez mais aberto e declarado que permitirá justificar uma desumanização do outro e uma negação permanente dos seus direitos humanos os mais elementares. O reforço espetacular de Israel, em termos econômicos e militares, vai ainda acentuar um sentimento de superioridade que não poupa quase ninguém.

Um movimento contaminado da paz

É sobre a base de uma verdadeira mentalidade racista e de comportamentos de conquistadores que Israel reconheceu, em 1993, a OLP e tenta resolver o conflito em seis anos. Compreende-se que havia motivo para ser céptico sobre uma solução positiva para o processo de Oslo e o sucesso do calendário. A existência de um forte movimento da paz em Israel teria talvez podido ajudar a realizar o impossível e criar relações de forças em favor de uma paz incluindo o direito, a equidade e a justiça. Infelizmente, este era, também, fortemente contaminado pelos efeitos perversos da ocupação e do colonialismo e dividia, sobre o fundamental, a concepção da paz defendida pelos dirigentes do país. Uma paz cujo objetivo era de se livrar das consequências da ocupação e não da ocupação como tal, de se livrar dos palestinos e não de lhes devolver seus direitos. E de fato, desde a assinatura da *Declaração de Princípios*, a concepção de paz defendida pela grande maioria dos pacifistas israelenses aparece em toda sua fraqueza, como indicam estes extratos de uma *Carta aberta a um amigo do Paz Agora*, que escrevi em setembro de 1993 (4)⁴. Ela começa por descrever o tipo de paz que encheu de alegria o pacifista israelense.

“Você dançou na rua porque estava feliz com essa paz. Não somente a paz, mas uma mistura de paz, segurança, de palestino abjurando suas faltas (renúncia ao terrorismo) e esperando concessões mais importantes para mais tarde. Uma paz da qual poderias ficar orgulhoso. Uma paz pela qual você se alegrava. Não tínhamos cedido nada (“Apenas um pouquinho”, cochichava o primeiro-ministro) e ganhamos muito: o reconhecimento, uma maior segurança, o fim da Intifada, a renúncia ao terrorismo, o

alívio da pressão árabe e mais ainda. Estás feliz com essa espécie de paz e me convidas para dançar em sua honra. Não, obrigado!”

De fato, para o pacifista israelense, a paz não tem nada a ver com a realização dos direitos legítimos dos palestinos. Ela é apenas um meio de pôr fim aos efeitos do conflito, aqueles que lhe concernem, mas não aqueles que concernem à população ocupada. Numa tal perspectiva, está claro que quanto menos se assumir compromissos, melhor. Trata-se, com efeito, de uma negociação de barganha: “Paras de bater em troca de uma retirada militar a mais modesta possível”.

E a carta continua: *“Desde que te conheci – há já quinze anos – lutavas por uma paz que não era um valor em si, mas um meio para nós, os israelenses, de garantir nossa segurança. És a favor da retirada dos Territórios Ocupados com a finalidade de assegurar uma maioria judaica em Israel. Protestas contra Sharon porque te preocupas com o futuro da juventude judaica e aceitas as negociações com a OLP porque sem isso teríamos de negociar com o Hamas. Eu, ao contrário, vejo a paz como um fim e não simplesmente como um meio. Peço que se deixem os Territórios Ocupados porque não temos nada a fazer lá, mesmo se essa ocupação não nos custasse nenhuma vítima e nem mesmo um centavo. E sou contra o assassinato de crianças e adultos simplesmente porque é proibido atirar em crianças e civis”.*

Em oposição a tal concepção mercantilista da paz, trata-se de pôr fim a uma longa negação de direitos cometida por Israel, por princípio, mas também porque é o único meio de pôr fim ao que leva os palestinos a continuarem o combate, como eu o sugiro ao meu interlocutor: *“Então o que poderia ser melhor para ti que essa paz? Tu te livras de Gaza, separas os israelenses dos palestinos, deixa-lhes o trabalho sujo e, em troca, não lhes prometes nem mesmo a retirada militar ou um verdadeiro Estado. Uma paz poderia ser comprada a um melhor preço? Para ti, o acordo israelo-palestino sempre foi um jogo com resultado nulo: tudo o que lhes dermos, irá nos faltar. Ele ganha, eu perco. Si fosses capaz de pensar realmente em termos de paz, compreenderias a que ponto te enganas: quanto mais os palestinos receberem de independência, de orgulho, mais lucraremos. Quanto mais formos avaros, mais perderemos”.*

Se quisermos criar as condições de uma verdadeira paz e não apenas de um cessar-fogo, não podemos nos contentar em cortar a pera em duas partes. Ou, pior, de reduzir ao máximo as concessões a fazer pela parte responsável pela ocupação. É preciso devolver aquilo que foi tomado, completamente. É preciso que o ocupado sinta que o ocupante de ontem fez a escolha de mudar por completo sua atitude e seus objetivos.

E a carta conclui: *“Assinamos um acordo de cessar-fogo e foi bom que o tivéssemos assinado. Mas a paz está ainda longe, porque a paz exige honestidade, a paz exige a igualdade. Vocês querem forçá-los a mentir, querem que eles capitulem para ter a paz, vocês celebram uma paz entre o senhor e o escravo. Em tais condições vocês terão talvez a pacificação e a tranquilidade, mas vocês não terão a paz. Não enquanto não estivermos prontos para uma paz entre parceiros iguais”.*

Oito anos se passaram e o mundo inteiro pôde se dar conta de que Oslo não engendrou a paz. Se a *Declaração de Princípios* permitiu, durante certo tempo, pacificar os territórios ocupados, foi apenas um adiamento da violência, como demonstram os acontecimentos destes últimos meses. Paz e capitulação são complementemente incompatíveis, da mesma maneira que a paz e a dominação.

A falta de escuta do outro – escuta que se define como uma das condições prévias a uma nova cultura de paz – fez-se sentir particularmente durante estes últimos oito anos. Porque os palestinos não cessaram de dizer, nas ruas e em volta da mesa de negociações, o que são, a seus olhos, as condições necessárias a uma paz israelo-palestina. Porém quanto mais a segurança se impunha sobre o terreno, graças aos acordos interinos assinados com os palestinos, mais se fortalecia nos israelenses a ilusão de uma paz pela metade do preço e a certeza de que eles poderiam impor aos palestinos um preço menor que aquele delineado nas primeiras fases das negociações. A recusa ou a incapacidade de escutar o outro levou não somente ao impasse de Camp David, mas também à imensa decepção das forças pacifistas israelenses. E à sua raiva atual contra os palestinos que não aceitaram jogar a partilha que os israelenses lhes ditavam. É desse modo que voltamos ao ponto de partida.

Como construir a paz?

No contexto israelo-palestino, uma estratégia de construção da paz é exatamente o oposto do que deixa entender o conceito de “processo”. Ela necessita de um trabalho de base que ataque os preconceitos e as percepções presentes e não hesite em colocar em questão interesses estabelecidos e alianças existentes. Tal estratégia se articula em torno de cinco objetivos que se completam mutuamente.

Desvendar as raízes do conflito

Trata-se inicialmente, de fazer compreender o que motiva, de uma parte e de outra, as hesitações, e até a recusa da paz. E de mostrar quais são os componentes da paz a que cada uma das duas comunidades aspira. Em outros termos, a primeira condição, necessária, porém sem dúvida, não suficiente, é de mostrar que o conflito não é nem um mal entendido lamentável, nem o resultado de um ódio irracional, mas sim a expressão de interesses reais e de escolhas contraditórias: a vontade colonizadora do sionismo, de um lado, a aspiração do povo palestino à liberdade e à independência, do outro. Por trás desses objetivos eminentemente políticos, há também, e é preciso que se compreenda, comportamentos e, em particular, angústias das quais algumas têm suas antigas raízes na história e na memória coletiva dos povos. Trabalhar a paz consiste inicialmente em racionalizar a conduta do outro aos olhos de cada uma das comunidades. Trata-se, portanto, de um trabalho de informação que se deve fazer sem compromissos: mostrar o outro, tal qual ele é, inclusive no seu ódio, e não como gostaríamos que ele fosse.

Definir a paz

O segundo objetivo consiste em definir os parâmetros da paz na qual acreditamos, de tal maneira que ela possa ser viável e o mais justa possível. Esses parâmetros são, por falta de melhores, os do direito tal qual é definido pelas resoluções e as convenções internacionais. Na falta de algo melhor, porque o direito também é o resultado de certa relação de forças e nem sempre a expressão de uma justiça histórica plena e inteira. Ele implica o direito ao retorno dos refugiados, o direito à autodeterminação, o “não direito” representado pelas colônias habitacionais ou pela anexação de territórios ocupados. Eis a base de uma paz israelo-palestina que poderia ser viável.

Trabalho de memória e arrependimento

Terceiro, é preciso criar uma ponte entre política e ética, entre direito e justiça, através dos conceitos de responsabilidade e perdão. A paz é o resultado de um compromisso político que, certamente, se define sobre a base do direito, mas continua o produto de uma negociação. Porém de um compromisso que é raramente simétrico. Se os palestinos estão prontos a fazer compromissos sobre a aplicação de seus direitos, em troca eles não estarão jamais dispostos a aceitar uma paz que apague a responsabilidade da injustiça histórica da qual eles foram as vítimas. Em primeiro lugar, é necessário que os historiadores, os educadores desmistifiquem a história sobre a formação do Estado de Israel e a redefinam. Porém não se trata apenas de história. O político não pode fazer economia de uma volta ao passado e de um pedido de perdão.

Porque não poderia haver reconciliação sem o reconhecimento por Israel, seus dirigentes e sua população, da injustiça cometida, por eles e em seu nome, contra o povo palestino. E sem um pedido de perdão. Não se trata somente de uma dívida moral a pagar às vítimas de mais de um século de colonização e espoliação, mas também da necessidade, para o povo israelense, de apreender as raízes do conflito. E de tomar a medida da generosidade, não de seus próprios dirigentes, mas dos palestinos que oferecem um compromisso. A paz e a reconciliação são incompatíveis com a amnésia. Elas exigem, ao contrário, reavaliar sua própria história e de se olhar no espelho, sem filtro e sem concessões. Apenas um pedido de perdão sincero e global pelos crimes cometidos pode criar as bases de uma igualdade real entre aqueles que perpetraram esses crimes e suas vítimas. É um condição não contornável para que a paz seja o ponto de partida de uma verdadeira reconciliação.

Expressar a solidariedade

Trabalhar a paz em Israel-Palestina implica traduzir numa realidade concreta e no tempo presente os valores sobre os quais essa paz poderia se apoiar para tornar-se uma realidade. Tratando-se de uma paz entre duas entidades não simétricas, isto é, entre um Estado que é o produto de um movimento colonizador e um povo que foi a vítima, o conceito de solidariedade se impõe como elemento mediador entre o presente, feito de repressão e de dominação, e o futuro, feito de respeito e igualdade.

Para que um diálogo de paz se estabeleça, é preciso que a parte israelense se engaje, reconheça sua responsabilidade específica nos atos presentes de seu governo. E esteja disposta a traduzir em ações de solidariedade seu reconhecimento dos direitos dos palestinos.

Promover a coexistência

Enfim, trabalhar a emergência de uma cultura de paz exige lutar contra a filosofia da separação. Esta filosofia, no coração do projeto sionista, acredita apenas em entidades etnicamente homogêneas e, como tal, é um obstáculo maior a uma verdadeira paz israelo-palestina. Israel não pode, Israel não deve se separar de sua circunvizinhança árabe, seu futuro – se este aspira a um futuro de paz – dependerá de uma vontade de se integrar na região, num espírito de parceria, de reciprocidade e de igualdade. A recusa de cooperação significará continuar a ser e a querer ser um corpo estranho e hostil. Isto apenas serviria para provocar a hostilidade do mundo árabe face ao povo israelense.

Essa revolução que representaria o lugar de Israel no mundo árabe começa, bem evidentemente, por uma atitude radicalmente diferente face aos palestinos, sejam eles cidadãos de Israel ou cidadãos de um eventual Estado palestino. Uma atitude baseada sobre a cooperação e não mais sobre a separação étnica e que cessa de ser obcecada pelo “perigo demográfico” que representam os palestinos. Uma concepção da cidadania baseada sobre o solo e não mais sobre o pertencimento étnico ou religioso permitirá abordar sem medo a questão do direito de retorno dos refugiados palestinos.

A complacência da comunidade internacional

Fazer avançar a paz não é unicamente a tarefa dos atores diretamente implicados, palestinos e israelenses. Esse objetivo concerne também à comunidade internacional. De fato, ela tem não apenas interesse no Oriente Médio – e em particular aqueles ligados aos perigos que poderiam representar para o mundo inteiro uma explosão generalizada da violência –, mas também responsabilidades. Inicialmente, porque foi através de uma ação da comunidade internacional que Israel nasceu e que os palestinos tiveram sua pátria confiscada. Assumindo, em novembro de 1947, a decisão de dividir a Palestina em um Estado judeu e um Estado árabe, a Assembleia Geral das Nações Unidas assumiu também a responsabilidade de que tal resolução não se traduziria pela negação dos direitos individuais e coletivos das populações judaicas e árabes.

Esses direitos, no que concerne aos palestinos, foram escarnecidos por completo: expulsão em massa, expropriações etc. Foi para tentar reparar esses efeitos, facilmente previsíveis, da Resolução de 1947, que as Nações Unidas adotaram a Resolução 194, a qual exige, entre outras coisas, o retorno dos refugiados e a restituição dos bens confiscados. O apoio por Israel dessa resolução foi mesmo a condição de sua aceitação na ONU. Ora, nada foi feito depois.

A complacência da comunidade internacional face à não aplicação por Israel das diferentes resoluções da ONU e à violação sistemática da 4ª Convenção de Genebra, assim como o verdadeiro estado de impunidade de que goza o Estado hebreu, não contribuem em nada para a paz, muito pelo contrário.

A inércia da comunidade internacional, ou mais precisamente dos Estados ocidentais, se explica primeiro pelo sentimento de culpa da Europa face ao genocídio dos judeus na última guerra mundial. Uma Europa que não pôde, ou não quis, defender os judeus ante a barbárie nazista. A solução sionista tinha, além disso, a vantagem para os Estados ocidentais, os EUA inclusive, de resolver o problema dos sobreviventes da Europa do Leste que se encontravam fora das fronteiras do mundo ocidental. Depois de terem deixado massacrar os judeus, se livraram dos sobreviventes, enviando-os à Palestina. Com, além disso, o sentimento de fazer uma boa ação.

É sobre esse cenário de culpabilidade que os Estados ocidentais apoiaram não somente a criação do Estado de Israel, mas igualmente sua economia e sua força militar. Sem uma ajuda internacional maciça, Israel não se teria tornado a potência que é hoje, e provavelmente, não poderia ter se permitido desenvolver ambições hegemônicas no Oriente Médio. Continuando a sustentar Israel, quando este se tornou hoje um verdadeiro fora-da-lei regional, a comunidade internacional se faz cúmplice da agressão israelense contra os palestinos e do fracasso das tentativas de paz entre Israel e o mundo árabe.

Mas é também prestar um mau serviço a Israel e a seu povo continuar a tratá-los como as crianças mimadas do Ocidente a quem se perdoa quase tudo... Com a finalidade de se fazer perdoar a infância infeliz de seus pais. Quem ama verdadeiramente tem o dever, quando for preciso, de colocar limites àquele para quem quer o bem. E isto pode levar às vezes a dar uma palmada nos dedos. No contrário, à força de mimá-lo e de deixá-lo fazer o que quiser, contribuimos para a sua perda.

O apoio quase incondicional dos países ocidentais a Israel não é somente o resultado da história. Ele participa igualmente do conflito, mais ou menos latente, entre Norte e Sul. É muito natural que a Europa e os Estados Unidos se identifiquem com Israel que é, a seus olhos, a expressão do progresso, da democracia, da modernidade e do bom direito, em nome dos quais eles justificam sua política através do mundo. O mundo árabe, ao contrário, é identificado com o fanatismo, o terrorismo e a ditadura. Não é preciso, assim, entrar em detalhes. A ilegalidade flagrante da colonização, o uso de mísseis contra populações civis, a ausência de liberdade de culto ou de movimento, são precisamente questões de detalhes em um conflito cujas grandes linhas são aquelas do conflito entre o bem e o mal, entre o Norte e o Sul.

A identificação espontânea dos jovens dos subúrbios (5)⁵ com a luta dos palestinos não decorre de um antijudaísmo atávico, mas precisamente do fato de que eles sentem, no discurso dos políticos e, sobretudo na cobertura midiática, uma semelhança de tratamento: fala-se dos palestinos como se fala deles. Aqueles que eles veem bombardeados em Ramallah ou a Beit Sahour são os excluídos da nova ordem regional, da mesma forma que eles são excluídos da democracia e da prosperidade.

Um retorno crítico sobre a nova ordem mundial, sobre essa nova forma de guerra fria que é a mundialização neoliberal, é indispensável para que a comunidade internacional desempenhe um papel construtivo em favor da paz no Oriente Médio. Uma nova cultura de paz é necessária tanto na Europa quanto nas regiões da periferia. E ela passa igualmente por uma necessária mudança na maneira de olhar o outro, por uma exigência de solidariedade. E pela elaboração de uma estratégia de coexistência baseada sobre a igualdade, o respeito e a cooperação. Se tal retomada em questão da desordem mundial atual não acontecer num futuro relativamente próximo, as guerras do sul, e em particular o conflito israelo-árabe, atravessarão as suas fronteiras e se estenderão, como um lençol de petróleo em chamas, da periferia para o coração das metrópoles.

* Filósofo e jornalista. Nascido em 1949, em Estrasburgo, de uma família de judeus ortodoxos, vive em Jerusalém desde 1965, onde cursou a escola talmúdica. Em 1967 – o ano da guerra dos Seis Dias – ele se inscreveu na Universidade Hebraica, engajando-se também, desde o primeiro dia, na luta contra a ocupação israelense da Cisjordânia. Convencido de que a paz não poderia ter outro fundamento senão o Direito e a Justiça, ele fundou em 1984 o Centro de Informação Alternativa (AIC – *Alternative Information Center*) com base em Jerusalém e Belém, uma ONG conduzida conjuntamente por palestinos e israelenses. Esse homem corajoso, casado, pai de três filhos, pagou seu combate pacifista com uma prisão em 1987 por “apoio a organizações palestinas ilegais”. Dois anos mais tarde, ele foi condenado a trinta meses de prisão, uma pena comutada em 1990 para oito meses de reclusão.

Artigo originalmente publicado na revista *Foi et Développement*, nº 297, de outubro de 2001 – publicação do Centre Lebrét.

Notas

(1) Reencontro entre Bill Clinton, Ehud Barak e Yasser Arafat que, devido à falta de discussão sobre a essência, levou ao fracasso das negociações.

(2) O primeiro Congresso Sionista, reunido em Báli em 1897 por iniciativa de Theodor Herzl, estipulava que o objetivo do sionismo era o de “criar um lar para o povo judeu na Palestina”.

(3) eleita primeira-ministra de Israel, de 1969 a 1973, ela teve de pedir demissão em consequência de uma Comissão de Inquérito sobre a falta de preparo do exército israelense quando da guerra do Yom Kippur.

(4) Esta carta foi publicada em *News From Within*.

(5) *Ndlr*: O autor faz aqui referência aos jovens dos subúrbios franceses saídos da segunda geração de imigrantes e sensíveis ao desencadeamento da segunda Intifada, jovens que conheceu quando de suas visitas à França.

O Estado Palestino no planejamento estratégico israelense

Abdel Latif *

Hoje, há consenso internacional sobre o conflito no Oriente Médio. A maioria absoluta dos países do mundo acredita que uma composição pacífica do conflito deve incluir necessariamente a criação do Estado palestino nos territórios ocupados em 1967, com Jerusalém oriental como sua capital e uma solução para a questão dos refugiados palestinos, conforme as resoluções da ONU.

Apesar de várias iniciativas de paz, em décadas de negociação entre palestinos e israelenses, não apenas não se chegou a um acordo, mas qualquer acordo desse tipo fica cada vez mais improvável.

Isso porque Israel se recusa a dividir Jerusalém com os palestinos e considera a cidade, no seu total, como capital una e indivisível do Estado judeu. Israel se recusa a desocupar os territórios palestinos, onde o Estado deveria ser criado.

O Estado judeu se recusa a assumir sua responsabilidade em relação aos refugiados palestinos, expulsos de suas casas pelas forças israelenses desde 1948.

A causa de não se chegar a um acordo na região é evidente: os líderes sionistas, antes da criação de Israel na Palestina e ao longo dos anos que se seguiram até hoje, nunca consideraram de fato a criação de um Estado palestino soberano e independente em qualquer área no território entre o rio Jordão e o mar mediterrâneo, ou seja, a Palestina histórica.

Desde o primeiro congresso sionista em 1897 até hoje, os sionistas de todas as tendências, concordam em três pontos básicos:

1. O Estado judeu deve incluir pelo menos toda a Palestina histórica.
2. Não reconhecer qualquer tipo de entidade nacional palestina.
3. Buscar uma aliança ou submissão dos líderes de uma grande potência externa, para garantir o apoio militar, financeiro e político para seu Estado.

Yosef Weitz, diretor do departamento de colonização da agência judaica, resumiu a política sionista em relação aos palestinos, ainda nos anos 1940. Ele escreveu: "Deve ficar claro que não há no lugar no país Palestina para ambos os povos. Se expulsarmos os árabes, o país será amplo e espaçoso para nós. A única solução é uma terra de Israel sem árabes. Aqui não há lugar para compromissos. A única solução é a transferência dos árabes daqui para os países vizinhos, transferi-los todos. Nenhuma única aldeia deve ser deixada e nenhuma única tribo deve permanecer na terra".

Dividir a Palestina entre árabes e judeus não é uma ideia nova. Em 1937, o governo britânico, que ocupava a Palestina, formou uma comissão para investigar as causas da revolta dos palestinos no ano anterior. Entre as recomendações da comissão presidida por Lord Peel se encontrava a divisão da Palestina entre judeus e árabes. O Estado judeu pretendido seria construído em 20% do território palestino.

Ben Gurion, então chefe da agência judaica e futuro primeiro-ministro de Israel, aceitou taticamente a proposta britânica, mas deixou claro que toda a Palestina seria a terra de Israel e qualquer Estado judeu construído em uma parte da Palestina era considerado apenas um arranjo temporário ao rumo da plena realização do projeto sionista: toda a Palestina judaica, sem os árabes e sem outros *goyim*.

Em 1947, a ONU recomendou a partilha da Palestina entre palestinos e judeus. Dessa vez, o Estado judeu conteria 56% do território da Palestina, apesar de que os judeus representavam apenas 1/3 da população, na época, e graças às massivas e recentes imigrações (20 anos antes não chegavam a 10%).

Ben Gurion e a agência judaica aceitaram, a contragosto, a recomendação da ONU, já que para eles, as fronteiras do Estado judeu sugeridas pela Resolução 181 eram temporárias, a serem prontamente

rompidas, para a expansão do Estado judeu, à custa da extinção do Estado palestino e expulsão dos nativos.

Poucas semanas antes de a ONU adotar a resolução da partilha, a agência judaica havia negociado um acordo com o rei Abdala da Transjordânia, possibilitando àquele rei anexar parte dos territórios destinados ao futuro Estado palestino.

O rei anexou, de fato, parte do território palestino, em 1948, para formar o reino Hashemita da Jordânia, com apoio dos líderes sionistas.

Em 1967, Israel ocupou o que restou da Palestina: Cisjordânia e Gaza, e ainda ocupou o Golan sírio, além do Sinai egípcio.

Para os sionistas, esses territórios fazem parte de Israel, e não são territórios ocupados, mas parte da pátria a ser conquistada em exclusividade para os judeus.

Mas a ocupação dos novos territórios trouxe para Israel seu maior dilema: milhões de árabes que, cientes da sina dos refugiados de 1948, obstinadamente resistiram e estão resistindo às novas ondas de limpeza étnica. Como lidar com esses palestinos influencia o pensamento estratégico israelense até os dias de hoje. Livrar-se dos árabes nos territórios palestinos ocupados e até dos palestinos “cidadãos” de Israel e manter o controle sobre a maior parte possível sobre o território palestino é a base de todos os planos de “paz” israelense.

Pouco tempo após a guerra de 1967, Israel apresentou um plano para a solução do conflito – o plano ALLON, que tem quatro pontos básicos:

1º Israel manterá o controle sobre o vale do Jordão e as áreas montanhosas da Cisjordânia (ou seja, toda a Cisjordânia) e o rio Jordão será a fronteira oriental de Israel;

2º Israel deve anexar grandes áreas ao redor de Jerusalém;

3º Israel deve iniciar um processo maciço de colonização: construir bases militares e assentamentos para colonos judeus nos territórios ocupados; e

4º os palestinos terão controle apenas sobre três enclaves: um no norte da Cisjordânia – Nablus, Jenin e Tulkarem até Ramallah; o segundo no sul – Hebron e Belém; e o terceiro enclave – Jericó.

A política israelense em relação aos territórios e à população palestina segue fielmente os traçados do sinistro plano ALLON: mais terras para Israel e os palestinos confinados em guetos, rodeados por assentamentos judaicos, muros e bases militares.

Os acordos de Oslo são o plano ALLON colocado em prática.

Yitzhak Rabin, o primeiro-ministro que assinou os acordos em 1993, deixou claro o significado do acordo para Israel. Em 1995, mesmo ano em que foi assassinado pelo colono judeu, ele assim declarou: “Eu procuro a coexistência pacífica entre Israel, como Estado judeu, não em toda a terra de Israel, mas na maioria dessa terra; sua capital Jerusalém, una e indivisível e sua fronteira, o rio Jordão, ao lado de uma entidade palestina, menos do que um Estado, que vai controlar a vida dos palestinos. Meu objetivo não é retornar para as fronteiras de 1967, mas criar uma entidade palestina para separar Israel dos palestinos que moram na Cisjordânia e Gaza”. Essa declaração foi citada por Shlomo Ben Ami, em seu livro *Scars of war (Cicatrizes da guerra)*.

Para Rabin, como para os outros políticos israelenses, o acordo com os palestinos não é para chegar a uma solução pacífica do conflito, mas para resolver o “problema demográfico” de Israel. Separar dos palestinos, mantendo o controle efetivo sobre os territórios ocupados. Mesmo assim, Rabin foi considerado muito moderado pelos demais políticos de Israel e pelos colonos, e pagou com sua vida por essa “moderação”.

Um desses políticos que condenou a “moderação” de Rabin e até o acusou de traição foi o atual primeiro-ministro, Benjamin Netanyahu.

Netanyahu também tem seu plano para lidar com os palestinos. O seu pensamento foi estampado em seu livro *Place under sun (Um lugar ao sol)*, publicado em 1996. Para ele, o “Estado” palestino significa apenas uma autonomia limitada. Ali, ele diz: “Para preservar os interesses de Israel, deve ficar bem claro que a autonomia na Cisjordânia e Gaza significa apenas um controle limitado e não um novo Estado árabe na região. Israel é a única autoridade sobre questões de segurança, controle de fronteiras, política externa e todos os outros aspectos da soberania. As questões administrativas poderiam ser transferidas para uma autoridade palestina, mantendo os árabes nos territórios ocupados, sob controle israelense”.

Para não deixar dúvida, Netanyahu explica o significado de autonomia como um tipo de controle interno, que permite a uma minoria étnica ou religiosa administrar seus assuntos, sob soberania de outro povo. Qualquer solução deve manter, nas mãos de Israel, o controle sobre segurança, evitando qualquer possibilidade de criar uma soberania árabe na Cisjordânia e Gaza, e essa autonomia limitada seria aplicável apenas onde há população árabe considerável, ou seja, centros urbanos e grandes cidades palestinas. Todos os demais territórios como os assentamentos deveriam ser anexados por Israel.

Para Netanyahu, deve ser anexada a Israel mais da metade da Cisjordânia, e o que restariam seriam os pequenos enclaves palestinos isolados e totalmente controlados por Israel.

Os outros políticos israelenses têm os mesmos pensamentos de Rabin e Netanyahu. Liberman sugeriu seu próprio plano de “paz”, publicado no jornal israelense *Haaretz*, em 23 de janeiro de 2011. O plano Liberman prevê que o mini estado palestino seria criado nas zonas A e B dos acordos de Oslo e as zonas C, quase 50% da Cisjordânia, e os assentamentos judaicos deveriam ser anexados ao Estado judeu.

Sharon também sugeriu um estado palestino provisório na faixa de Gaza e em 40% da Cisjordânia, sem soberania e sem controle sobre o território, fronteiras e recursos naturais.

Os militares israelenses têm posição ainda mais criminosa em relação aos palestinos. Em 2011, foi realizada uma conferência em Jerusalém, sobre o tema “As necessidades críticas para a segurança e fronteiras defensáveis” e subtema “As fundações de uma paz viável”. Dela participaram os estrategistas militares mais importantes de Israel, como Moshe Yaalon, ex-chefe do Estado-Maior e atual vice-primeiro-ministro. Outro conferencista foi o general Aharon Zeevi Farash, ex-chefe da inteligência militar israelense.

As conclusões da conferência foram publicadas por Dan Diker, em 2011, e mostram explicitamente a posição dos militares israelenses em relação ao conflito e sua possível solução. A posição deles pode ser assim resumida:

1º Os palestinos, em particular, e os árabes, em geral, são os inimigos permanentes do Estado judeu. Eles não aceitarão a presença de Israel no Oriente Médio.

2º A segurança é a única garantia de paz para Israel. Apenas um Estado judeu militarmente superior a todos os países árabes unidos é capaz de permanecer na região.

3º Israel deve manter a presença militar ativa e permanente nos territórios ocupados.

4º Não há possibilidade para o retorno às fronteiras de 1967. Para Yaalon, a volta àquelas fronteiras não traria paz ao Estado judeu, e manteria as ameaças.

5º Manter controle sobre áreas estratégicas na Cisjordânia e grande Jerusalém.

6º O “Estado” palestino, se criado, não poderá ter continuidade territorial, o que significa isolar a Cisjordânia de Gaza e isolar os guetos palestinos na própria Cisjordânia e manter o controle israelense nesses territórios.

7º Israel deve manter os grandes assentamentos sob controle permanente.

8º Israel deve manter o controle permanente nas montanhas que cortam a Cisjordânia (observa-se que ela é um território montanhoso), principalmente o controle no Vale do rio Jordão.

9º Israel deve controlar todas as fronteiras e criar um verdadeiro envelope e lacre externos ao redor de qualquer entidade palestina.

10º Israel deve controlar o espaço aéreo palestino e o campo eletromagnético da região.

11º Jerusalém deve ser mantida como capital exclusiva de Israel.

12º Em resumo, segundo os estrategistas militares, do ponto de vista estratégico israelense, descarta-se a criação de um Estado palestino. Haveria apenas uma autonomia muito limitada e sob o controle de Israel. Zero soberania.

Segundo Yaalon, essa é a posição oficial israelense de sempre. Nada do que os líderes israelenses tenham dito ou feito, inclusive Begin, em Camp David em 1978, ou Rabin em Oslo em 1993, sugeria de fato a criação de um Estado palestino.

A posição dos políticos israelenses é muito clara e vai contra a solução dos dois Estados, sugerida pela comunidade internacional.

Israel está aperfeiçoando o regime de apartheid nos territórios palestinos ocupados e dentro do próprio Israel, discriminando contra os palestinos cidadãos daquele país.

As políticas israelenses estão transformando, de fato, os árabes e palestinos em inimigos permanentes daquele Estado.

Apenas uma mudança verdadeira no pensamento e na estratégia israelenses é capaz de modificar esse quadro.

Os palestinos, pedras vivas de uma pátria milenar, não têm opção outra que não resistir à ocupação e ao apartheid. Os estrategistas militares e políticos, no seu racismo, não aprenderam as lições da história, de que nenhuma força é capaz de derrotar um povo que luta pela sua liberdade e independência. Palestina livre, plural e independente, nascerá, apesar da ocupação, racismo e apartheid. É apenas uma questão de tempo e resistência.

* Médico palestino.

“Quem plantar a paz vai colher amor” Hoje Gaza, amanhã a Cisjordânia
Carta aberta à Comunidade Judaica

Nathaniel Braia *
Iso Sendacz **

“É meu sonho que (...) a necessidade de que se alcance uma situação correta e justa com nossos vizinhos palestinos se resolva em breve” Maestro Daniel Barenboim

Introdução à edição do Fórum Social Mundial Palestina Livre

Quando escrevemos o texto que temos o orgulho de, neste momento tão significativo, vemos reproduzido – no ano de 2005 – achávamos que cabia alertar a comunidade judaica brasileira – que, assim como todas as comunidades judaicas espalhadas pelo mundo, se sentem com uma forte ligação a Israel – de que a retirada das tropas israelenses de Gaza, sob o governo de Sharon – que se elegera provocando a Segunda Intifada ao desfilar com guarda militar na Esplanada das Mesquitas, em Jerusalém – não representava, em absoluto, um passo rumo à paz, não fosse acompanhada do fim dos assentamentos judaicos – ilegais perante a lei internacional – na Cisjordânia e, principalmente, pela retirada das tropas de ocupação dos territórios palestinos e o reconhecimento do Estado Palestino.

Estávamos certos. Naquele momento, assim como agora, destacamos que todos os esforços dos judeus no Brasil e no mundo para enterrar a discriminação que ainda os assusta e indigna não fazem o menor sentido, não passam a menor sinceridade, nem têm a chance de repercussão positiva enquanto o apoio ao regime israelense – com a discriminação racial e agressão diária contra o povo palestino – permanecer como móvel central e praticamente acrítico destas comunidades. Assim como ocorreu na percepção da necessidade de superação do apartheid sul-africano, uma verdade irretorquível se ergue: nos tempos atuais, seja quem for, seja de que origem ou pertinência for: quem luta contra a discriminação racial, rejeita abertamente a agressão ao povo palestino!

Não há nenhuma razão ou pretexto que justifique – minimamente sequer – a permanência desta condição injusta e inaceitável a que são submetidos os palestinos através da ocupação e suas consequências.

Poucos anos se passaram desde a publicação deste folheto-carta, do qual publicamos alguns milhares e distribuímos em diversos centros judaicos, e aquilo que afirmamos, isto é, de que a retirada dos israelenses da inóspita – para eles – Faixa de Gaza não passava de uma encenação e não significava um passo em favor da paz. Isso ficou estampado com o hediondo bombardeio à Faixa de Gaza, em 2008, que tirou a vida de mais de 1.300 palestinos, destruiu dezenas de casas, escolas, hospitais, mesquitas e nada menos de 53 instalações da ONU. Gaza sofreu e sofre um bloqueio desumano.

Os assentamentos se aceleraram, foi construído o Muro do Apartheid.

Mas, por outro lado, cineastas, artistas plásticos, historiadores e escritores israelenses retrataram – como uma lufada de vento fresco – a grave degeneração política, social e moral que a ocupação provoca na sociedade israelense. Suas obras iluminam o fato de que não existe desenvolvimento moral, ideológico, político, cultural, social e independente possível para os israelenses sem o fim da ocupação e a integração entre árabes e judeus dentro de suas fronteiras e na região onde se localiza.

É com esperança que vemos, dentro das comunidades judaicas, a consciência da necessidade definitiva do fim da ocupação crescer, e também se desenvolver o número de jovens israelenses que se recusam a servir a um exército de ocupação e discriminação, que já montava às centenas quando escrevemos a *Carta Aberta*.

A capacidade palestina de resistência civil constante, organizada e com apoio internacional – com o edificante exemplo de Bil'in à testa – também experimenta novos patamares e desnuda a violência e vai tornando impossível a continuidade da ocupação. Jovens palestinos israelenses afirmam cada vez mais sua consciência histórica. A agressão imperial ao mundo árabe desmascara os agressores e desperta consciências patrióticas e mobiliza multidões. Por outro lado, o próprio Império enfrenta a mais grave e profunda de suas crises. O principal apoiador do regime de apartheid israelense, a

ditadura plutocrática e intervencionista dos Estados Unidos, onde os direitos constitucionais foram suprimidos, sob o pretexto de Guerra ao Terror, do qual aquele regime é o principal motor, enfrenta sua maior depressão moral, política e econômica.

Novos governos progressistas surgem, as forças sociais do avanço fazem novos progressos.

Aqui no Brasil, o *Comitê pelo Estado da Palestina Já* foi capaz de mobilizações significativas e da realização de importantes debates, além da promoção de delegação solidária à Palestina.

O flagelo do genocídio diário e prolongado do povo palestino é um desafio a toda a humanidade, Em todo o mundo, inclusive em Israel e nas comunidades judaicas, as pessoas conscientes, as forças do progresso e da rejeição à opressão são chamadas a agir e vencer.

A luta heroica do povo palestino pela libertação do jugo colonial foi – sem dúvida – uma importante fonte de inspiração – ao lado de personalidades gloriosas como Tiradentes, herói da libertação nacional do jugo colonial – na minha participação no trabalho de criação de um partido focado na libertação de nossa pátria da agressão imperial a nossa economia, nossa cultura e nosso desenvolvimento político independente, o Partido Pátria Livre, que veio para se somar às forças que lutam pelo progresso e independência plena do nosso país.

Este Fórum Mundial, ao qual desejamos sucesso, alcance e desdobramentos vitoriosos, é a maior prova do quanto a causa do povo palestino já avançou em termos de conquista de simpatia, de capacidade de mobilização, de integração às lutas pela transformação e libertação dos povos e se torna mais um passo decisivo rumo à vitória!

Palestina Livre! Estado da Palestina Já!

Nathaniel Braia

As imagens da retirada dos assentamentos na Faixa de Gaza nos convocam à reflexão e à ação.

De 1897 para cá, as comunidades judaicas, inseridas na vida e nos conflitos de países do mundo inteiro, foram convocadas a apoiar e a enviar integrantes para construir um *Estado Judeu* (nome dado ao livro do fundador do sionismo, Theodor Herzl) na Palestina. Deste movimento – o sionismo – surgiu Israel.

Dos 1,5 milhões de palestinos que hoje habitam a Faixa de Gaza, a grande maioria é constituída por pessoas que vivem em campos de refugiados que são parte ou descendentes dos cerca de um milhão de palestinos expulsos de seus lares e aldeias durante o processo de implantação desse “Estado Judeu”, de Israel. A responsabilidade sobre sua situação e seu destino recai, portanto, sobre as comunidades judaicas que apoiaram e seguem apoiando esse projeto essencialmente racista e colonial. As consequências deste apoio são conhecidas. As da continuidade dele difíceis de prever. Cabe agir agora.

Palestinos, moradores de Gaza hoje, muitos deles desalojados em 1948, foram cercados em 1967 e tiveram sua pequena nesga de terra espoliada a partir daí para que a melhor parcela de seu território (onde vive a maior parte em absoluta miséria, na maior concentração humana do mundo) fosse entregue a colonos judeus, alguns recém-chegados do estrangeiro. Quarenta por cento das terras agricultáveis foram entregues para uso exclusivo de nove mil judeus, enquanto os 60% restantes ficaram para os 1,5 milhão de palestinos – já anteriormente espoliados de suas terras – sobreviverem em Gaza até o início da desocupação atual. Os “assentamentos” (denominação simpática, da mídia, para os covis de grileiros israelenses) foram erigidos em território assaltado, escolhido no que havia de melhor à beira-mar. No mapa de Gaza podia-se percebê-los claramente como duas pinças de uma torquês opressora: uma ao norte e outra ao sul, crescendo com a finalidade de estrangular os palestinos. A resistência tornou inexecutável esse plano de assalto e genocídio.

Os palestinos resistiram com todos os meios de que dispunham. A eles foi imputada a pecha de terroristas. Resistiam ao assalto, através do terrorismo de Estado, perpetrado pelo governo de Israel, levado à prática com demolições diárias de casas, assassinatos seletivos, torturas (cuja criatividade

sádica é o mais claro demonstrativo da doença e desumanização egocêntrica dos ocupantes), prisões em massa (seguidas de maus tratos e humilhações em detenções ilegais), destruição sistemática de plantações, agressão diária nos chamados “postos de controle” (onde rapazes israelenses de 18, 19 anos seviciam idosos e idosas exibindo prazer no exercício de seu poder – outorgado pelo exército de ocupação – de oprimir os filhos da terra).

Os que comandavam o assalto eram tidos pela mídia israelense – com eco em sua aliada norte-americana e suas sucursais no mundo – como “libertadores” e realizadores do “sonho da redenção judaica”.

Chegou a hora da verdade. O choro convulsivo dos “colonos” (nome positivo dado aos grileiros judeus em terras palestinas, pela mídia subserviente à sua ocupação) só mostra a dificuldade dos transgressores em absorver a realidade de que não há, nem haverá, paz com a permanência desta ocupação sórdida!

A histeria dos grileiros mostra, também, claramente e até que ponto a alienante premissa de que a terra palestina se destina aos judeus por desígnios divinos – única forma de ocultar as evidências terrenas do crime hediondo – esgarça e degenera as relações mesmo dentro da sociedade onde a ocupação se gestou. A ocupação foi e é um perigoso caldo de cultura para os nazistas em Israel que sonham com a loucura da “Grande Israel”, por cima do aniquilamento do povo palestino. Essa histeria só mostra que a ideologia que alimenta a ocupação foi longe demais e que é preciso combatê-la, detê-la.

Nem bem termina o show de mídia, com as imagens da retirada de Gaza, com a finalidade clara de transformar em anjo o exterminador Sharon, e temos notícia de que o confisco de terras em torno de Maaleh Adumim dá os primeiros passos. De acordo com mais este plano, o assalto, a ocupação e anexação de território no “assentamento” próximo a Jerusalém tornarão Maaleh Adumim uma metrópole com um raio habitacional maior que o da maior cidade de Israel, Tel Aviv. Isso, repetimos, em terras assaltadas aos palestinos, na Cisjordânia, com início no penúltimo dia da retirada de Gaza!

“Quem plantar a paz vai colher amor”

Durante o 9º Festival de Cinema Judaico, duas das exposições foram particularmente significativas: o filme israelense *Eu queria ser herói*, de Shiri Tsur e o brasileiro *Encontros*, de Ary Mifano.

O primeiro é a desmistificação das mentiras que sustentam – para o público israelense e para o público judaico no resto do mundo – a ocupação da Palestina.

Cada um dos oficiais que iniciaram o movimento dos “sarbanim” (os que se recusam a servir nos territórios ocupados) conta de forma crua e objetiva as atrocidades que presenciou, ou de que participou, durante suas missões de terror de Estado nos territórios ocupados – motivo pelo qual se negam a seguir servindo nestes territórios.

O movimento, iniciado por uma dezena de oficiais de unidades de comando, se alastrou e hoje abrange mais de quinhentos integrantes [no momento da republicação desse texto são ultrapassam os mil] do exército de Israel que se recusam a atuar na opressão do povo palestino.

O filme de Shiri Tsur contrasta as palavras de Ben Gurion – que antevia um exército com valores humanitários, de defesa e que, num futuro, poderia se tornar desnecessário a partir da paz com os vizinhos; coisa, porém, incompatível com a concepção colonial com base na qual Israel, em essência, se mantém até hoje –, com o relato de um oficial que assistiu à tortura cruel, até a morte, de um garoto de 14 anos, humilde e inocente pastor de ovelhas.

A retirada de Gaza, de agora, coloca a todos os israelenses e integrantes das comunidades judaicas pelo mundo afora diante de uma encruzilhada com duas escolhas possíveis: a desastrosa continuação da participação no crime de ocupação, na Cisjordânia, com 240 mil grileiros ocupando 63% das terras agricultáveis palestinas, todas elas assaltadas e ilegais, condenadas por toda legislação internacional (desde as Convenções de Genebra, as resoluções da ONU, até o veredito da Corte Internacional de Justiça, com sede em Haia, condenando o muro da grilagem na Cisjordânia), seja pelo apoio, participação ou omissão, por um lado, ou, por outro, pela atuação aberta, corajosa e necessária contra

essa ignomínia, com a visão clara de que só o fim da ocupação e o estabelecimento do Estado Palestino nas fronteiras de 1967, com o desmonte de todos os assentamentos e retirada dos grileiros judeus e das tropas israelenses, pode trazer a paz para judeus e árabes em Israel e Palestina e a segurança a essas comunidades em todo o mundo.

São muitos os judeus que já percebem isso. Entre eles, a autora do filme *Eu queria ser herói* e seus personagens reais. A retirada de Gaza, apesar de inteiramente insuficiente (abrange apenas nove mil dos 240 mil grileiros israelenses), é sem dúvida um passo positivo. Abre espaço e gera expectativas de que seja seguida pelos demais passos necessários e exigidos pela realidade e pelo mundo inteiro. A hora é agora!

Se avançarmos na direção correta, teremos a paz. Porém, se for permitido ao governo israelense permanecer ocupando a maior parte da Palestina, prosseguirá o conflito, com a frustração das esperanças e dos justos anseios de uma nação milenar, com consequências inevitáveis e nefastas para israelenses e para as comunidades judaicas espalhadas pelo mundo.

“Quem plantar a paz vai colher amor”, o samba enredo da Mangueira do ano de 2003, intitulado *Os dez mandamentos*, é resultado de uma tentativa de intercâmbio entre a comunidade judaica e a comunidade negra brasileira. É isso o que relata o filme *Encontros*.

A iniciativa, apesar de aparentemente bem intencionada, cai no vazio – mesmo contando com a sensibilidade dos autores do samba, que perceberam o único conteúdo verdadeiro, porém oculto, por trás dela e formularam o estribilho “Quem plantar a paz/ Vai colher amor” –, pois em todo o restante da letra do samba e em todos os encontros dos rabinos, líderes da Hebraica e do Centro de Cultura Judaica com integrantes do movimento negro e dirigentes da Estação Primeira de Mangueira não há absolutamente nenhuma menção de qual paz deve ser plantada.

A paz com os palestinos, o apoio a ela, a condenação da ocupação israelense, o desligamento da comunidade judaica e o fim da identificação desta comunidade com o processo nefasto da ocupação – únicas premissas possíveis para a real integração da comunidade judaica com o povo brasileiro, que repudia o racismo e esta agressão – não foram sequer mencionadas no filme. A iniciativa serve, portanto, apenas para revelar o medo do isolamento da comunidade judaica e a consciência difusamente culpada de seus líderes por sustentar ou, no mínimo, se omitirem diante dos crimes racistas cometidos pelo governo de Israel.

1ª Conferência Nacional Pela Promoção da Igualdade Racial

Neste sentido, a atuação da Confederação Israelita Brasileira (CONIB) na 1ª Conferência Nacional pela Promoção da Igualdade Racial (1ª Conappir) foi reveladora dessas dificuldades como também das perspectivas positivas que podem se abrir uma vez encetado o caminho justo.

A atuação da delegação da CONIB, de início, foi unicamente no sentido de tentar abafar a discussão sobre a questão mais candente do colonialismo hoje (a ocupação da Palestina há 38 anos e a tentativa sistemática de genocídio deste povo, por parte de uma comunidade que sofreu tentativa similar há pouco mais de cinquenta anos). Esta delegação buscou amedrontar integrantes do movimento negro e chantagear representantes do governo na conferência acusando injustamente os palestinos de tentarem “sequestrar” a conferência. Uma farsa mentirosa!

Essa mentira ficou evidente durante os debates. Dentre os grupos temáticos, houve 27 sobre questões nacionais as mais diversas e três sobre questões internacionais. Nestes três grupos, os da CONIB se apresentaram para abafar o debate dizendo que deveriam ser discutidas apenas as questões do racismo no Brasil. Isso nos painéis internacionais (haja cretinismo!). Como se não coubesse ao governo brasileiro e a todos os que integram a comunidade internacional apoiar as lutas dos povos pelo fim do racismo, do colonialismo, por sua libertação e desenvolvimento. Como se fosse possível abafar esta discussão exatamente numa conferência sobre igualdade racial ocorrida no Brasil hoje.

Observando o apoio que a questão palestina recebia, já nas conferências estaduais de São Paulo e Rio Grande do Sul, a embaixada israelense enviou à Secretaria Especial Pela Promoção da Igualdade Racial (Seppir), no dia do início da conferência uma mensagem declinando o convite formulado ao

embaixador de Israel para participar de uma das mesas ao lado do embaixador da Palestina, alegando que a 1ª Conappir caminhava para ser “uma reprodução da Conferência Mundial Contra o Racismo” (realizada sob os auspícios da ONU, na África do Sul, conhecida como a Conferência de Durban). Como se continuar a partir das conquistas e verdades desta conferência – da qual os EUA e Israel se retiraram exatamente pelo apoio dado por todas as delegações do mundo aos inalienáveis direitos dos palestinos – fosse um demérito e não uma perspectiva justa e progressista da Conappir!

Mas nada disso adiantou. Os palestinos prosseguiram trabalhando, sustentando suas justas reivindicações, inclusive com apoio de judeus presentes à conferência, discutindo com os integrantes do movimento negro e com a própria delegação da CONIB (que felizmente não seguiu o gesto antipático e reacionário da embaixada de Israel e se manteve na conferência).

Cerca de 700, dos pouco mais de mil delegados à conferência, apoiaram uma moção apresentada pela Federação Árabe Palestina do Brasil (Fepal) repudiando a ocupação da Palestina, a chacina e as atrocidades cometidas para perpetuá-la. Além disso, o grupo de trabalhos sobre Direitos Humanos aprovou, por unanimidade, uma resolução propondo a formação de um grupo brasileiro para monitorar as violações dos direitos humanos nos territórios palestinos ocupados por Israel, com o acompanhamento da Seppir e do Itamaraty.

Apesar de seu papel retrógrado durante a 1ª Conappir, a CONIB acabou – sob a pressão do movimento negro e do movimento palestino no Brasil – participando e contribuindo ao debate com um desfecho muito positivo na conferência.

Um acordo envolvendo a CONIB e a Fepal, ao final dos debates, permitiu que a moção fosse lida em plenário e saudada com entusiasmo e não votada. Garantiu também que a Resolução criando a comissão de monitoramento nos territórios palestinos fosse aprovada por todos os presentes (à exceção dos integrantes da delegação da CONIB) que, pelo acordo, se abstiveram de defender contra.

A aprovação da resolução – depois de uma tensão que se estendeu por toda a Conappir –, inédita no mundo, por orientar a participação de um governo no apoio à luta pelos direitos humanos palestinos (já aprovados insistentemente pela ONU), foi sentida como uma imensa vitória de todos que lutam contra o racismo no Brasil e saudada com orgulhoso brado de “Brasil! Brasil!”, seguido do Hino Nacional, cantado com enorme vigor.

Esse grande e vitorioso resultado se expressou na subida ao palco de palestinos e judeus de mãos dadas, aplaudidos de pé pelos delegados da Conferência.

Essa saudação, sincera e calorosa, de brasileiros de todas as origens, deitou por terra a tese, antes propalada, de que “por trás das denúncias a Israel se esconde a intenção malévola de disseminação do antissemitismo”. Ficou claro exatamente o oposto: o que norteia a luta contra o colonialismo e o racismo israelenses é exatamente o desejo de integração plena das comunidades judaicas em todos os países onde existem e a integração dos judeus que vivem em Israel em sua região, o Oriente Médio, que passa pela convivência harmoniosa, pacífica e justa com os palestinos.

A outra questão que caiu por terra na conferência foi a de que os assuntos atinentes ao conflito entre Israel e Palestina dizem respeito só aos judeus e palestinos da região. É evidente que diz respeito a eles principalmente, mas fica claro que, na medida em que se trata de um conflito provocado por uma agressão colonial gravíssima, diz respeito a toda a humanidade e em particular aos judeus e árabes espalhados por todos os cantos do planeta. Mesmo porque os antijudeus e antiárabes (que compõem a direita racista em tudo que é canto) buscam tirar proveito desse conflito para disseminar baixos instintos racistas nas populações a fim de se nutrirem deles.

Todos os exemplos recentes, aqui citados, demonstram que no Brasil, a interação entre as comunidades árabe, negra e o campo da paz na comunidade judaica se faz necessária e promissora. Os ensinamentos e os fatos da retirada de Gaza e da resolução da 1ª Conappir colocam, portanto, para os que buscam a igualdade racial no Brasil (impossível de ser alcançada, aqui ou em qualquer lugar no mundo, sem a superação do racismo manifesto pelas agressões coloniais, como ocorre na Palestina, assim como foi sua superação na África do Sul) – judeus, árabes, negros, índios e brasileiros de todas as origens –, o desafio de uma nova etapa.

Abaixo o racismo, o colonialismo e a agressão aos povos!

Viva a paz no Oriente Médio e no mundo!

* Editor de Internacional do jornal *Hora do Povo*, e autor do livro *O Apartheid de Israel*.

** Conselheiro do Instituto Cultural Israelita Brasileiro (ICIB).

A situação das crianças na Palestina ocupada

*Cláudio Daniel **

A situação das crianças palestinas nos territórios ocupados por Israel é assustadora. Segundo relatório divulgado pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha, cerca de 700 crianças são detidas todos os anos, para interrogatórios ou confinamento. As prisões em geral são feitas à noite ou na madrugada, num clima de terrorismo que inclui quebrar portas ou disparar balas para o alto, aterrorizando as crianças e suas famílias. Há registros de ocorrências de tais atos de violência em Al-aroub Camp, Bit-rima, aldeia perto da cidade de Ramallah, na aldeia de Bit Ummar, em Nabi Saleh e em outras comunidades palestinas.

Em torno de 35% das crianças palestinas detidas são submetidas a assédio sexual de vários tipos. A associação Al Sajeen gravou depoimentos de crianças vítimas de assédio sexual, inclusive ameaças de estupro. Os maus-tratos incluem ainda espancamentos, humilhação verbal e várias formas de violência que atingiram 80% das crianças detidas, segundo o B'Tselem, Centro de Informação Israelense para os Direitos Humanos. Esta entidade aponta ainda a prática de tortura física e psicológica nas crianças, como a privação do sono, golpes nas mãos, obrigá-las a ouvir música em volume altíssimo, mantê-las por várias horas sentadas em pequenas cadeiras, confinamento em celas escuras, ameaça de demolição de suas casas e até o aprisionamento de seus familiares.

Conforme o Centro de Estudos Políticos e de Desenvolvimento de Gaza, as crianças palestinas são interrogadas pela polícia sem a presença de um advogado, sem autorização legal e a maioria das confissões é apresentada ao procurador-geral militar em até 48 horas após serem recodificadas pela polícia. O testemunho de um soldado israelense pode ser usado para comprovar as acusações, resultando em sentenças de seis meses a um ano para os acusados.

As crianças detidas nas prisões israelenses são proibidas de receber material didático ou qualquer tipo de obra educacional, especialmente nas prisões de Ofer e Majido, e são impedidas de brincar. Elas não recebem visitas de pediatra, contando apenas com o apoio de uma enfermeira. As crianças que sofrem distúrbios psicológicos não recebem qualquer tipo de assistência. Em compensação, o sistema penitenciário israelense permite o acesso a cigarros e material pornográfico, com o objetivo de matar-lhes a infância.

É importante ressaltar que todas as facções palestinas são contrárias ao recrutamento de crianças para atividades de resistência armada contra Israel.

O caso do jovem Rashid

A Defesa para as Crianças Internacional (DCI) na Palestina apresentou uma queixa ao supervisor jurídico do governo israelense e à administração das prisões israelenses, denunciando a prisão arbitrária do jovem Rashid C., de 16 anos, da aldeia de Lebres. O menino teria sofrido abuso físico, psicológico e maus-tratos por parte de agentes do serviço de inteligência israelense durante sua detenção em Al Jaloama.

Rashid foi preso por soldados israelenses no dia 4 de novembro de 2011, sendo algemado e forçado a sentar-se sobre um piso de ferro de um veículo militar por longo tempo. Cinco horas após sua detenção, foi transferido para o Centro de Detenção em Al Jalama, onde foi interrogado, sentado numa pequena cadeira de ferro e ameaçado de tortura, caso não cooperasse com os israelenses. O menino foi proibido de usar o banheiro enquanto era interrogado, apesar de ter solicitado isso várias vezes aos seus captores.

Após o interrogatório, Rashid ficou em confinamento solitário numa pequena cela suja e sem iluminação por 13 dias, até ser libertado.

As práticas de prisão, tortura e maus-tratos contra crianças violam os compromissos assumidos por Israel com a Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente a Convenção contra a Tortura, e a Quarta Convenção de Genebra.

O relator especial da ONU sobre tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, Juan Mendez, em seu relatório para a ONU publicado em outubro de 2011, apelou para a proibição total do confinamento de crianças em solitárias: "Considerando a dor ou sofrimento mental severo que o isolamento pode causar, ele pode ser equiparado à tortura ou aos tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes quando usado como castigo, durante a prisão preventiva, por tempo indeterminado ou por um período prolongado, para as pessoas com transtornos mentais, deficiência ou menores de idade", salientou.

* Poeta, é editor da revista *Zunái* e integrante do Comitê pelo Estado da Palestina Já. É também membro do GT Árabe.

A FEARAB e Causa Palestina

No início dos anos 1970, quando estava nascendo a FEARAB (Federação de Entidades Americano-árabes), vem à nossa mente o seu primeiro congresso realizado no clube Homs, com a participação de representantes das comunidades árabes da maioria dos países do continente americano.

Naquela época havia uma preocupação em ter uma entidade representativa que unisse, ou melhor dizendo, que representava todas as entidades árabes no Brasil e nas Américas. Uma entidade forte que divulgava a cultura árabe nas Américas e estreitasse os laços culturais entre este continente e os países árabes, sem discriminar entre sírios e libaneses, iraquianos ou palestinos.

No decorrer do tempo a causa palestina ocupou um canto muito especial no coração dessa entidade e passou a ser a principal causa de luta sociocultural, pois era e continua sendo uma causa humanitária, e a principal questão no Oriente Médio. Era e é um povo que passa por massacre diário, até mesmo de extermínio. E diante disso não poderíamos ficar de braços cruzados, sem nos manifestar e esclarecer à opinião pública brasileira e latino-americana o que se passava com o povo palestino, legítimo dono da Palestina ao longo da história.

Pois bem, começamos a luta, realizamos debates, palestras, missões ao Oriente Médio, em especial para Síria, Iraque, Líbia, Egito e outros países do mundo árabe. Várias visitas foram realizadas à Palestina ocupada por delegações da FEARAB, e muitas delas em companhia de ilustres brasileiros, como o presidente Lula.

A FEARAB atuou em todos os estados brasileiros em várias frentes, e em todas as gestões da nossa entidade foram realizados vários atos em apoio à causa palestina, palestras, debates, exibição de filmes e manifestações públicas. Em todos os atos e passeatas em apoio aos palestinos feitos em São Paulo estivemos presentes, assim como os atos contra a invasão do Iraque em 1991 e 2003. Quando o Líbano foi atacado em 2006 fomos às ruas com a comunidade árabe e seus descendentes e protestamos contra a agressão israelense. Apoiamos todas as Intifadas palestinas desde 1987.

Hoje podemos ver o resultado desta luta. O Estado da Palestina já é membro da UNESCO, e agora acontece em Porto Alegre, Brasil, o Fórum Social Mundial Palestina Livre (FSMPL) no qual a nossa FEARAB estará presente com uma grande representação, incluindo delegações de vários países da América Latina.

A Palestina tem embaixadas na maioria dos países do mundo e, o mais importante, o sionismo não consegue mais ignorar este povo valente, não consegue mais acreditar que pode exterminar este povo. O sionismo perdeu a sua força diante da persistência de todos os movimentos sociais e políticos no mundo inteiro em apoio à causa mais humanitária e justa do mundo que é a causa palestina.

Quantas vezes ouvimos pessoas dizendo: não adianta lutar, tem que aceitar os termos ditados pelo imperialismo estadunidense e seus aliados da OTAN. Mas nós, que aprendemos a lutar pela justiça social e pelo direito do povo de decidir o seu caminho, nós que aprendemos que o mundo precisa ser igualitário e sem diferenças étnicas e sociais, temos a certeza de que a vitória chegará e os nossos objetivos serão alcançados.

A FEARAB exerceu um papel importantíssimo nessa luta, e está presente até hoje em todos os movimentos brasileiros e internacionais na luta pela Palestina e pelos seus direitos. Muitos acharam que somente com as armas se consegue a mudança. Mais uma vez erraram. A política, a mais nobre e mais eficaz arma para a mudança, é por nós da FEARAB exercida todos os dias e sabemos fazer bem. Sabemos também que através da cultura podemos chegar à mudança e conseguiremos atingir nossos objetivos.

Este Fórum Social Mundial Palestina Livre é resultado da luta política, social e cultural não só da FEARAB, mas com a ajuda dos nossos camaradas e companheiros brasileiros. Sem eles, não teríamos chegado até aqui.

Viva o Brasil, Viva a Palestina e viva a justiça social!

Kháled Fayez Mahassen
Ex-presidente da FEARAB/SP

Eduardo Felício Elias
Presidente da FEARAB – São Paulo

Parte 2

O Comitêdo Estado da Palestina

História do Comitê de Campanha pelo “Estado da Palestina Já!”

O Comitê de Campanha pelo “Estado da Palestina Já!” surgiu no dia 6 de junho, por iniciativa de um conjunto de entidades e partidos, em especial PT, PCdoB, CUT, CTB e MST. Desse dia em diante e até a atualidade realizamos 28 reuniões, que variaram entre 10 e 40 pessoas alternando-se o local das mesmas entre as entidades gerais que compõem o Comitê e integram a campanha. O CEP tem uma concepção frentista, não sendo ele próprio uma entidade, mas um conjunto de entidades. Seu objetivo mais geral é apoiar todas as iniciativas para a criação do Estado da Palestina.

A campanha teve seu lançamento público realizado em 29 de agosto, às 17h, no Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo, que contou com a presença de 150 pessoas e mais de 50 entidades nacionais e estaduais. Nesse mesmo dia uma grande coletiva de imprensa foi concedida e informações sobre a campanha foram publicadas em centenas de páginas e blogs na Internet, além de notas em jornais impressos.

O CEP é integrado por cerca de 30 entidades gerais e nacionais de todos os setores e segmentos da sociedade civil brasileira, em especial os partidos políticos do campo progressista, todas as centrais sindicais, as organizações de jovens e de estudantes, as entidades de mulheres, de negros, movimentos comunitários, de moradia e de luta pela terra, bem como por organizações de luta pela paz e entidades nacionais e culturas da comunidade árabe e palestina no Brasil.

O Comitê tem dado orientação em plano nacional para que nos estados surjam comitês unitários, compostos pelas mesmas entidades em planos regionais. Isso vem acontecendo em diversos estados brasileiros.

O que unifica todas as entidades, os partidos, personalidades que integram o Comitê pelo Estado da Palestina desde o seu surgimento é o pedido feito pela Autoridade Palestina junto ao Conselho de Segurança e à Assembleia Geral da ONU para que a Palestina seja admitida na ONU como seu 194º Estado-Membro ou mesmo Estado não membro.

No total, 64 entidades nacionais, estaduais e regionais integram o Comitê pelo Estado da Palestina Já! Algumas participam ativamente de todas as suas reuniões mensais e outras se fizeram presentes nos debates que ocorrem em lista específica para essa finalidade.

O CEP organizou a 1ª Missão de Solidariedade ao Povo Palestino, integrada por seis brasileiros que visitaram a Palestina ocupada entre 10 e 20 de junho de 2012. Pretendemos organizar novas Missões com mais pessoas e representantes da sociedade civil brasileira. A 2ª Missão está indicada para ocorrer entre os dias 24 de março e 2 de abril de 2013.

As principais realizações do CEP foram as seguintes:

Início: a ideia de sua constituição ocorreu no dia 6 de junho de 2011, com a presença de 11 pessoas na sala de reuniões do CC (Comitê Central) do PCdoB.

Lançamento público: ocorreu na sede do Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo no dia 29 de agosto de 2011, com a presença de 150 pessoas e dezenas de entidades.

Passeata: reunimos três mil pessoas no dia 20 de setembro de 2011, que desfilaram pelas ruas centrais da cidade de São Paulo.

Solidariedade na ALESP: ocorrida no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo no dia 28 de novembro de 2011, que contou com a presença de 200 pessoas e mais de 60 entidades.

Dia da Terra: realizado no teatro da Fundação Cásper Líbero na Avenida Paulista no dia 30 de março de 2012, e contou com a presença de 500 pessoas.

Sabra e Shatila: lembramos os 30 anos do massacre de Sabra e Shatila no Líbano, ocorrido em Beirute em 18 de setembro de 1982. Realizamos um ato de recordação no auditório do Clube Homs no dia 18 de setembro de 2012, que contou com a presença de 100 pessoas. Concomitante a isso foi

realizada uma mostra de fotos sobre o massacre na Biblioteca Alceu Amoroso Lima, organizada por Cláudio Daniel que levou centenas de visitantes ao local.

Integram o Comitê de Campanha as seguintes entidades:

1. Partidos Políticos e Institutos Partidários

Partido Comunista do Brasil – PCdoB
Partido Comunista Libanês – PCL
Partido dos Trabalhadores – PT
Partido Pátria Livre – PPL
Partido Socialista Brasileiro – PSB
Consulta Popular
Fundação Maurício Grabois
Instituto “Presidente João Goulart”

2. Centrais Sindicais e Confederações

Federação Sindical Mundial – FSM
Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB
Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB
Central Única dos Trabalhadores – CUT
Força Sindical – FS
Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST
União Geral dos Trabalhadores – UGT
Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino – Contee

3. Entidades de Mulheres

Centro Feminista “8 de março”
Confederação das Mulheres do Brasil – CMB
Federação Democrática Internacional de Mulheres – FDIM
Marcha Mundial de Mulheres – MMM
Sempre Viva Organização Feminista – SOF
União Brasileira de Mulheres – UBM

4. Organizações Comunitárias e de Luta pela Terra

Central dos Movimentos Populares – CMP
Confederação Nacional das Associações de Moradores – Conam
Federação das Associações de Moradores do Estado de São Paulo – Facesp
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST
Movimento em Defesa da Moradia

5. Entidades de Negros(as) e Luta Antirracista

Congresso Nacional Afro-Brasileiro – CNAB
Grupo Kilombagem
Movimento Negro Unificado – MNU
União dos Negros pela Igualdade – Unegro

6. Entidades Estudantis e de Jovens

Associação Nacional de Pós-Graduandos – ANPG
Centro de Memória da Juventude – CEMJ
Juventude do PT
Organização Continental Latino-Americana de Estudantes – OCLAE
União Brasileira de Estudantes Secundaristas – UBES
União da Juventude Socialista – UJS
União Estadual dos Estudantes de São Paulo – UEE/SP
União Nacional dos Estudantes – UNE
União Paulista de Estudantes Secundaristas – UPES

7. Entidades Árabes, Islâmicas, Religiosas e de Luta pela Paz

Associação Beneficente Islâmica do Brasil – ABIB

Biblioteca América do Sul Países Árabes – BibliASPA
Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz – Cebrapaz
Conselho Latino-Americano de Igrejas
Conselho Mundial da Paz – CMP
El *Marada* (Líbano)
Federação das Entidades Árabe-Palestinas do Brasil – Fepal
Federação das Entidades Árabes (de SP, do Brasil e das Américas) – Fearab
Instituto Brasileiro de Estudos Islâmicos – IBEI
Instituto Jerusalém do Brasil – IJB
Jornal *Gazeta Árabe*
Movimento Patriótico Livre – MPL (Líbano)
Portal *Arabesq*
Revista *Sawtak*
Sociedade Palestina de São Paulo

8. Entidades Sindicais Estaduais e Nacionais

Federação Nacional dos Farmacêuticos – Fenafar
Sindicato dos Advogados de São Paulo
Sindicato dos Bancários de São Paulo
Sindicato dos Eletricitários de São Paulo
Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – Apeoesp
Sindicato dos Radialistas do Estado de São Paulo

9. Outras Entidades e Instituições

Nação Hip-Hop
Portal *Vermelho*
Revista *Zunái*

O lançamento do Comitê pelo Estado da Palestina

O CEP foi preparado entre os dias 6 de junho, por ocasião da decisão de criar e estruturar um grande Comitê Nacional que apoiasse o pleito dos palestinos na ONU pela criação de seu Estado Nacional – o que, até o lançamento propriamente dito, transcorreu 83 dias. Foram muitas reuniões, debates, e materiais publicitários foram elaborados.

O ato de lançamento da Campanha “Estado da Palestina Já!” (CEP) foi realizado na cidade de São Paulo, no Sindicato dos Engenheiros. Era uma segunda-feira, dia 29 de agosto de 2011, e o auditório estava quase lotado. Em torno de 200 pessoas de dezenas de entidades nacionais e estaduais compareceram. Uma mesa extremamente representativa, com diversos vereadores e deputados estaduais e federais, em especial de PT, PCdoB e PSB. Todas as seis centrais sindicais fizeram uso da palavra, entidades comunitárias, de luta pela terra, dos negros, das mulheres, dos jovens, dos estudantes. Nenhum setor da sociedade ficou de fora.

Para efeitos de registro, publicamos aqui algumas imagens desse importante dia. Também para registro em livro, listamos a seguir, em ordem alfabética, a sigla das entidades que se fizeram presentes: ANPG; Apeoesp; BibliASPA; Cebrapaz; CEMJ; CMB; CMP; CNAB; Conam; Conlutas; Conselho Latino-Americano de Igrejas; Conselho Mundial da Paz; Consulta Popular; CTB; CUT; El Marada; Facesp; FDIM; FEARAB; Fepal; Fenafar (farmacêuticos); FENAM (médicos); Força Sindical; Fundação *Maurício Grabois*; Instituto Jerusalém do Brasil – IJB; Instituto “Presidente João Goulart”; JPT; MMM; Movimento em Defesa da Moradia; MST; Nação Hip-Hop; PC Libanês; PCdoB; Portal *Arabesq*; Portal *Vermelho*; PPL; PSB; PT; Revista *Sawtak*; Revista *Zunái*; Sindicato dos Advogados de São Paulo; Sindicato dos Bancários de São Paulo; Sindicato dos Eletricitários de São Paulo; Sociedade Palestina de São Paulo; UBM; UEE/SP; UJS; UNE.

Veja a seguir quatro fotos do lançamento do CEP

A passeata dos três mil

A 66ª Assembleia Geral da ONU foi aberta pela presidente Dilma em 22 de setembro de 2011. Por problemas de agenda, o CEP acabou por marcar a sua grande manifestação de rua em São Paulo dois dias antes da abertura da ONU – em 20 de setembro. Um dia que ficará registrado na história das manifestações de solidariedade aos povos oprimidos no mundo.

Após ampla mobilização de todas as entidades, conseguimos fazer uma concentração na Praça Ramos de Azevedo, em frente ao Teatro Municipal a partir das 17h. Centenas de pessoas compareceram. Um grande caminhão de som foi emprestado para o evento, e o público foi ampliando. Uma bandeira palestina de 50 metros foi estendida e carregada por centenas de mãos de brasileiros, em uma bonita demonstração de solidariedade.

Percorremos as ruas centrais de São Paulo. Tanto na Praça Ramos, quanto no trajeto até a Câmara Municipal mais de 40 entidades fizeram uso da palavra. Essas são entidades que integram o CEP e que havíamos previamente acertado que fizessem falas. Os partidos e parlamentares dos partidos que compõem o CEP falaram na porta da CM, como PT, PCdoB e PSB. O ato encerrou-se por volta das 19h30 com dois importantes discursos: de José Police Neto, vereador e presidente da CM/SP do PSD, e do embaixador Ibrahim Al Zeben, do Estado da Palestina no Brasil. (Aqui é importante registrar que o presidente Lula, no dia 10 de dezembro de 2010, foi o 1º presidente a reconhecer, na América Latina e no mundo, a condição de *status* diplomático a representação da Palestina em Brasília).

Vários jornais e blogs registraram o evento no dia seguinte, sendo que um deles mencionava uma multidão de três mil pessoas em apoio à causa palestina, que naquele momento seria a pressão para que a ONU votasse a admissão da Palestina como seu 194º Estado-membro. A presidente discursou em apoio total a essa proposta e no dia seguinte, 23 de setembro, o presidente da ANP, Mahmoud Abbas, formalizou a proposta junto ao Conselho de Segurança. Foi aplaudido de pé por centenas de Chefes de Estado e de governo por quase cinco minutos seguidos.

Só lamentamos que, passados mais de um ano desse importante evento, as Nações Unidas ainda não tenham votado – por decisão do império estadunidense que cede ao *lobby* judaico – essa justa reivindicação dos palestinos. Aliás, a própria ONU tomou essa decisão no dia 29 de novembro de 1947 e, passados 65 anos, os palestinos seguem seu estado nacional.

Veja a seguir 5 fotos da passeata

Veja também aqui 11 imagens de materiais de campanha usados nos meses de agosto e setembro em apoio à criação do Estado da Palestina.

Via Campesina Brasil em Defesa do Povo Palestino

O povo palestino tem o direito de ter o seu próprio Estado, livre, democrático e soberano! Estado da Palestina Já!

Nós, trabalhadoras e trabalhadores dos diversos movimentos e organizações que fazem parte da **Via Campesina Brasil** mais uma vez reafirmamos nosso total apoio e solidariedade com a justa e legítima luta do povo palestino.

O colonialismo israelense sempre foi parte da tentativa do imperialismo de sufocar as legítimas lutas de libertação nacional e por transformações sociais que se desenvolveram em diversos países do mundo.

Inspirados numa ideologia conservadora, racista e antidemocrática, o sionismo, os sucessivos governos do Estado de Israel violam cotidianamente os direitos inalienáveis do povo palestino.

Infelizmente a ONU, que se pretende defensora dos direitos humanos e do direito internacional humanitário, não tem feito mais do que aprovar centenas de resoluções de condenação, reprovação e denúncia contra o Estado de Israel que nunca se transformam em ações concretas. Sob a proteção dos países imperialistas, como EUA, França, Inglaterra e seus lacaios, os mais brutais e violentos crimes são cometidos todos os dias contra a população que vive nos territórios ocupados em 1948 e em 1967.

As “Forças de Defesa de Israel” e todas as outras instituições do aparato repressor colonialista israelense são hoje conhecidas no mundo pela sua covardia e pela prática de genocídio e terrorismo contra o povo palestino e contra todos os que se rebelam em defesa de um Estado Palestino.

Nosso grande desafio é transformar essa indignação diante da violência do governo de Israel num gigantesco movimento social e político de massas de caráter internacional, que faça recuar esse monstro nazi-sionista.

A coragem, a sabedoria e as mobilizações do povo palestino são hoje símbolos e exemplos da resistência popular contra toda injustiça praticada em qualquer lugar do mundo.

O grito de Pátria Livre se faz ouvir em todo o território palestino. Judeus, cristãos, muçulmanos e todas as forças democráticas, progressistas e anti-imperialistas dentro e fora da Palestina se mobilizam em um movimento unificado contra o inimigo de toda a humanidade: o governo do Estado de Israel e seus aliados, o imperialismo dos Estados Unidos e da União Europeia.

Diante das novas manifestações populares na Palestina, a **Via Campesina Brasil** vem manifestar sua admiração e sua solidariedade com esse heroico povo, conclamando @s brasileir@s para:

1. Defender o direito legítimo do povo palestino de lutar contra a ocupação israelense e pela constituição do Estado da Palestina, bem como apoiar a campanha da Autoridade Palestina **pelo reconhecimento do Estado da Palestina como membro pleno da ONU.**
2. Apoiar as decisões soberanas do povo palestino e suas legítimas organizações políticas e sociais no que diz respeito ao caráter do Estado e às fronteiras. Acreditamos que tais decisões serão resultado das lutas e do processo de debate no interior das forças da resistência palestina, portanto, consideramos que **não cabe a nós a decisão sobre como deve ser e qual será o caráter do Estado Palestino.**
3. Fortalecer a luta **pela libertação d@s pres@s polític@s** que vivem hoje nos cárceres por participarem da legítima luta de libertação nacional palestina.
4. Fortalecer a luta **em defesa dos camponeses, trabalhadores rurais e pescadores**, que perderam o direito à terra, à água, ao trabalho e à liberdade com a ocupação colonialista israelense.
5. Intensificar a luta **contra o Tratado de Livre-Comércio MERCOSUL-Israel**, uma vergonha para o povo brasileiro, pois tal tratado estimula o comércio com um país que não respeita as resoluções da ONU, os direitos humanos e o direito internacional humanitário, além de possibilitar, para Israel, a

exportação de produtos dos assentamentos judeu-sionistas hoje ilegalmente nos territórios palestinos de Gaza, Cisjordânia e Jerusalém Oriental.

6. Intensificar, no Brasil, a campanha **pelo boicote e desinvestimento contra Israel**, para impedir a compra de produtos deste país que pratica hoje um regime de apartheid contra o povo palestino. Boicotar a importação de produtos e/ou serviços, bem como propor também o boicote acadêmico e cultural contra esse país é mais uma forma de lutar pelo fim do apartheid de Israel.

7. Denunciar e lutar **contra a compra, por parte dos governos estaduais e do governo federal (em especial as Forças Armadas e o Ministério da Defesa), de equipamentos militares, aviões não-tripulados, veículos blindados, armas e munições israelenses**, pois esse tipo de comércio só alimenta e fortalece o complexo industrial-militar israelense-estadunidense, uma indústria que tem lucrado com o assassinato de milhares de pessoas em diversas partes do mundo.

8. Lutar **contra o bloqueio econômico, político e militar imposto por Israel ao povo de Gaza**, território palestino ocupado que luta cotidiana e heroicamente pela sua libertação. Fortalecer a solidariedade com Gaza é tarefa de tod@s. Precisamos fazer um esforço para organizar uma missão humanitária de solidariedade à Gaza, com representantes de diversas organizações políticas e sociais da classe trabalhadora brasileira.

9. Intensificar a **pressão sob o governo brasileiro para que o mesmo dê tratamento digno e possa amparar de maneira mais intensa e efetiva os refugiados palestinos que se encontram hoje no Brasil**, principalmente os 150 palestinos que saíram do Iraque e ficaram em um Campo de Refugiados na Jordânia, e que se encontram hoje no estado de São Paulo.

10. Pressionar o governo brasileiro para que o mesmo utilize todos os mecanismos disponíveis na Carta das Nações Unidas e em outras resoluções internacionais para exigir do governo de Israel que cumpra a decisão do Tribunal Internacional da ONU de **derrubar o “muro da vergonha”**, que tem cerca de 700 km de extensão e separa o povo palestino, configurando uma situação de apartheid que priva dos palestinos o direito de ir e vir.

11. Discutir com o governo brasileiro **ações mais intensas e mais concretas de apoio, estímulo e cooperação para implementar projetos de desenvolvimento econômico, social, cultural e esportivo na Palestina**. O Brasil tem condições de dar apoio material e financeiro para garantir melhores condições de vida e de trabalho para o povo palestino. Algumas das propostas da Via Campesina Brasil são: construir as condições para que o Brasil e a América do Sul se transformem em espaços para a comercialização dos produtos dos camponeses palestinos e para intensificar as ações de apoio ao esporte na Palestina, principalmente o futebol, nas modalidades masculino e feminino.

12. **Apoiar as lutas dos judeus e israelenses que lutam contra o sionismo e contra a ocupação da Palestina**, pois existem dentro do Estado de Israel forças políticas e sociais progressistas, democráticas e anticolonialistas que são constantemente reprimidas por defender os direitos inalienáveis do povo palestino.

13. **Defender o direito de todos os refugiados palestinos de retornarem para sua terra/pátria**, bem como o direito de serem reparados pelas perdas que tiveram durante a ocupação militar israelense.

14. **Apoiar as mobilizações populares que visam a desencadear uma “Terceira Intifada”** contra a ocupação israelense. Também acreditamos que só a luta de massas pode alterar radicalmente a correlação de forças nas lutas políticas e sociais.

15. Para discutir como realizar concretamente tais ações propomos **organizar um Encontro Nacional de Solidariedade ao Povo Palestino**. A Via Campesina Brasil e demais organizações da classe trabalhadora estão convocando este encontro para os **dias 26 e 27 de novembro**, na **Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), na cidade de Guararema – São Paulo**.

Sabemos que o campo de batalha decisivo nesta luta são as ruas, bairros, cidades, vilas, vales e montanhas da Palestina ocupada, e cabe a nós fortalecer as forças vivas da resistência popular palestina.

Sigam em frente, irmãos e irmãs palestinos, com uma oliveira numa das mãos e uma pedra na outra, lembrando sempre de sua história, de sua origem e de sua tarefa: lutar permanentemente contra o sionismo e o governo de Israel, mesmo estando em condições bastante desiguais frente ao inimigo-agressor.

Quem não cansa de lutar semeia a cada dia o caminho da vitória. A Palestina será livre, justa e soberana. Esse é o seu caminho e o destino de seu povo. **Liberdade e terra para o povo palestino.**

VIA CAMPESINA BRASIL: Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimentos dos Pescadores e Pescadoras Artesanais, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Pastoral da Juventude Rural (PJR).

O povo palestino tem o direito de ter o seu próprio Estado Livre, democrático e soberano! Estado da Palestina Já!

Enquanto o povo palestino vem insistindo por uma paz justa para o conflito, os sucessivos governos israelenses continuam não cumprindo as inúmeras resoluções da ONU, negando-se a negociar a paz com a retirada de suas tropas dos territórios palestinos ocupados.

Além disso, prosseguem na construção de assentamentos israelenses em territórios palestinos. Mantêm nos cárceres mais de oito mil presos políticos, reprimindo violentamente as manifestações pacíficas de palestinos e israelenses que defendem a criação do Estado da Palestina **em solo pátrio**. Seguem com a construção do muro do apartheid ou muro da vergonha – que foi declarado ilegal pelo Tribunal Internacional de Justiça –, que hoje já tem cerca de 750 km de extensão, e que proíbe a livre circulação de pessoas e produtos entre as cidades e vilas palestinas e confisca vastas áreas agrícolas dos palestinos.

Em setembro deste ano, a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), reconhecida internacionalmente como única e legítima representante do povo palestino, irá solicitar da ONU a aprovação do Estado da Palestina como membro pleno desta organização, tendo como fronteiras as linhas de 1967 e compreendendo a Faixa de Gaza, Cisjordânia e Jerusalém Oriental como Capital.

Caberá a ONU, com base no direito internacional e em suas próprias resoluções (em especial a 181, de 1947, que reconhece o Estado da Palestina), ratificar e admitir o Estado da Palestina como membro pleno.

Uma paz justa e duradoura pressupõe a criação, de fato, do Estado da Palestina, e a inclusão deste como membro pleno da ONU, com todos os direitos e deveres que tal decisão implica. O reconhecimento de um Estado palestino soberano, baseado no fim da ocupação, na erradicação dos assentamentos e no retorno dos refugiados, de acordo com as próprias resoluções da ONU, atende aos interesses fundamentais dos povos da região.

Apoiaremos as mobilizações populares d@s palestin@s que lutam contra o governo antidemocrático de Israel. Nós, militantes de organizações representativas do povo brasileiro, afirmamos: apoiar o povo palestino é apoiar todos os povos em sua caminhada de paz, justiça e liberdade!

Ouçam as vozes do povo brasileiro: Estado da Palestina Já!

São Paulo, 15 de agosto de 2011.

Entidades nacionais e partidos participantes do Comitê Partido dos Trabalhadores (PT); Partido Comunista do Brasil (PCdoB); Partido Socialista Brasileiro (PSB); Partido Pátria Livre (PPL); Central Única dos Trabalhadores (CUT); Força Sindical; Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB); União Geral dos Trabalhadores (UGT); Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST); Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee); Conselho Mundial da Paz (CMP); Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz (Cebrapaz); Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM); Marcha Mundial de Mulheres (MMM); União Brasileira de Mulheres (UBM); Confederação das Mulheres do Brasil (CMB); Central dos Movimentos Populares (CMP); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam); Congresso Nacional Afro-Brasileiro (CNAB); Movimento Negro Unificado (MNU); União dos Negros pela Igualdade (Unegro); União Nacional dos Estudantes (UNE); União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES); União da Juventude Socialista (UJS); Juventude do PT; Federação Árabe-Palestina do Brasil (Fepal); Federação das Entidades Árabes do Brasil (Fearab); Biblioteca América do Sul Países Árabes (BibliASPAs); Instituto Jerusalém do Brasil (IJB); Portal *Arabesq*.

Outras entidades e instituições da Campanha: Associação Beneficente Islâmica do Brasil (ABIB), Mesquita do Brás; Instituto Brasileiro de Estudos Islâmicos (IBEI); Sociedade Palestina de São Paulo; Movimento *El Marada* no Brasil; Movimento Patriótico Livre (MPL), do Líbano; Jornal *Al Nur* Gazeta Árabe Brasileira; Revista *Sawtak*; Portal *Vermelho*; Sempre Viva Organização Feminista (SOF); Centro Feminista “8 de Março”; União Estadual dos Estudantes de São Paulo (UEE/SP); União Paulista dos

Estudantes Secundaristas (UPES); Centro de Memória da Juventude (CEMJ); Associação Nacional de Pós-Graduação (ANPG); Grupo Kilombagem; Nação Hip-Hop; Sindicato dos Radialistas do Estado de São Paulo.

Parte 3

1ª Missão de Solidariedade ao Povo Palestino

Caravana de Solidariedade à Palestina

Desde as primeiras reuniões de 2012 quando criamos o Comitê pelo Estado da Palestina, as entidades que o integram vinham propondo a realização de uma caravana de Solidariedade ao Povo Palestino. Houve duas tentativas, em fevereiro e maio, mas ela acabou acontecendo entre os dias 10 e 20 de junho de 2012, e foi denominada de 1ª Missão de Solidariedade ao Povo Palestino.

A viagem foi apoiada diretamente pela Embaixada Palestina no Brasil, e contou com o apoio da União Geral dos Trabalhadores Palestinos (GUPW). O companheiro Khaled Mahassen, também um empresário do turismo especializado em Oriente Médio, deu total apoio e elaborou roteiro especial de viagem, conforme se pode ver abaixo.

Chegamos à conclusão de que a melhor forma de ajudarmos a causa palestina neste momento seria enviar o maior número de pessoas representativas da sociedade brasileira, cidadãos, jornalistas, que pudessem conhecer de perto o sofrimento daquele povo oprimido pelo 4º exército mais poderoso e bem armado do planeta.

Ao voltar da Palestina, essas pessoas passaram a escrever artigos, concederam entrevistas, fizeram reuniões e palestras, enfim, nos ajudaram a furar o cerco midiático que se armou em favor de Israel e de suas brutalidades e contra os interesses dos palestinos.

A seguir, para efeitos de registro histórico, publicamos o roteiro da viagem, bem como os nomes dos integrantes da 1ª Missão.

É objetivo permanente do CEP realizar outras Missões de Solidariedade. A 2ª Missão está indicada para 2013, entre 24 de março e 2 de abril. A ideia debatida no CEP é levarmos 40 pessoas entre sindicalistas de diversos setores e centrais sindicais e representantes de entidades da sociedade civil que integram nosso Comitê.

Integrantes da 1ª Missão de Solidariedade

José Carlos Padilha Arês – professor do setor privado de ensino. Diretor da Executiva da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee). Diretor do Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais. Diretor da Federação Interestadual de Trabalhadores em Educação de Minas Gerais/Espírito Santo (FITEE). Neste ato, representando a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

Antônio Marsicano de Miranda – Diretor do Sindicato dos Comerciantes do ABC e nesta Missão representante da Força Sindical.

João Batista da Silveira – Advogado, da Executiva do Sindicato dos Auxiliares em Administração Escolar de Minas Gerais. Da Executiva da Contee.

Andréa Miriam Silva de Almeida – Da Executiva do Sindicato dos Auxiliares em Administração Escolar do Estado do Espírito Santo (SAE/ES). Nesta Missão representando a diretoria da FITEE (MG/ES).

Emir Saleh Mourad – Engenheiro civil. Secretário-Geral da Federação de Entidades Árabe-palestinas do Brasil (Fepal). Pesquisador do mundo árabe e diretor do Centro de Estudos e Pesquisas Geopolíticas do Oriente Médio (CEPGOM). Neste evento, foi o chefe da Missão.

Neyson Pinheiro Freire – Jornalista. Estudante de ciência política em Brasília. Pesquisador de Oriente Médio.

Veja a seguir 15 fotos que resumem as atividades da delegação brasileira na Palestina.

Depoimentos e relatos pessoais do Integrantes da 1ª Missão de Solidariedade

A primeira de muitas missões de solidariedade

A 1ª Missão de Solidariedade ao Povo Palestino, organizada pelo Comitê Estado da Palestina Já!, cumpriu seus três objetivos: 1) que seus integrantes testemunhassem o dia-a-dia do povo palestino e sua luta de sobrevivência e resistência contra a ocupação israelense; 2) reafirmar e aprofundar a solidariedade brasileira com o bravo povo palestino e seus direitos nacionais inalienáveis ao retorno e autodeterminação; e 3) articular a presença de lideranças palestinas no Fórum Social Mundial Palestina Livre.

Ficamos num hotel em Ramallah, próximo ao Mausoléu de Yasser Arafat, que fica na Muaqataa – Sede da Autoridade Nacional Palestina. Como estava em reforma, não pudemos render nossas homenagens ao grande líder palestino, ao construtor da identidade nacional palestina.

Eu precisaria de uma centena de páginas para transmitir cada detalhe, cada momento dessa visita à terra santa. Foram momentos de muita emoção, momentos muito mágicos para mim. Passados 46 anos, eu voltava à Palestina. Em 1966, lá estava eu, com meu avô e minha mãe, na sagrada cidade de Jerusalém.

Quando a nossa delegação adentrou os muros da cidade velha de Jerusalém, fui transportado pelo tempo, e as lembranças do menino de 6 anos floresciam a cada passo, a cada cheiro, a cada som dos minaretes das mesquitas e dos sinos das igrejas. Caminhando pelas ruas estreitas, lembrei esse menino que brincou nessas mesmas ruas e que naturalmente ressurgia do fundo da minha alma para me avisar: você já esteve aqui, você viveu ali, você é daqui!

No caminho de Ramallah para Jerusalém, Mohamad, um palestino de Jerusalém nos acompanhou como guia. Para a nossa surpresa, a empresa que contratamos para nos transportar também havia designado uma guia. Logo que ela entrou no miniónibus eu quis conhecê-la melhor e saber qual seria o roteiro que ela nos ofereceria. Ela se mostrou fria. Falava bem o espanhol, não queria que perguntássemos nada sobre a ocupação israelense, não queria que eu falasse o árabe com ela. Israel quer controlar até os guias turísticos, para que não mostrem o que eles tentam esconder. Não tive dúvidas, expulsei a guia e prosseguimos mais leves, com a sensação do dever cumprido! Mohamad, professor, muito culto, não foi só um grande guia, foi um amigo e mestre!

Visitar o Museu do maior poeta palestino, Mahmoud Darwich, foi de uma emoção indescritível. Um museu espetacular, que reúne desde manuscritos, objetos pessoais, filmes, declamações de poesias e sua obra completa, tudo isso organizado em instalações de primeira qualidade, com uma decoração, iluminação e som irreparáveis. Na saída, no livro de visitantes, escrevi um trecho de poesia, não de minha autoria, dedicando-o à memória de Darwich. Se vivo estivesse, acredito que o grande poeta não se importaria por eu não ter sido tão original assim, afinal ele e eu somos árabes e o vizinho agressor se irrita com isso!

Desde o primeiro dia de nossa visita até o nosso retorno ao Brasil, Abdallah Abu Rahma esteve com a nossa delegação em todos os momentos. Ele é líder dos Comitês de Resistência Popular que organizam ações não-violentas contra a ocupação, o Muro do Apartheid, as colônias judaicas e a libertação dos prisioneiros palestinos. Morador da aldeia de Bil'in, na Cisjordânia, Abdallah foi preso em diversas ocasiões pelas tropas de ocupação israelense. Sua aldeia já foi alvo de vários ataques, de vários cercos para prenderem os palestinos que participam da organização do Comitê. A delegação participou de uma marcha de protesto que saiu da aldeia rumo ao Muro do Apartheid. Os manifestantes foram atacados com bombas de gás, balas revestidas de borracha e jatos d'água podre, um odor insuportável. Um dos manifestantes foi levado ao hospital para tratar dos ferimentos de bala que o atingiram no braço, barriga e perna. No meu Blog SANAUD-VOLTAREMOS tem uma matéria completa com fotos da nossa visita a Bil'in e a manifestação (<http://migre.me/bFqZq>).

Visitamos várias instituições, sindicatos, autoridades, lideranças e organizações populares. Foi no acampamento de refugiados de Jalezon, próximo a Ramallah, que convivi com uma gente de valor especial, daqueles que não se curvam, não se rendem com o passar dos anos. Foram expulsos de sua terra em 1948, e eram duas mil pessoas quando chegaram em Jalezon. Hoje são 15 mil, apinhados em construções verticais, pois não tem como expandir horizontalmente. Estivemos reunidos com o Conselho que administra o acampamento. A ONU diminuiu muito a ajuda, a OLP desenvolve

programas de auxílio e projetos com vários países para garantir o mínimo de vida digna. Todos sabem, do pequeno ao grande, do jovem ao idoso, que a luta para retornar aos seus lares roubados, a sua terra usurpada, é um direito sagrado. A chave da casa roubada, destruída, que trouxeram com seus poucos pertences quando foram expulsos, vai passando de mão em mão, de geração a geração.

Minutos antes de sermos recebidos pelo presidente Mahmoud Abbas, no mesmo local onde Yasser Arafat foi cercado pelas tropas israelenses e depois veio a falecer por envenenamento, fiquei imaginando e lembrando as batalhas que ali ocorreram, quantos bravos homens e mulheres, ao longo de décadas, deram suas vidas por paz, justiça e liberdade. Ali, naquele momento, prestei uma homenagem silenciosa a cada vida, a cada criança, jovem e idoso que queria viver em paz em sua própria terra natal. Lembrei os amigos e parentes que perderam sua vida durante a invasão israelense ao Líbano em 1982. Um filme foi passando na minha mente... de 1966 em diante.

Abu Mazen, como é mais conhecido entre os palestinos, é o presidente da ANP (Autoridade Nacional Palestina) e da OLP (Organização para a Libertação da Palestina), única e legítima representante do povo palestino. O presidente foi generoso, caloroso em sua recepção. De gestos calmos, porém firmes, ele nos relatou a sua primeira visita ao Brasil, em 2005, por ocasião da Primeira Cúpula América do Sul-Países Árabes, ideia que foi lançada e efetivada pelo presidente Lula na época. O presidente mostrou o grande apreço, amizade e respeito que tem pelo Brasil, povo e governo.

Abu Mazen foi fundador da Al Fatah junto com Arafat nos idos de 1950. Ao presidente Abbas conheci pessoalmente em 2005, durante a Cúpula. Arafat conheci em 1995, quando de sua primeira e única visita ao Brasil. Quando terminamos a visita, tive a clara sensação de que o tempo de luta dos palestinos não depende do tempo de vida de seus líderes, pois os princípios de autodeterminação e retorno não mudaram, continuam firmes e inabaláveis na luta do povo palestino e de suas lideranças.

Outra convicção que eu já tinha, e que ficou mais forte depois da viagem: o povo palestino será vitorioso a despeito de todos os poderes militares, econômicos e políticos que fazem da Palestina, gota a gota, dia após dia, há mais de 64 anos, o segundo holocausto da humanidade.

Quero deixar um carinho especial para os companheiros dessa jornada inesquecível, Andréia, João Batista, José Carlos, Neyson e Toninho que foram pura emoção, que não tiveram dúvidas em abrir seus corações e mentes para a realidade que constataram na Palestina ocupada.

Meus agradecimentos aos companheiros e entidades do Comitê pelo Estado da Palestina Já, ao meu irmão presidente da Fepal, Elayyan, aos camaradas Lejeune e Khaled, ao meu amigo Walid, ao companheiro Abdallah Abu Rahma, ao caro embaixador da Palestina, Ibrahim, que fizeram possíveis a ida e o sucesso da Missão de Solidariedade.

* Engenheiro, foi o chefe da Missão de Solidariedade. É o atual secretário-geral da Fepal (Federação Árabe Palestina do Brasil). É membro do GT Árabe.

Povo palestino luta por liberdade

*José Carlos Padilha Arêas **

O conflito entre árabes e judeus já provocou inúmeras mortes e até hoje traz muita tensão e medo, não só aos povos que vivem no Oriente Médio, mas a todos que acreditam na cultura da paz e no direito à autodeterminação dos povos.

Após 65 anos da partilha, realizada com o aval da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1947, o povo palestino ainda sofre com a limpeza étnica, discriminação e o domínio do exército israelense.

No mês de junho, uma delegação brasileira integrada por sindicalistas de diversas entidades que apoiam a luta do povo palestino pela liberdade visitou o país para conhecer de perto a situação. A comitiva foi recebida pelo presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP), Mahmoud Abbas, na cidade de Ramallah. A iniciativa denominada Primeira Missão de Solidariedade ao Povo Palestino foi organizada pelo comitê brasileiro Estado da Palestina Já!

O presidente Abbas agradeceu pelo apoio do Brasil ao povo palestino em todos os níveis, particularmente em relação ao reconhecimento do Estado da Palestina nas fronteiras de 1967. Ele destacou a sua última visita ao Brasil em 2010 quando lançou a pedra fundamental da Embaixada palestina.

A delegação brasileira participou também de reuniões com o comitê executivo da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), com a esquerda palestina, a Central de Trabalhadores da Palestina e com o ministro do Trabalho local. Também foram realizadas visitas às cidades de Belém e Jerusalém.

Durante o trajeto, foi possível notar o crescimento das colônias judaicas que impedem a viabilidade do Estado Palestino, a destruição das plantações de oliveiras, uma das principais fontes de renda do país e dezenas de postos de controle do exército de ocupação israelense.

Essa missão teve como objetivo principal fortalecer e aprofundar a solidariedade brasileira com o povo palestino, para que o Brasil tenha mais informações sobre a situação em que vive a população sob o jugo da ocupação israelense.

A viagem foi muito chocante, pois foi possível ver de perto o sofrimento do povo palestino. Eles vivem em sua própria terra sem a liberdade essencial de ir e vir. Israel construiu um muro cercando toda a Palestina e dividindo o povo da região, desocupando as terras e destruindo famílias. Lá, não existe uma família que não teve algum membro preso ou torturado, sem nenhum tipo de julgamento legal.

É bom ressaltar que a partir da queda dos países do Leste Europeu, a ONU foi enfraquecida e Israel avançou na construção do muro e na invasão de territórios palestinos, com o apoio dos EUA.

Na atual conjuntura de globalização e de política unipolar, a defesa da soberania do Estado palestino torna-se o principal foco de resistência ao neoliberalismo e à prática capitalista.

O reconhecimento do Estado palestino é uma das principais lutas dos povos que acreditam no respeito à autodeterminação dos povos. A retirada das colônias de judeus dos territórios palestinos e o reconhecimento da cidade de Jerusalém como capital do Estado Palestino são outra frente de batalha que devemos apoiar.

A luta pelo Estado palestino deve ser uma luta de todos os povos na defesa de seus Estados, pois representa um enfrentamento ao projeto neoliberal que tenta enfraquecer as nações.

* Dirigente da Contee e do Sinpro Minas.

A visita ao Sindicato dos Professores Palestinos

*João Batista da Silveira **

Tive a honra de integrar a 1ª Missão de Solidariedade ao Povo Palestino, organizada pelo Comitê pelo Estado da Palestina. Esta ocorreu entre os dias 10 e 20 de junho passado.

Um dos eventos mais importante foi a reunião que tivemos com o Sindicato dos Professores Palestinos, cuja sigla em inglês é GUPT (União Geral dos Professores Palestinos).

Nessa reunião estavam presentes o secretário-geral, o senhor Mohammad Suwane e Nadim Sami, responsáveis pela representação dos professores dos assentamentos, e outros componentes da diretoria da entidade. A GUPT representa os trabalhadores na educação, professores e administrativos, públicos e privados, num total de 50 mil trabalhadores.

Informaram que a entidade foi criada em 1969, dois anos após a invasão israelense, trazendo uma diminuição extraordinária do território palestino, processo intensificado em 2007 com a criação das colônias judaicas em áreas mais férteis do território palestino.

Ao descreverem as condições de trabalho da categoria, salientaram que às dificuldades inerentes à luta de classe acrescentam-se outras em função da ocupação israelense do território palestino. Os 518 pontos de fiscalização (*checkpoints*) israelenses existentes em todo o território palestino trazem transtornos e muita humilhação para o trabalhador palestino.

Em função destes postos de fiscalizações e dos muros construídos separando comunidades, vilas e cidades, isso acaba impondo aos trabalhadores, considerando a jornada de trabalho e mais o tempo gasto de ida e volta, muitas horas a mais de trabalho, de forma que a maioria sai de casa ainda na madrugada e volta somente às 21 horas.

Além disso, para evitar a frequência na escola palestina, onde as crianças e os jovens tomam consciência da história do povo palestino, o governo israelense vem cumprindo uma agenda neoliberal. Eles possuem um programa de subsídio como estímulo à matrícula destes em escolas particulares, tentando enfraquecer o ensino público.

* Membro da Executiva da Contee e da Executiva do Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Estado de Minas Gerais (SAAEMG).

A tirania praticada contra os palestinos

*Andreia Mírian Silva de Almeida **

No dia 12 de junho de 2012, pude conhecer pessoalmente o que é a tirania. A população palestina encontra-se sitiada! Em pleno século 21, os palestinos vivem na era colonial. O que vi naquela tão bela terra certamente não tem outro nome a não ser feudalismo. Puro, covarde e cruel.

Começo aqui meu relato durante o processo de ingresso em território palestino, atual Cisjordânia. Pode-se perceber a tensão, já latente durante todo o planejamento da Missão, que se abateu sobre a equipe. Após tensas e intermináveis horas de espera, pudemos enfim ingressar no território ocupado ilegal e comprovadamente por Israel.

As primeiras impressões foram de fato impactantes. Homens fortemente armados e em alguns momentos, visivelmente alterados, usando de sua superioridade bélica para privar um povo do direito de ir e vir em seu próprio território. Mulheres, crianças, idosos, e até mesmo turistas que, vindos da Jordânia, país que faz fronteira com o território ocupado, eram obrigados a permanecer em pé por horas, para conseguir passar pela tão temida entrevista, quando então se respondiam a infundáveis e humilhantes questionamentos enquanto suas bagagens eram covardemente reviradas.

O primeiro choque que tomamos ao já estarmos inseridos dentro do território palestino, certamente foi o “Muro”. Um muro que tem o poder de esmagar, humilhar, discriminar, mas principalmente cercear, a população palestina de sobreviver, visto que nega o livre acesso ao trabalho, educação, saúde, saneamento básico. Esse mesmo muro assusta não só por sua extensão – hoje mais de 500 quilômetros, e, segundo Israel, quando estiver terminado terá 790 quilômetros –, como também por sua proposital imponência, são mais de oito metros de altura, e em alguns locais um emaranhado de arame farpado vigiado por câmeras e soldados.

Justificado pelo governo de Israel como medida de proteção contra o terrorismo ele separa Israel da Cisjordânia, território palestino que, no entanto, abriga diversas colônias judaicas magnanimamente estruturadas, causando um doloroso contraste com as precárias condições das vilas palestinas, como também a Faixa de Gaza.

Os *check points*, como são chamados os postos de revista onde ficam soldados israelenses, mereceram uma mais detalhada observação de nossa parte, pois a população palestina, obrigatoriamente, é revista e interrogada e atravessa, quando permitido certamente, para desempenhar uma série de atividades pessoais nas vilas vizinhas. Compostos não só de guaritas altas, onde estão posicionados soldados fortemente armados, atualmente somam-se mais de 500 *check points* na região ilegalmente ocupada pelo Estado judeu.

Durante todo o período em que lá estive, em reuniões com representantes de diversos setores que compõem a sociedade Palestina, ouvindo relatos pessoais e que representavam o coletivo, observei que, segundo os fatos apresentados, o grande entrave ao desenvolvimento econômico e social certamente é a ocupação. Plantações de oliveiras inteiras dizimadas para cercear as condições de vida de um povo que vive basicamente da agricultura. O confisco de terras e fontes de água pelo Estado judeu foi algo extremamente chocante a todos.

Um dos atos que muito impressionou a todos foram os protestos idealizados pelo palestino Abdallah Abu Rahma, que propõem a resistência não violenta, contra o muro na pequena aldeia de Bil'in. Verdade que a iniciativa deste bravo homem não é apoiada por todos os cidadãos e principalmente por parte do Estado de Israel que continua a responder com bombas de gás, som e até mesmo armas químicas, porém tem rendido bons frutos.

Qual minha surpresa quando, lado a lado, estivemos em companhia de um grupo de jovens israelenses que semanalmente às sextas-feiras, dia santo muçulmano, deslocam-se de Tel Aviv para protestar contra a ocupação de seus compatriotas. Isso só reforçou-me a tese que defende o conflito como uma questão política e não religiosa como eu acreditava anteriormente. O "ódio" foi por anos, alimentado, enraizado e cuidadosamente cultivado dentro dos corações de ambas as partes.

A causa pela criação do Estado Palestino é mais que nobre, é um dos pontos fundamentais para que, de fato, possamos acreditar na concretização daquilo que chamamos de sociedade civilizada, onde defendemos o direito à vida. É imperativo que combatamos o colonialismo pré-histórico que insiste em permanecer em nosso meio.

Um dia, hei de voltar àquelas terras que então se chamará Palestina e desfrutarei novamente daquele lindo pôr do sol ao qual assisti ao som do Alcorão na janela do quarto...

As-Salaamu 'alaykum" عليكم السلام

* Diretora da Executiva da Federação Interestadual de Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (FITEE) de Minas Gerais e Espírito Santo e do Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Espírito Santo (SAAE/ES).

O que a mídia nos mostra não é que presenciei

*Antonio Marsicano de Miranda **

Hoje sou um defensor da causa palestina e da criação do Estado da Palestina.

Nossa comissão foi recebida pelo presidente da Palestina, Mahmoud Abbas, que ficou entusiasmado com a comissão brasileira, que relatou o apoio ao reconhecimento da Palestina como Estado pela ONU, e os encontros que teríamos com outras personalidades. O ministro do Trabalho palestino fez um retrospecto da situação dos trabalhadores e nos disse que o governo pretende implantar a obrigatoriedade do salário mínimo na Palestina e um melhor entrosamento com o movimento sindical.

Como integrante da 1ª Missão de Solidariedade ao Povo Palestino, fiquei indignado com o que presenciei, com o que ouvi e com o que eu vi com os meus olhos.

O tratamento dado pelos israelenses aos palestinos é algo descomunal. Humilhar o ser humano para eles é um troféu.

Os assentamentos que visitamos, os relatos das barbáries cometidas pelos soldados israelenses são constrangedores. A qualquer hora as casas dos palestinos são invadidas. Os palestinos são agredidos na frente de seus filhos e tratados como uma coisa e não como ser humano.

Um fato que nos chamou a atenção foi de que uma grande parte da população já foi presa ou passou por situações humilhantes.

Quando fomos visitar a associação dos ex-prisioneiros fomos informados de que ainda há presos que não foram julgados e alguns estão nas cadeias há mais de 25 anos. Isso nos assusta, e ficamos nos indagando: onde estão os direitos de cada cidadão palestino?

Quando estivemos com uma liderança palestina – Abdalla, que já foi preso por quatro vezes sendo que na última vez ficou dois anos –, ele nos relatou que foi barbarizado, massacrado na frente dos seus filhos e da sua esposa. E isso ocorre até os dias atuais. Sua filha tem que ter acompanhamento especial por causa do trauma de ter visto seu pai sendo pisoteado e jogado como um cão. Hoje, esse lutador palestino é reconhecido no mundo todo e até já foi condecorado várias vezes.

Participamos de duas manifestações que geraram confrontos diretos com o exército israelense. Um deles ocorreu em uma sexta-feira, como eles fazem há seis anos. Quero aqui dar um dado importante: os palestinos realizam essas atividades pacíficas todas as sextas-feiras sem perder uma sequer. E, invariavelmente, são atacados com bombas de gás lacrimogêneo, bombas de surdez e jato d'água química com um odor insuportável. No outro confronto a polícia cercou uma fonte d'água que abastecia uma grande plantação de hortaliças.

Nas camadas sociais com um poder aquisitivo melhor também não é diferente em muitos relatos. Eles também são humilhados constantemente e seus familiares também sofrem abusos.

Mesmo sendo um povo que sofre as maiores transgressões pelas quais um ser humano pode passar, os palestinos são um povo alegre e muito receptivo, dando carinho que todo ser humano pode receber, e demonstrando que a luta continua.

Dignidade já, direito de ser cidadão reconhecido e com uma pátria livre é o que defendemos para esse sofrido povo palestino. Queremos que todos eles possam andar de cabeça erguida e poder gritar ao mundo que são reconhecidos como um ser livre e possuem a sua pátria, a sua nação e seu Estado livre e soberano.

Por fim, quero relatar que vi como a mídia mostra o agressor, mas não mostra como o outro foi agredido. Primeiro, na TV, ela nos mostra os palestinos jogando pedras nos policiais, mas não mostra a polícia e o exército primeiro jogando bombas nas pessoas dos assentamentos. Isto é ludibriar a inteligência do ser humano. Eu vi e presenciei tudo isso, pois estava no local. Fui testemunha ocular da história e por isso voltei ainda mais solidário com os palestinos.

Desde já damos bem alto um **Viva à Palestina** livre e reconhecida como um verdadeiro Estado de Direito. **Palestina Livre Já!**

* Representante da Força Sindical na 1ª Missão, e diretor do Sindicato dos Comerciários de Santo André e Região do ABC.

A Palestina do heroico povo palestino

*Neyson Freire **

Participar da 1ª Missão Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino foi uma das melhores experiências que já vivenciei em toda a minha vida. Não há como descrever exatamente o que senti: um misto de frio na barriga, pânico, fragilidade e a maior sensação de indignação já experimentada.

No trajeto que fizemos entre Amã, capital da Jordânia, até a cidade de Ramallah, já na Palestina, ao abrir os olhos há deserto por todos os lados e um enorme vazio, silêncio absoluto. Foi praticamente impossível precisar quanto tempo tudo isso durou: talvez segundos, mas parecia uma eternidade. Após intensa e cansativa travessia da histórica Ponte Allenby, que cruza o rio Jordão, na divisa da Jordânia e da Palestina, região controlada pelo exército israelense, logo percebi que a situação do povo palestino é uma afronta à humanidade e à paz mundial.

Vivenciei de perto o conflito que se delineia por décadas e, provavelmente, ao longo dos tempos ocorreram outros pormenores de que não tomei conhecimento. O crescimento das colônias israelenses em território palestino, a destruição das plantações de oliveiras, o imenso muro do apartheid que cruza

idades palestinas, a situação dos milhares de refugiados que vivem em campos controlados pela ONU e pela Autoridade Palestina, o bloqueio ilegal, as punições coletivas contra a população, a situação humanitária e econômica, a escassez de eletricidade, o embargo no fornecimento de água e combustível e a triste situação dos prisioneiros palestinos mantidos em prisões israelenses foram o que já vi de mais crucial e desumano na vida. Em muitos momentos, foi difícil conter as lágrimas. O que leva alguém a cometer tantas crueldades contra um povo? Até que ponto essas pessoas estão dispostas a ir para conseguir o que querem? Nota-se que o governo de Israel continua desafiando as leis internacionais e as resoluções da ONU.

Convém falar dos grandes momentos da nossa 1ª Missão, que consistiram em visitas a campos de refugiados, entidades governamentais, políticas e sindicais, órgãos da Autoridade Palestina como a OLP e Ministério do Trabalho e visita às históricas cidades de Jerusalém e Belém. Por fim, o grande episódio da Missão foi a reunião com o presidente da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas, que nos recebeu no Palácio Muqataa, em Ramallah, e a visita à residência do líder Abdallah Abu Rahma, em Bil'in, cidade referência da luta da resistência pacífica contra a ocupação.

Apesar das intensas atividades, foi possível conferir a beleza da terra santa, do mar Morto e do povo palestino, que é simplesmente fantástico. E, ao final de tudo, percebe-se, ainda, mesmo que não tenha sido essa a intenção inicial da nossa 1ª Missão de Solidariedade ao Povo Palestino, que, entre o esquecer e o tentar viver uma nova vida, esse é um povo que resiste, se recupera e tem esperança de um dia voltar para suas terras.

Hoje, sou mais um na luta pela soberania e autodeterminação da Palestina. Não é justo que ali só exista um Estado, que não é laico, em detrimento dos árabes e da diversidade de costumes e crenças. A luta pelo reconhecimento do Estado Palestino é justa. Viva a Palestina livre.

* Jornalista, estudante de ciência política e assessor do Conselho Federal de Enfermagem. É pesquisador sobre Oriente Médio.

A Palestina que eu conheci

*Lejeune Mirhan **

Entre os dias 21 e 25 de março de 2012, visitei a Palestina pela primeira vez na vida, ainda que eu seja um ativista da solidariedade ao povo palestino desde 1982, há trinta anos. Esta é uma região simplesmente encantadora e mágica. Desde 16 de setembro de 1982, quando ocorreu o massacre nos acampamentos palestinos de Sabra e Chatila em Beirute, venho estudando aquela estratégica região. Fundamos à época, em Campinas, o Comitê de Solidariedade ao Povo Palestino. Mas, eu só conhecia a Palestina na teoria. Publiquei cinco livros, sendo que a maioria sobre a temática internacional, mas nunca tinha visitado a região.

Desta vez, a convite da Central Palestina de Trabalhadores e representando a CTB, lá fui eu conhecer a Cisjordânia. A viagem passou por Istambul na Turquia, onde ficamos seis horas no aeroporto e depois seguimos para Tel Aviv. Até aqui as coisas são diferentes. Não há uma “Palestina” no *mapa-múndi*. Só temos Israel. E isso vem desde 15 de maio de 1948, quando David Ben Gurion proclamou o Estado de Israel e os palestinos ficaram sem Estado, antes ocupado pela Inglaterra. Eles chamam esse dia de *Nakba*, que em árabe quer dizer “a catástrofe”.

A entrada por Tel Aviv já foi muito difícil – houve um interrogatório de quase duas horas. Na saída então foi muito pior. Foram três horas e meia de interrogatório e revista minuciosa das malas. Tudo passa por exames químicos, scanner, espectrômetro de massa etc. Meu *lap top* foi desmontado e depois montado de novo e tive que testá-lo na frente dos agentes do Estado. Da água mineral palestina que trazia na mala tive que tomar um pouco na hora. Um azeite de oliva palestino que trazia passou por exames químicos. E mais interrogatório. São tantas e tão rápidas as perguntas que as pessoas ficam em pânico.

Na chegada, viajamos por uma hora de carro até a Cisjordânia. Em tese, são terras palestinas que lhes foram “devolvidas” por Israel pelos acordos de Oslo de 1993. Passamos por um *checkpoint*, espécie de postos policiais onde tudo é revistado e conferido. Após essa maratona, viagem de quase um dia,

chegamos ao hotel na cidade de Ramallah, a capital da Palestina, onde a Autoridade Nacional Palestina, que é presidida por Mahmoud Abbas, tem a sede do governo.

Diversas situações me chamaram a atenção. A Palestina é uma nação árabe, mas ocupada por outra potência. Os palestinos não possuem moeda própria. Eles usam o *shekel*, moeda israelense. Boa parte dos produtos que eles consomem, ainda é fabricada por Israel. Até por isso, compreendi uma das decisões do congresso sindical: boicote aos produtos israelenses e incremento à produção palestina.

A Palestina não tem fronteiras definidas. Nem Israel as tem até hoje. Se vingasse a solução que praticamente todos defendem, desde os EUA, ONU, União Europeia – de dois Estados para dois povos vivendo lado a lado –, ainda assim restaria hoje para os palestinos apenas 20% das terras da Palestina histórica. Mesmo no plano de partilha aprovado pela ONU em 29 de novembro de 1947, eles teriam direito a 48% das terras. Israel foi tomando tudo nesses 64 anos.

Se a Cisjordânia fosse devolvida integralmente aos palestinos com a Faixa de Gaza, e Jerusalém Oriental como capital do Estado da Palestina, surgiria um novo e praticamente insolúvel problema: o que fazer com as 250 colônias e os assentamentos judaicos no meio da Cisjordânia, onde mora “só” meio milhão de judeus? Como remover esse contingente humano? Isso representa 25% de toda a região!

Na manhã do dia 23 de março, fomos visitar uma aldeia palestina, chamada An Nabih Saléh. Era uma aldeia cananeia de “só” cinco mil anos! No meio da Cisjordânia. Para entrarmos lá passamos por um *checkpoint* onde nos deparamos com soldados fortemente armados e seis blindados.

Era uma sexta-feira. E todas as sextas, a comunidade local faz demonstrações pacíficas para mostrar seu inconformismo pela ocupação de sua terra. Éramos 150 pessoas. Percorremos as ruas da pequena aldeia até a sua entrada. Qual não foi nossa surpresa quando, com toda fúria, o quarto mais poderoso exército do planeta avançou sobre todos nós com 40 soldados e seis blindados. Desde as manifestações estudantis que havíamos feito no Largo do Rosário em Campinas em 1977, fazia tempo que não sentia o cheiro de bombas de gás lacrimogêneo. E os da época da ditadura parecem sabão nos olhos. Os israelenses são muito mais fortes. Acho que eles têm mostarda no meio. Muitos de nós passamos mal. Chamou-me a atenção que acabaram por enfrentar essa fúria militar crianças de no máximo 16 anos, com paus, pedras e estilingues. Os mais velhos recuaram, e ficaram lá aqueles jovens, mostrando seu inconformismo. Parece que nasceram para lutar.

Voltei muito mais pessimista do que quando fui. Pretendemos organizar muitas missões de solidariedade a esse que seguramente é o mais sofrido dos povos na atualidade. Ainda que não veja nenhuma perspectiva, no momento, para uma paz justa e duradoura na Palestina, devemos perseverar e acreditar que ela será possível. Quiçá eu esteja errado. O mundo inteiro fecha os olhos para aquele problema humanitário. Bem sei que a correlação de forças ainda não nos é favorável. Mas, temos que confiar no avanço das lutas dos povos oprimidos em todo o mundo.

Viva a luta do povo palestino!
Viva a Palestina livre e soberana!

* Sociólogo, escritor e arabista. Foi professor de Sociologia da Unimep (Universidade Metodista de Piracicaba) entre 1986 e 2006. Presidiu o Sindicato dos Sociólogos de São Paulo de 2007 a 2010. É membro do GT Árabe. E-mail: lejeunemgxc@uol.com.br.

Parte 4

Anexos

Perspectivas sindicais na Palestina

Baby Siqueira Abrão *

O sindicalista sociólogo, arabista e em trabalho de direção nacional no Partido Comunista do Brasil, professor Lejeune Mirhan visitou a Palestina ocupada entre os dias 21 e 25 de março para participar, como representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), de dois encontros sindicais, ambos com repercussão internacional. O primeiro foi o 9º Congresso da União Geral dos Trabalhadores Palestinos (*General Union of Paletinian Workers*, GUPW), central sindical filiada à Federação Sindical Mundial (*World Federation of Trade Unions*, WFTU), com sede em Atenas, na Grécia. A WFTU, do antigo bloco da URSS, representa em torno de 90 milhões de trabalhadores sindicalizados em todos os continentes. Seu programa é voltado para o fim do capitalismo e para a construção do socialismo. No Brasil, apenas a CTB e a CGTB são filiadas à WFTU. A CUT e a Força Sindical são associadas à Central Internacional Sindical.

O segundo encontro, a Conferência Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino, também foi organizada pela WFTU. Nele, Lejeune fez um pronunciamento em nome da CTB e de Wagner Gomes, presidente da entidade. Em sua fala, ele anunciou a realização do Fórum Social Mundial Palestina Livre (FSMPL), em Porto Alegre, de 28 de novembro a 1º de dezembro de 2012, pois a CTB faz parte da comissão organizadora do evento.

Lejeune realiza estudos e pesquisas sobre os países árabes há 30 anos, praticamente o mesmo tempo em que milita pela causa palestina. Essa foi sua primeira viagem à Palestina.

Como foram os encontros?

Lejeune Mirhan – No Congresso da Central Palestina de Trabalhadores estiveram presentes em torno de 200 delegados sindicais de diversas categorias, oriundos da Cisjordânia e da Faixa de Gaza. Já na Conferência Internacional, estiveram presentes representantes de centrais sindicais de Brasil, Estados Unidos, Grécia, Espanha, Itália, Galícia, Inglaterra, França, Portugal, Holanda, África do Sul e Austrália. Dessas 12 delegações faziam parte cerca de 20 pessoas.

O que foi discutido?

LM – O tema central do congresso foi a organização da resistência dos trabalhadores palestinos contra a ocupação israelense, que em maio deste ano completará 64 anos. Outros itens disseram respeito ao desenvolvimento econômico da Palestina, que hoje compreende menos que 20% de seu território histórico. Isso também se deve ao confisco de terras praticado por Israel, para a construção ilegal de colônias judaicas. Na Cisjordânia, onde vivem quase 4,5 milhões de palestinos, cerca de 250 colônias abrigam em torno de 600 mil judeus ortodoxos.

A participação da mulher palestina nas lutas sindicais também foi discutida. Ainda que a Palestina seja o país árabe onde a mulher tem o maior grau de escolaridade e politização, apenas 20% dos delegados sindicais eram mulheres.

O boicote aos produtos israelenses também esteve na pauta. Os trabalhadores palestinos defendem o incremento da produção industrial, comercial e agrícola do país e para isso é estratégico não consumir o que é produzido em Israel. Ocorre que a Palestina não produz tudo o que eles precisam. No pequeno supermercado que ficava em frente ao nosso hotel, em Ramallah, boa parte das mercadorias era israelense.

Ao final do Congresso, foi aprovado um plano de luta e eleita a nova direção sindical. O secretário-geral, Haider Ibrahim, foi reeleito.

Como você analisa o movimento sindical na Palestina?

LM – Fazer sindicalismo em qualquer país já é, por si só, uma tarefa difícil. Mesmo em países como o nosso Brasil, que se diz democrático, ainda existem muitas restrições à organização sindical dos trabalhadores, em especial dentro das empresas. Não é por acaso que sempre falávamos, desde a época da ditadura, em “fazer porta de fábrica”, porque ninguém entra na fábrica.

Agora, imagine fazer sindicalismo em um país ocupado pelo quarto exército mais bem-equipado do mundo, que é o de Israel. É muito difícil. Por isso mesmo o índice de politização é muito elevado. Todos os delegados sindicais com os quais mantive contato eram revolucionários. Não tem “sindicalista moderado” na Palestina. Não basta lutar contra a exploração, por melhores salários. O desemprego é elevadíssimo por causa da ocupação sionista. Assim, o sindicalista luta fundamentalmente contra Israel e contra a ocupação.

Quais os maiores problemas enfrentados pelos trabalhadores? E pelos sindicatos? Eles se devem à ocupação ou a questões internas, da própria Palestina?

LM – O maior problema é o desemprego, que atinge, em algumas cidades e vilas palestinas, até 40% da população economicamente ativa. Os palestinos, como povo de nação ocupada, não podem emitir sua própria moeda. Usam a moeda da força ocupante, que se chama *shekel*.

Mesmo assim há certo dinamismo econômico em Ramallah. Há muito movimento nas ruas centrais, no centro comercial da cidade. Pude observar várias construções de prédios, casas. Não visitamos Gaza, mas sei que lá as dificuldades são muito maiores. Imagino quão desenvolvida seria a Palestina não fosse a ocupação israelense. [*Nota da correspondente: segundo estudo realizado pelas autoridades palestinas em 2011, Israel lucrou mais de U\$ 7 bilhões com a ocupação em 2010. Esse valor, se ficasse na Palestina, poderia transformá-la num país sustentável, sem necessidade de suporte financeiro internacional*].

Pude observar que também os empresários são politizados. Em lojas, restaurantes e no comércio em geral há bandeiras palestinas, pôsteres de Yasser Arafat, fotos de Mahmoud Abbas. O partido Fatah é muito forte na região, assim como a Frente Democrática de Libertação da Palestina (FDLP).

A indústria, por causa da ocupação, ainda é incipiente. A grande maioria de produtos que exigem um grau de sofisticação maior para a sua fabricação é importada.

Os sindicatos palestinos são independentes ou estão ligados a partidos e facções políticas?

LM – Tal qual no Brasil, os partidos políticos que atuam na sociedade palestina atuam também nos sindicatos. No congresso travei contatos com todas as facções revolucionárias que compõem a OLP, a Organização pela Libertação da Palestina. Nela, o Fatah é o maior e o mais importante. Tinha, seguramente, a maioria dos delegados do congresso.

Soube, pelos camaradas da GUPW que nos acompanhavam, que todas as correntes e facções estão representadas na direção da Central, em especial o Fatah, a FDLP, a Frente Popular pela Libertação da Palestina (FPLP), a FIDE e o Partido Comunista Palestino, que agora se chama Partido do Povo Palestino (PPP). O Hamas, que não reconhece a GUPW, não enviou delegados ao evento e dificultou ao máximo a saída da delegação de Gaza que foi até a Cisjordânia.

Como é a atividade sindical dentro de um país sob ocupação? Eles sofrem muitas restrições? Vocês poderia dar alguns exemplos?

LM – Como sabemos, Israel retirou-se das sete colônias que possuía em Gaza em 2005, quando Ariel Sharon era primeiro-ministro. No entanto, ocupa 250 áreas, que representam mais de 25% de todo o território palestino da Cisjordânia. [*Nota da correspondente: além das áreas citadas, nas quais foram construídas colônias judaicas, Israel tem o controle efetivo de mais de 60% da Cisjordânia, em função dos acordos de Oslo. Esses acordos dividiram essa região da Palestina em três áreas, A, B e C. Os sionistas controlam toda a área C e são responsáveis pela segurança da área B.*] Nessas localidades, as estradas são israelenses e, para trafegar por elas, passamos por diversos *checkpoints*. São humilhantes, esses momentos. Os soldados fazem revistas nas pessoas. Um clima de verdadeiro terror.

No entanto, os maiores problemas com relação à organização sindical residem no espaço geográfico chamado Israel (como sabemos, não temos, nos mapas mundiais, o país chamado “Palestina”, mas somente “Israel”; um verdadeiro absurdo). Nas terras chamadas “Israel”, sobrevive 1,5 milhão de palestinos. Segundo denúncias da Organização Internacional do Trabalho, a OIT, os trabalhadores

palestinos ganham até metade do que ganham os trabalhadores israelenses, são mais perseguidos, sofrem restrições para se organizar em entidades sindicais e desenvolvem os trabalhos mais degradantes, que os judeus não fazem. Sem falar que sua jornada é muito maior do que a dos trabalhadores israelenses. É como se eles fossem cidadãos de segunda classe.

Como se dão as relações dos sindicatos com as empresas? E com a Autoridade Palestina?

LM – Não pudemos aferir as relações com os patrões no dia-a-dia, na medida em que só tivemos contatos com os delegados sindicais. Em congressos sindicais as delegações internacionais acabam tendo uma programação paralela ao evento oficial. No entanto, pude ver o respeito que as lideranças sindicais têm para com a direção da resistência palestina, materializada na OLP. Nas mesas de abertura do congresso e da Conferência Internacional de Solidariedade que a WFTU organizou, havia representantes do Comitê Executivo da OLP e diversas outras autoridades da ANP. Tive contato com a vice-ministra da Educação e com a ministra da Cultura.

O primeiro-ministro Salam Fayyad esteve na sessão de encerramento do congresso. Depois, as delegações internacionais reuniram-se com ele. Nessa reunião também estiveram presentes George Mavrikos, secretário-geral da WFTU, e Haider Ibrahim, da GUPW.

Você participou de outros eventos?

LM – Sim. Destaco três deles, muito importantes. O primeiro foi a reunião com uma entidade, uma espécie de ONG, que luta pela libertação dos presos políticos e pela recuperação dos cadáveres dos mártires. Parece inacreditável, mas Israel mata os palestinos que lutam contra a ocupação e não devolve os seus corpos para as famílias.

Essa reunião, coordenada pelo secretário-geral da WFTU, o grego George Mavrikos – que é deputado no Parlamento da Grécia pelo Partido Comunista Grego –, ocorreu na noite de 23 de março e contou com os 20 delegados internacionais dos 12 países. Ficou acertado que, em 17 de abril, terça-feira, tentaríamos fazer o que fosse possível, em nossos países, para lembrar os mais de 12 mil presos palestinos e para exigir sua libertação.

Outro evento foi minha participação, junto com Mavrikos, em uma entrevista para três televisões que acompanhavam o Congresso e a visita do primeiro-ministro Fayyad. A meu lado também estava o camarada Mohamed, da GUPW e da Executiva da WFTU. O tema que abordei foi a realização do Fórum Social Mundial Palestina Livre em Porto Alegre. Foi ao ar numa TV palestina e duas TVs árabes.

Os palestinos aprovaram amplamente o FSMPL. Esperam enviar uma grande delegação da Palestina e dos vários países onde vivem os quase sete milhões de refugiados.

Por fim, visitamos o túmulo do camarada Yasser Arafat, que faz parte do complexo da sede da OLP e da ANP, em Ramallah. Muita emoção.

Você foi a Nabi Saleh, vila que sofre muita repressão, muita violência. Como analisa sua experiência lá?

LM – Entre as várias programações que tivemos paralelas ao Congresso, a mais importante foi em 23 de março, sexta-feira, quando visitamos Nabi Saleh. Os líderes da resistência popular na comunidade nos disseram que suas famílias vivem ali há cinco mil anos. É uma vila cananeia. Os pouco mais de 500 moradores são de uma só família, os Tamimi. Para entrar em Nabi Saleh tivemos de passar por um *checkpoint* com 40 soldados fortemente armados e uns seis jipes blindados, além do caminhão com jato d'água química. Estranhamos esse aparato. Logo descobriríamos que eles protegem uma colônia judaica ilegalmente construída nas terras de Nabi Saleh, com mansões onde vivem dois mil judeus ortodoxos.

Participamos de um comício na praça central e depois engrossamos uma manifestação pacífica que a população faz todas as semanas. Éramos em torno de 150 pessoas. Caminhamos quase uma hora pelas ruas da vila, até os seus limites, quando, de repente, sentimos na pele a brutalidade do exército de Israel. Primeiro, vieram os jatos d'água, e depois as bombas de gás tóxico. Muitos de nós passamos mal e uma ambulância do Crescente Vermelho atendeu os feridos. Consegui filmar tudo isso, um filme

de 21 minutos – vou colocar no You Tube –, dos quais os sete minutos finais são um registro da brutalidade e da violência das forças israelenses de ocupação.

O gás lacrimogêneo que nos era atirado quando enfrentávamos a ditadura em nosso país, nos idos de 1970, parece sabonete nos olhos, comparado aos gases usados por Israel. É impressionante. São muito fortes. Os jovens nos deram um produto que, quando inalado, minimiza os efeitos desse gás. As bombas dispersaram a manifestação.

No entanto, o que presenciamos depois foi surpreendente para todos nós, dos 12 países. Quando recuamos para uma casa próxima do local onde fomos atacados, vimos uma batalha campal para o controle de uma pequena colina na entrada de Nabi Saleh. Num primeiro momento, com sua violência e truculência, os soldados ocuparam totalmente a colina, chegando inclusive a ficar perto de algumas casas. No entanto, cerca de 20 jovens, todos com seus rostos encobertos para não serem reconhecidos – o mais velho talvez tivesse 16 anos! –, passam a enfrentá-los. Com o quê? Paus, pedras, estilingues e fundas! De um lado, os covardes soldados, muito bem armados e, de outro, crianças, jovens, muitas meninas, enfrentando-os com as armas que possuíam.

Os palestinos venceram a batalha. Os soldados, impossibilitados de disparar, pois isso mataria todas as crianças – o que causaria repercussão internacional –, acabaram tendo que recuar. E a juventude palestina reocupou a colina, ganhando essa pequena, mas simbólica, batalha. Elas e eles não temiam o gás das bombas. Aliás, muitos pegavam as granadas ainda fumegantes e as atiravam de volta aos soldados.

Fiquei impressionado com a coragem dessas crianças. Parece que nasceram para lutar. Nenhum de nós – já mais maduros e alguns até idosos – tinha o mínimo preparo para uma batalha como essa. E eles fazem isso todas as semanas!

Isso nos marcou muito. A maioria registrou em fotos, muitos filmaram. Uma experiência inesquecível. Como disse na parte final da narração do meu pequeno filme, participar de uma passeata na Palestina ocupada já é uma experiência inesquecível, mas enfrentar o exército israelense... Ah, isso jamais esqueceremos.

Que lições você tirou das experiências dessa viagem?

LM – Voltamos para nossos países convencidos de duas coisas: a causa palestina é hoje a principal causa de toda a humanidade e a ela devemos prestar toda a solidariedade que estiver ao nosso alcance; devemos incentivar o que chamo de *turismo de solidariedade*, ou seja, incentivar delegações de cidadãos de todo o mundo a visitarem a Palestina ocupada. O que fazíamos e ainda fazemos com Cuba, devemos agora fazer com a Palestina. Vale a pena. A causa é mais do que justa.

Nesse sentido, o Comitê pelo Estado da Palestina, que reúne 63 entidades das quais 28 nacionais de todos os segmentos, está organizando a 1ª Missão de Solidariedade ao Povo Palestino, indicada para o período de 11 a 17 de junho, quando realizaremos nossa primeira experiência nesse sentido. Faremos ampla divulgação.

Por fim, estou convencido de que os palestinos mais precisam, neste momento histórico, do direito a ter seu Estado soberano e independente, organizado por eles, com as fronteiras que eles determinarem e como for possível negociar na atual correlação de forças. Que eles tenham direito a seu exército, a fronteiras seguras, à sua capital em Jerusalém, à emissão de sua moeda, enfim, que sejam admitidos na ONU como seu 194º Estado-membro. Esse é o maior desejo desse povo sofrido, ao qual daremos todo apoio aqui no Brasil.

* Correspondente no Oriente Médio de *Brasil de Fato* e *Carta Maior*.

Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia e jantar de celebração do Dia Nacional da Comunidade Árabe no Brasil

São Paulo-SP, 25 de março de 2010.

Bem, meus companheiros e minhas companheiras,

Eu vou falar muito pouco porque temos que viajar ainda hoje à noite para Ilhéus, porque amanhã nós vamos inaugurar um grande gasoduto, ligando todo o Sudeste ao Nordeste brasileiro, e foi a primeira grande parceria que o nosso país construiu com a China nesses últimos tempos.

Eu sou um homem que acredita na relação humana. Talvez por ser essencialmente político, acredito que não é possível a gente fazer política se não tiver um contato pessoal, o olhar no olho, o tocar de mão, o abraço, para que se possa construir, sentindo que tipo de química o ser humano que está diante de você tem e o que você pode construir a partir daí.

O Brasil, uma nação extraordinária, que durante muito tempo não teve noção do seu tamanho, não teve noção da sua importância, porque se permitiu ser tratado como um país de segunda categoria e como um povo de segunda classe. E não foram os outros que nos colocaram assim. Foi uma parte da elite política brasileira que ousou se tratar assim durante muito tempo.

Eu me lembro como se fosse hoje: dia 25 de janeiro de 2003 eu estava indo a Davos. Alguns falam “Davôs”. E muito por insistência do então ministro Furlan, que achava que eu deveria ir, Miguel Jorge, naquele tempo, para poder ter contato com os grandes empresários do mundo... Porque Serra, Davos, naquele tempo, em 2003, vivia aquele cenário apoteótico. O mundo especulativo fazia daquilo a [rua] 25 de Março dos ricos, lá na Suíça. Eram milhares de pessoas transitando, negociando: Bill Clinton, George Soros e tantos outros. Era um desfile de megaempresários, de megaespeculadores, de megaenganadores, de mega tudo o que a gente possa querer. Mas era tudo muito grande lá. Bill Gates e não sei das quantas... Naquele tempo o Furlan tinha saído da Sadia, era pintinho novo, era pequeno, diante da grandeza dos megas que iam lá.

E eu voltei com a convicção de que o Brasil precisaria ter uma inserção na política internacional e mudar um pouco a geografia comercial. O Brasil não poderia ficar subordinado apenas à lógica da política americana ou à lógica da política da União Europeia. O Brasil precisaria se abrir para o mundo, com a sua grandeza.

Não sai da minha cabeça o primeiro encontro, a primeira viagem que nós fizemos. Quando decidi viajar para o mundo árabe, em determinado setor das comunicações no Brasil, tratavam aquilo como uma heresia: “por que o presidente Lula, representando o Brasil, vai visitar Dubai?” Está lembrado, Furlan? Gastamos, Miguel Jorge, US\$ 500 mil numa feira em Dubai, que foi um escândalo aqui no Brasil, por [para] alguns setores, um escândalo. Como é que nós poderíamos gastar US\$ 500 mil numa feira em Dubai? E ninguém, que criticou tanto os US\$ 500 mil, perguntou quanto aquela feira vendeu em Dubai, naquela noite. Ninguém perguntou quanto nós ganhamos.

O dado concreto é que nós saímos de uma balança comercial de apenas US\$ 8 bilhões por ano, para uma balança comercial de mais de US\$ 20 bilhões por ano com o mundo árabe. E viajamos, naquela ocasião, para em torno de sete países. E mais constrangedor ainda foi descobrir que o último mandatário brasileiro a ter viajado pelos lugares a que eu fui tinha sido o imperador Dom Pedro II, entre 1846 e 1875 ou 76. Significa que o mundo moderno, que a descoberta do avião, que os aviões a jato, que os Concorde não abriram a cabeça dos dirigentes brasileiros para descobrirem o mundo. A gente não viajava para a América do Sul, a gente não viajava para a América Latina, a gente não viajava para a África, e a gente não viajava para os países árabes. A gente viajava para Nova Iorque, para Washington, para Londres, para Paris e para outros países europeus. Nós não tínhamos dimensão da importância que o Brasil tinha adquirido, nós não tínhamos dimensão do potencial de disputa mercadológica que o Brasil poderia ter com o mundo.

Quando nós tomamos essa decisão, o Brasil tinha uma balança comercial que dependia, praticamente, 30% dos Estados Unidos e 30% da Europa, e o restante era dividido com o mundo. Se nós não tivéssemos diversificado a nossa balança comercial, nós, nesta crise, teríamos afundado ou quase

quebrado, porque depois da crise a nossa balança comercial com os Estados Unidos e com a Europa, mesmo tendo aumentado 20% ao ano, naquele tempo, que representava 30%, hoje representa apenas 14%. E onde cresceu? Cresceu com os africanos, cresceu com o mundo árabe, cresceu com a América Latina, cresceu com a América do Sul, cresceu com o mundo asiático; fora o Japão, que ainda se mantém pequena diante da grande relação que o Brasil tem com o Japão.

Então, as críticas eram infundadas. Mas, neste país, as pessoas que erram não têm coragem de fazer autocrítica e não reconhecem que erraram nunca, e não reconhecem que o Brasil estava certo de tomar a decisão de diversificar a sua relação comercial.

Mas isso não parou por aí. Vocês viram as críticas que eu recebi agora porque decidi visitar Israel, visitar a Palestina, visitar a Jordânia e marcar a minha agenda, em maio, para visitar o Irã. Todo mundo... A subserviência é de tal ordem que as pessoas acham que um acordo no Oriente Médio depende dos Estados Unidos ou depende da União Europeia. As pessoas não percebem que o acordo no Oriente Médio não acontece exatamente porque não se conversa com quem não quer a paz, não se conversa com todos os interlocutores que estão envolvidos no processo de discussão no Oriente Médio. Por exemplo, quem é que vai conversar com o Hamas, com o Hezbollah, quem vai conversar com a Síria, quem vai conversar com o Irã, quem vai conversar com países que são aliados, de um lado, dos Estados Unidos e, de outro lado, fornecem dinheiro para o Hamala [Hamas] comprar armas? Se nós não colocarmos todas as pessoas envolvidas em torno de uma mesa, e começarmos a discutir que tipo de paz nós queremos, e a gente deixar acontecer o que está acontecendo... Há 50 anos que não tem paz. É só para fotografia: fulano tira fotografia com sicrano, ganha prêmio Nobel da Paz com beltrano, e cada dia tem um probleminha a mais.

Eu acho, governador José Serra, ministra Dilma, presidente Temer, companheiros da Comunidade Árabe: não terá paz no Oriente Médio enquanto a gente não compreender que a ONU – que foi a instituição multilateral que criou o Estado de Israel – tem a responsabilidade de trabalhar pela questão da paz. Não é uma questão bilateral, é uma questão multilateral. A ONU teria que assumir as negociações, tomar as decisões e fazer cumprir. E não estou dizendo aqui na Comunidade Árabe, porque disse isso no Parlamento judeu na semana passada, porque disse lá em Belém para o presidente Abbas, e porque disse na Jordânia para o rei Abdullah. Eu não sou daqueles políticos que têm duas caras e dois discursos. Eu quero dizer que o problema está mal encaminhado.

Quando nós tentamos fazer a reunião em Annapolis, tentando envolver outros países, fora os tradicionais envolvidos na paz no Oriente Médio, fizemos uma reunião e nunca mais aconteceu a segunda reunião. A paz no Oriente Médio não depende do estado de espírito de um governo americano ou dos governos europeus. Ela é uma necessidade para a humanidade viver em paz, para que palestinos, para que árabes e judeus vivam em paz no mundo.

Vocês já sabem a quantidade de críticas que tenho recebido porque tomei a decisão de receber o presidente Ahmadinejad e tomei a decisão de ir lá. Eu vou lá porque não quero que se repita no Irã o erro que se cometeu no Iraque, não quero que se repita no Irã. E no Iraque, aquela guerra aconteceu por conta de duas grandes mentiras contadas à humanidade. Primeiro, porque o Iraque não tinha armas químicas. As armas químicas que o Iraque teve foram dadas pelas grandes potências para poder jogar contra o Irã. Quem participava da agência que controlava armas químicas era um embaixador brasileiro, o Bustani, que hoje é embaixador na França, e ele dizia que não tinha armas químicas. Entretanto, as grandes potências criaram a mentira das armas químicas, invadiram o Estado do Iraque, derrubaram e mataram Saddam Hussein – que eu não tinha nenhum amor por ele. Entretanto, até agora a humanidade está à espera de que alguém nos mostre quais as armas químicas que tinha no Iraque. Até agora ninguém mostrou absolutamente nada, e até agora não existem sinais de que o Iraque está mais tranquilo do que estava antes, porque as mortes lá estão acontecendo às dezenas, às centenas e aos milhares.

Nós, brasileiros, temos na nossa Constituição a proibição de utilizar armas nucleares. Não é uma vontade do presidente da República, Serra. Você era constituinte junto comigo, Temer era constituinte quando a gente aprovou, na nossa Constituição, a não utilização de armas nucleares.

Portanto, não quero para o Irã nada mais do que eu quero para o Brasil. Mas quero que o Irã tenha o direito de enriquecer urânio para produzir energia elétrica, para cuidar da indústria farmacêutica, para

produzir remédios. O que eu não posso é aceitar a ideia de que o Irã vai produzir armas nucleares porque aí o Brasil será contra, e vou lá para dizer ao presidente Ahmadinejad, em Teerã: sou contra você querer fazer armas nucleares, mas sou favorável a você enriquecer urânio, como o Brasil enriquece, para produzir energia elétrica. E tenho dito a todos os presidentes: não vamos tratar o Irã como se tratou o Iraque, porque o Irã não é apenas um país, é uma civilização. É preciso levar em conta. E sei que no mundo árabe tem muita gente, muita gente com razão, preocupada com o Irã e discordando do Irã. Eu sei disso. Eu sei quais são as preocupações de todos, até dos palestinos sei quais são as preocupações. E nós precisamos juntar todas essas preocupações para dizer para o presidente Ahmadinejad: Olhe, nós queremos paz, o mundo quer paz, e nós precisamos que o Irã também queira paz, que o Irã ajude na construção da paz entre Palestina e Israel, que a Síria ajude e que todos ajudem, porque ninguém pode ficar riscando palito de fósforos onde tem pólvora. É preciso ter juízo. O mundo precisa disso para se desenvolver.

E, quando tomei a decisão de visitar esses países, ah, como eu fui criticado: “Esse Lula, metido, o que ele pensa que ele é? O que ele pensa que ele é? Aquilo é coisa para os Estados Unidos, aquilo é coisa para não sei para quem”. Não é coisa para ninguém. Aquilo é coisa para quem acredita e tem uma vida praticando paz, e que quer conversar com aquele que é chamado de diabo e aquele que é chamado de deus, porque não acredito em um ser humano 100% bom e em um ser humano 100% ruim. Eu acredito que os dois têm um ponto de equilíbrio, que nós temos que encontrar para construir a paz total no Oriente Médio e no mundo.

Por isso que eu quero conversar, por isso que quero visitar outros países, por isso que quero desafiar: quem é que quer a paz, de verdade? Eu sei que o povo humilde quer, de todos os lados, mas não sei se toda a classe política quer, não sei se toda potência quer, porque tem muita gente silenciosa e não estou disposto a ficar silencioso. Se amanhã não der certo, encostarei a cabeça no travesseiro e direi: eu não consegui, mas também não me omiti. Eu trabalhei para construir a paz no Oriente Médio.

E o exemplo mais dignificante que carrego na vida é a convivência pacífica no meu país. Eu, quando vou visitar o Hospital Sírio-Libanês, encontro lá os médicos do Albert Einstein. Quando eu vou ao Albert Einstein, encontro os médicos do Sírio-Libanês. Isso poderia ser no mundo inteiro. Agora, quem viu o Muro sabe... Eu, que lutei a vida inteira para derrubar o Muro de Berlim, Serra –um muro dentro de Israel, são 750 quilômetros passando por ruas, cercado. Não é uma coisa nobre para o século 21. Eu me senti dentro de uma eclusa, tanto para ir para a Palestina quanto para voltar. Você para num local, fecha as portas, você desce do carro, entra num outro carro, e aí você atravessa. Ou seja, é como se nós não estivéssemos vivendo num mundo civilizado, no século 21! Onde está o grande aprendizado que esses homens que dirigem o mundo aprenderam na universidade? Será que essas pessoas não percebem que o ser humano não pode, não foi feito para involuir, mas sim para evoluir?

Então, nesta noite em que vocês me homenagearam tanto... Eu tenho mais sete, oito meses de mandato. Se vocês me perguntarem por que é que não fizemos muita coisa antes, é porque essas coisas não acontecem quando a gente quer. Essas coisas acontecem quando têm que acontecer. Na política é assim: as coisas acontecem quando têm que acontecer. E depois de nós conversarmos com tanta gente, posso dizer para vocês que o Brasil pode dar uma contribuição extraordinária para ajudar a construir a paz no Oriente Médio, porque eu acho que vocês merecem.

Eu conheço o Irã, ou melhor, conheço o Líbano, e Beirute é uma cidade maravilhosa, e a gente não pode ver Beirute ser destruída a cada dor de cabeça, a gente não pode conviver com isso.

E nós devemos muito a vocês, porque o povo árabe ajudou o Brasil a ser o que o Brasil é. Vocês ajudaram a economia brasileira, a cultura, a medicina, a arte. E vocês perceberam, no discurso do Serra, que ele terminou sendo o único estrangeiro aqui porque não tem a cara de árabe como eu tenho, não tem. Agora, de qualquer forma, nós o tratamos muito bem aqui, o tratamos muito bem, e já o consideramos meio árabe. Mais um discurso e virará árabe inteiro.

Um grande abraço. Muito obrigado pelo carinho e que Deus abençoe a todos nós.

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva

25 de Março de 2010

A imigração árabe no Brasil

É comum falarmos que os imigrantes árabes, e suas três gerações subsequentes, perfazem mais de 10 milhões de pessoas. Ou até mais do que isso. Documentos históricos, alguns oficiais arquivados na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, dão como certa a presença árabe no Brasil desde meados do século 19. Um dos poucos – se não o único – livros que tratam do assunto no Brasil foi escrito pela psicanalista *Claude Fahd Hajjar*, intitulado *Imigração árabe: cem anos de reflexão*, da Editora Ícone. Fazemos esta coluna semanal uma entrevista com a autora da excelente obra de referência.

Claude Hajjar, uma arabista

A companheira que hoje entrevistamos é Claude Fahd Hajjar, nascida em Beirute, Líbano. Imigrou com seus pais em 1959 para o Brasil após a Revolução Libanesa que vai marcar a entrada dos EUA no Líbano. Seus pais são originários da Síria e militavam no Partido Nacionalista Social Sírio (PNSS). Seu pai foi preso e encontrou na imigração uma forma de se afastar de perseguições e privações. A casa de sua família no Líbano foi saqueada assim como a loja e pequena fábrica de seu pai.

No Brasil formou-se e se especializou em Psicologia Clínica de orientação Psicoanalítica e atuou como professora e supervisora de Psicoanálise pelo NEPP. Kursou pós-graduação em Clínica Nietzscheana na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Dentre os inúmeros trabalhos e pesquisas científicas, está o seu livro *Imigração Árabe: 100 anos de Reflexão*, de 1985, editado pela Editora Ícone, de São Paulo. Tem ainda *A Morte do Pai e a Busca do Nome Próprio: Oriente-Occidente* (pronto para impressão em árabe em árabe e espanhol). Claude traduziu do árabe para o português o livro *Hafez Al Assad – O Percurso de um Combatente*, de autoria de Lucien Bitterland.

Atualmente, Claude atua na Federação de Entidades Americano-Árabes, onde milita desde 1983 e atualmente é vice-presidente. Trabalhou com pesquisa sobre a presença árabe no Brasil através da Península Ibérica de 1988 a 1992. De 1990 a 1992 foi nomeada diretora cultural da Fearab América e coordenadora do Projeto do 5º Centenário do Descobrimento da América em 1992. De 2001 a 2004 fez parte da coordenação do Projeto Al Andaluz da Fearab América. Conselheira da presidência da Fearab América até novembro de 2010; quando foi eleita vice-presidente da Fearab América. É uma das fundadoras do GT Árabe desde janeiro de 2010.

A entrevista

Por que a decisão de publicar um livro sobre a imigração árabe no Brasil em 1985?

O início da pesquisa foi uma conferência no Congresso Pan-americano Árabe de Damasco em outubro de 1983. Em dois anos virou um livro graças a inúmeros incentivadores da Fearab Brasil, do Centro Cultural Árabe-sírio e do PNSS. O objetivo era o de um trabalho que pudesse ser instigante e desse uma partida para pesquisas posteriores. Eu não pretendia um compêndio sobre imigração, mas uma pequena análise de causas e consequências.

Passados hoje mais de 24 anos do lançamento deste livro, posso dizer que ele cumpriu o seu objetivo: sinalizar a necessidade de uma pesquisa séria que aborde a questão migratória Árabe e suas vicissitudes. Na ocasião eu ainda não era uma pesquisadora de temas americano-árabes, mas mesmo assim fui atrás e consegui.

Havia alguns poucos trabalhos de pesquisa acadêmica, que eu cito no livro, mas nada que pudesse ser de fácil acesso ao grande público. Muitos diplomatas ao serem nomeados para os países árabes buscavam no livro *Imigração Árabe 100 anos de reflexão* uma pequena orientação para a compreensão de temas do cotidiano dos países de origem da imigração, isto é, Síria, Líbano e Palestina.

Fale-nos, de forma resumida, das principais ondas migratórias árabes para o Brasil, registrando as origens em relação aos países de que vieram esses imigrantes. Em seu livro você menciona seis grandes ondas, é isso mesmo?

Nós, os árabes e outros grupos migratórios, viemos ao Brasil atendendo ao convite do Imperador D.

Pedro II que em 1973 e 1977 visitou a Síria, o Líbano e a Palestina. Na sua bagagem levava inúmeros exemplares em árabe do livro *O Brasil*. D. Pedro foi convidar o cidadão árabe da Síria, Líbano e da Palestina para imigrar e a se fixar no Brasil.

No Brasil já estava sendo preparada e esperada a absolvição dos escravos. Como é do conhecimento de estudiosos e pesquisadores, as empresas europeias, e em particular as inglesas que para cá vieram, precisavam de uma população que pudesse consumir produtos, e o Brasil não poderia adentrar o século 20 com uma mão de obra escrava e sem liquidez para o consumo. A população excedente da Europa, do Oriente próximo e inclusive do Japão foi incentivada a imigrar para ocupar o lugar da mão de obra escrava no campo.

O Brasil precisava de agricultores e de camponeses e por esta razão D. Pedro II foi para lá, com livros em árabe para nos estimular a imigrar. A nossa imigração árabe ao Brasil não possuía acordos bilaterais entre países, a exemplo de Alemanha, Japão ou Itália. A Nossa imigração foi voluntária e incentivada pelas companhias de navegação. Imigravam sem saber para onde iam, sem saber como era o país, o idioma ou a religião do seu destino.

Fugiam muitos, se afastavam voluntariamente outros, buscavam sempre novos ares, para de longe poder refletir e quem sabe ajudar a encontrar uma saída para o cada vez mais complexo drama que assolava a nação árabe.

Sonhando com uma pronta libertação, pensavam eles, bastaria a queda do Império Otomano e os seus problemas se resolveriam. O "Doente da Europa" foi vencido, mas a nação árabe havia perdido referências, líderes e capacidades. Muitos para a Imigração no Mundo. EUA, Europa, Norte da África, Austrália ou Canadá, em todos os continentes temos uma forte e combativa presença árabe, que faziam falta em seu próprio território.

O início do século 20 vai encontrar a nação árabe sonhando com a libertação, mas já prevendo que o sonho de libertação viraria o pesadelo da ocupação. Após a Primeira Guerra Mundial tem início a segunda fase imigratória.

Os imigrantes árabes eram em sua maioria cristãos ou muçulmanos?

Existem alguns sinais e rumores de que a União de Igrejas no mundo poderia estar conivente ao estímulo à imigração da população cristã da região do Oriente árabe.

O início da imigração árabe ao Brasil aconteceu com um predomínio da população cristã. A partir deste início a imigração acontecia por regiões, sejam elas aldeias ou cidades e as notícias e os resultados aferidos iriam contaminar e estimular a imigração independente de família ou religião. Foi na segunda fase imigratória que vemos a presença de imigrantes muçulmanos no país.

Quais foram as primeiras obras sociais dos imigrantes árabes de maior impacto?

Em minha opinião não são as obras sociais que valorizam o imigrante árabe no Brasil, apesar de estas obras serem hoje um verdadeiro monumento ao empreendedorismo; mas a sua contribuição às letras, às pesquisas, à ciência, à poesia e prosa e principalmente à imprensa árabe no Brasil.

O Brasil foi o país que sediou e possibilitou a profícua produção das letras árabes. Constatamos a existência de mais de 140 jornais e revistas e mais de 300 jornalistas, até o ano de 1949.

Na segunda década do século 20 vamos encontrar escritores, poetas e pensadores no Brasil, nos EUA e nos países de origem todos voltados para a compreensão dos acontecimentos mundiais e ao prenúncio da nova era que se abriria a todos. Estes pensadores foram contemporâneos da Semana de Arte Moderna de 1922, de Oswald de Andrade, Pagú e Tarsila do Amaral.

Nos EUA, foi fundado o Pen Club, por Gibran, Riham, Naaime, Abumadi e outros que expressaram a sua presença e participação na reorganização política, social e econômica dos países da imigração quanto dos países árabes.

Cabia a estes pensadores expressarem, através das letras, o inconsciente coletivo da sua comunidade

ou grupo social, o que estes sentem; e, assim, conseguem expor a apreensão e os questionamentos daqueles imigrantes.

A “Literatura do Mahjar”, como seria conhecida e estudada nas Universidades Árabes, teve o seu momento brasileiro de apogeu após a morte de Gibran Kalil Gibran em 1931.

Foi criada no Brasil “A Liga Andaluza” em 1933, com o objetivo de dar continuidade ao Renascimento Literário Árabe, e este não poderia morrer com Gibran. Ele se imortalizou nos EUA com a sua prosa, o Brasil e particularmente São Paulo, teve o destaque na produção da arte política.

Em 1936 foi fundado no Hemisfério Sul o PNSS, partido político que continua atuante no Líbano, Síria, Jordânia e em outros lugares da imigração.

Este partido se originou através deste frisson intelectual e política de inúmeros homens de letras e pensadores e entre os quais estava o Dr. Kallil Saade, médico do início do século 20 e o seu filho, o pensador e líder Antun Saade, fundador do PNSS e que foi executado em 1949.

Em seu livro temos vários anexos. Entre eles, as tipografias, livrarias e os jornais árabes no Brasil desde o começo do século 20. Por que isso hoje quase não existe mais?

Em 1941, durante a vigência da Segunda Guerra Mundial, atendendo à decisão governamental, foi proibida a utilização da língua estrangeira escrita ou falada, sendo portanto suspensa toda e qualquer publicação de qualquer imprensa estrangeira no país. Após o término da Segunda Grande Guerra, em 1945, vamos encontrar o imigrante brasileiro árabe, muito mais integrado, buscando cada vez a assimilação dentro do seio da sociedade que o acolheu.

A ausência de notícias, a longa pausa na vinda de novos imigrantes, criou um distanciamento real e inseriu cada vez mais o brasileiro árabe na sociedade brasileira. Desde 1930, com a crise econômica e a quebra dos produtores de café a ascensão política e social das classes diferenciadas fez com que casamentos entre filhos de imigrantes árabes e não árabes, contraíssem matrimônio com filhos de quatrocentões brasileiros.

Conte-nos um pouco da história da Fearab no Brasil, em São Paulo e sua expansão para as Américas.

Na imigração árabe do Brasil, fervia uma verve política e várias tendências estavam presentes nos acontecimentos políticos e imigratórios.

Registramos aqui a presença forte de partidários do PNSS, de nasseristas (após 1948), de adeptos do Partido Baath, de falangista, de libaneses progressistas, de membros do Partido Comunista (de vários países), entre outros. Cada um dentro de sua ideologia tentava responder e buscar soluções para os novos desafios que estavam sendo vividos.

A Palestina ocupada, dividida e dilacerada, havia conseguido denegrir a imagem árabe no mundo. E no Brasil, na Argentina, no Chile e na Venezuela, esta onda de tentar confundir a opinião pública mundial era um plano orquestrado e magnificamente gerenciado. Com a guerra de junho de 1967, a derrota árabe abalou os alicerces dos jovens filhos de imigrantes. Estes hoje são médicos, advogados, cientistas, físicos e todos estão inseridos na sociedade brasileira e na da América do Sul, e viram o seu nome árabe ser afetado, e cada vez mais sentiam a necessidade de um organismo que pudesse ajudar a esclarecer corretamente a opinião pública brasileira e americana sobre a real versão dos fatos, que envolviam a criação do Estado de Israel.

A Reunião preparatória do Congresso Pan-americano Árabe foi no Clube Homs, em outubro de 1973. Mas, o embrião deste evento aconteceu em Damasco no ano de 1965, com o primeiro congresso dos emigrados árabes e cujo presidente foi Alberto Diab Chaccur (PNSS)

O primeiro Congresso Pan-americano Árabe aconteceu em Buenos Aires, Argentina em outubro de 1973, com uma comitiva brasileira de 153 membros, e dos quais foram nomeados oito delegados brasileiros.

Estavam presentes, além do Brasil, representantes do Chile, Venezuela, Uruguai e representantes diplomáticos de inúmeros países árabes.

A fundação da Fearab Brasil ocorreu em 23 de novembro de 1974, na Assembleia Legislativa de São Paulo. E o seu presidente de honra hoje é o Senhor Rezkalla Tuma. A fundação da Fearab América ocorreu no Brasil em 1975 e o seu primeiro presidente foi Mohamad Youssef Mourad, atual presidente honorário da Fearab América. Dentre as múltiplas funções e tarefas, que são da responsabilidade da Fearab nas Américas, quero salientar o aspecto psicológico decorrente da imigração.

Ao imigrar deixamos para trás tudo: laços, afetos, idioma, religião, semanários, livros, referências. Os países americanos conseguiram criar um novo espaço e tempo, mas não a tradição e a história. A sociedade americana carece de alma aos olhos do imigrante; e neste ponto é que está a importância das instituições que ajudam no resgate da identidade do imigrante. Este trabalho do resgate da tradição, da história da busca das origens por debaixo do oceano Atlântico é que vai irrigar e dar nova vida à imigração. Não pensando na volta para o país de origem. Não, em nível de identidade não temos volta.

Uma vez imigrante, vai ser tudo, menos voltar a ser um original. Também não se consegue rapidamente a assimilação. Este é um processo que pode ser menos penoso se possui interlocutores que possam dividir experiências, vivências, sentimentos e emoções.

Ao estarmos centrados em estudos e pesquisas, que foi uma das maiores contribuições da Fearab América, podemos resgatar a dignidade de ser americano-árabe e agregar a esta nova identidade toda a importância de pertencer a uma tradição milenar que foi o berço da civilização no Oriente Próximo, e deixou um legado fantástico na Península Ibérica, que foi o berço da construção dos Estados da Europa.

Coube à Fearab, um papel de interlocutor entre 23 países árabes e 22 países da América do Sul e Caribe. Os membros da Fearab América acabam fazendo o papel de embaixadores de seus respectivos países lá nos países árabes. Dentro dos quadros da Fearab América, já tivemos três ministros de Estado, três representantes do Legislativo; um candidato à presidência da República; dois juristas; cinco embaixadores, além de um grande número de côsules honorários.

O fato de os cristãos, católicos ou ortodoxos, não terem que ler escrituras em árabe pode ter influenciado o fato de os imigrantes dessa confissão religiosa não terem transmitido a língua árabe para seus filhos e netos?

Esta questão é recorrente. Eu atribuo a parte desta influência à questão religiosa, mas atribuo maior peso à questão de que os imigrantes recentes são em sua maioria muçulmanos e logo os laços com o país de origem são mais presentes. O bairro onde se abrigam é todo de novos imigrantes, como no passado ocorria com os imigrantes das primeiras fases imigratórias.

Eu considero muito salutar não esquecer o idioma original, e devemos aprender do novo idioma. Está marcada aí a necessidade de sobrevivência, da comunicação com o novo habitat.

Neste aspecto vejo na Fearab a necessidade de se comunicar com os representantes diplomáticos, e nas suas viagens aos países árabes, os membros da Fearab reaprendem um árabe suficiente para se comunicar com o outro.

Por fim, quando o mercado editorial no país e os leitores brasileiros poderão ter acesso a uma segunda edição revista e atualizada de sua magnífica obra de referência sobre a imigração árabe no Brasil?

Em breve, e conto com você para me ajudar nesta tarefa.

O que ler e assistir sobre a Palestina

1. Livros

AKCELRUD, Isaac. **O Oriente Médio**. São Paulo: Atual.

BARTHOLDO JR., Roberto & CAMPOS, Arminda Eugênia (organizadores). **Islã – O Credo é a Conduta**. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos da Religião & Imago, 1990.

CHALITA, Mansour. **Esse Desconhecido Oriente Médio**. Rio de Janeiro: Revan.

CHALITA, Mansour. **Os Árabes**. Editora Acigi, sem data.

FREEDMAN, Benjamin – ler suas palestras em www.google.com.br

FINKELSTEIN, Norman. **A indústria do Holocausto**.

FINKELSTEIN, Norman. **Israel-Palestina – Imagem e realidade do conflito**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

GATTAZ, André. **A Guerra da Palestina: da criação do Estado de Israel à Nova Intifada**. São Paulo: Usina do Livro, 2ª ed., 2003.

GIORDANI, Mário Curtis. **História do Mundo Árabe Medieval**. Rio de Janeiro: Vozes.

HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MAALOUF, Amin. **As Cruzadas Vistas Pelos Árabes**. São Paulo: Brasiliense.

PAPPE, Ilan. **A limpeza étnica** – ler mais em www.google.com.br

POESIA PALESTINA de Combate. São Paulo: Achiamé, 2ª edição.

SAID, Edward. **Orientalismo: O Oriente Como Invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SAND, Shlomo. **A Invenção do Povo Judeu**. São Paulo: Saraiva.

SOLIMAN, Loutfallah. **Por Uma História Profana da Palestina**. São Paulo: Brasiliense.

2. Vídeos sobre a Palestina

<http://bulevoador.haaan.com/2010/07/13691/>

www.youtube.com/watch?v=doCukOdpUOL (crianças palestinas)

www.youtube.com/watch?v=cEa_cLLx_-0&feature=related

www.videolog.tv/video.php?id=408126 (Ilan Papé na Globonews)

video.google.com/videoplay?docid=7393572071611328722#docid=4903156921907439099 (sobre a Nakba)

<http://video.google.com/videoplay?docid=7393572071611328722#> (Ilan Pappé)

www.youtube.com/watch?v=4B0KDoIPE1Y

www.youtube.com/watch?v=PUla0Y5EVbU&feature=related (Deir Yassin)

www.youtube.com/watch?v=LvmPm8VJ95M&NR=1 (Deir Yassin)

www.youtube.com/watch?v=SQyIKyd2qqA&feature=related

www.youtube.com/watch?v=toxHmsWO4to&NR=1&feature=fvwp (como Israel trata as palestinas)

www.youtube.com/watch?v=bulKKeygWBY (Ilan Pappé, *A morte da democracia de Israel*)

www.jmcc.org/officialcontacts.aspx

3. Sites e vídeos sobre Edward Said

<http://bravonline.abril.com.br/blogs/paulo-roberto-pires/2010/05/04/os-lugares-de-edward-said/>

<http://bravonline.abril.com.br/blogs/paulo-roberto-pires/2010/05/04/os-lugares-de-edward-said/orientalismo>

www.youtube.com/watch?v=N4q10DBXmbs&feature=related

www.youtube.com/watch?v=TaH4S0nyXw0&feature=related

www.youtube.com/watch?v=0RY4ObWNQ4I (Barenboim e Edward Said)

www.youtube.com/watch?v=QJh3PaNCS80&feature=related

4. Filmes em vídeo

A noiva síria – de Eran Riklis – 1h37 – Inglês

A quarta guerra mundial – de Rick Rowley – 1h18 – Inglês

Aproximação – de Amos Gitai – 1h45 – Francês

Atirar num elefante – Alberto Arce – 1h42 – Espanhol

Crianças de Gaza – de Jezza Neumann – 48m – Inglês

Lemon Tree – Lauro Escorcel Filho – 1h46 – Árabe

Morte em Gaza – de James Miller – 1h20 – Inglês

Palestina – de Simone Bitton – 1h19 – Francês

Palestina continua sendo a questão – de John Pilger – 53m – Inglês

Paradise Now – de Hany Abu Assad – 1h18 – Árabe

Promessas de um mundo novo – de Justine Arlin – 1h46 – Inglês

The Buble (A Bolha) – de Eytan Fox – 1h30 – 2006 – Inglês

Uma Valsa com Bashir – de Ari Folman – Animação – 1h30 – Francês

Dêem grito contra a matança em Gaza!

Adalberto Monteiro *

Corre sangue no rio Jordão
E os sacrificados não são ovelhas,
Mas meninos e meninas
Que agora nos tanques
Já não poderão atirar pedras...

Já não há gaze para tantos
Feridos em Gaza.
Atacada por mar, ar e terra,
Gaza sangra, Gaza geme,
Cercada, mutilada, Gaza freme.
Gaza não é monte de argamassa,
Gaza é gente...

Mas, Gaza respira,
Gaza ama e resiste,
E lutará,
Até a última oliveira,
Até a última tamareira,
Até o último menino...

Ó povo judeu,
Que terrível crime comete
Vosso Estado!
A que estado caíste!
Vós, vítima dos guetos,
Vós, vítima do holocausto,
Vossos líderes
Tornaram-se de Hitler
Aprendizes.
Alguns já causam inveja ao mestre.

Ó povo judeu,
Liberta-te, pela memória
Dos teus,
Da vergonha de tua estrela
Adquirir a aparência
E a essência da suástica!

Como querer de um povo condenado ao gueto,
De um povo pelo inimigo dividido,
Reagir com a polidez dos diplomatas?
Ah!, amado povo palestino,
Por Arafat, por teus mártires,
Reconstrói tua unidade!

Que a bravura de Gaza
Não nos acomode à poltrona,
Que a carnificina que a TV não mostra
Não seja apenas um filme que nos arranca lágrimas...
Olha para ti!
Acaso não és um romano
Sentado na torpe arquibancada
Vendo na arena
Os cristãos lutando contra os leões?

Faça alguma coisa por Gaza,
Mande uma carta ao teu político,
Meta a mão no bolso,
Sacuda os ombros de teu amigo,
Vá à tua janela e dê um grito,
Vá ao templo, corra à praça,
Mande um imeio, ou use outro meio,
Só não vale cruzar os braços

Ante essa matança, essa desgraça...

* Poeta e jornalista, é presidente da Fundação Maurício Grabois.

Gaza da Morte

Kháled Fayez Mahassen

O grito da morte
Gaza
Fronteiras fechadas
saídas cerradas
Gaza da morte.

Gaza da morte
quem faz a sorte?

A lua é triste,
a vida é triste
o sol! O sol é muito triste
a Morte!
Ah! A morte é triste.

Gaza da Morte.

Aos olhos do mundo
casa caída
vida destruída,
criança que morre
na Gaza da morte.

Aos olhos do mundo
ao protesto surdo.

Oh! O grito forte
da Gaza da morte.

Sorte?

Paz! Que Paz?
Paz com braço forte
com espada que corte
com povo unido
com governo unido
e o mundo decidido
a mudar a sorte.

Gaza
Gaza da morte
Gaza do norte
Gaza
Gaza da morte.

Mudará, mudará a sorte!

16 de janeiro de 2011

Expediente do Livrete

Publicação: o presente livrete é uma publicação do Comitê pelo Estado da Palestina (CEP), de produção coletiva que contou com o seguinte comitê de redação:

Lejeune Mirhan (organizador – lejeunemqxc@uol.com.br)

Paulo Daniel Farah (paulobrasilpaulo@gmail.com)

Cláudio Daniel (claudio.dan@gamil.com)

Revisão geral: Prof^a doutora Maria Lucília Ruy (lucilaruy@uol.com.br)

Diagramação e capa: Andocides Bezerra (bezerra@movimentobr.com)

Apoio: este livrete contou com o apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee) e da Federação Árabe-Palestina do Brasil (Fepal).

Entidades e Partidos Integrantes do Comitê Partido dos Trabalhadores (PT); Partido Comunista do Brasil (PCdoB); Partido Socialista Brasileiro (PSB); Partido Pátria Livre (PPL); Central Única dos Trabalhadores (CUT); Força Sindical; Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB); União Geral dos Trabalhadores (UGT); Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST); Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee); Conselho Mundial da Paz (CMP); Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz (Cebrapaz); Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM); Marcha Mundial de Mulheres (MMM); União Brasileira de Mulheres (UBM); Confederação das Mulheres do Brasil (CMB); Central dos Movimentos Populares (CMP); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam); Congresso Nacional Afro-Brasileiro (CNAB); Movimento Negro Unificado (MNU); União dos Negros pela Igualdade (Unegro); União Nacional dos Estudantes (UNE); União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES); União da Juventude Socialista (UJS); Juventude do PT; Federação Árabe Palestina do Brasil (Fepal); Federação das Entidades Árabes do Brasil (Fearab); Biblioteca América do Sul Países Árabes (BibliASPA); Instituto Jerusalém do Brasil (IJB); Portal *Arabesq*.

Contatos: podem ser feitos pelo correio eletrônico comitepalestinaja@globocom.com

Tiragem: 10 mil exemplares.

Publicação: tem o objetivo de atingir os participantes do Fórum Social Mundial Palestina Livre, realizado na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, entre os dias 28 de novembro e 1º de dezembro de 2012.

Autores com Artigos neste Livrete: Abdel Latif; Ali El Khatib; Baby Abrão; Claude Fahd Hajjar, Daniel Lopes; Eduardo Felício Elias, Elayyan Taher Aladdin; Emir Mourad; Hannah Safiéh; Izo Sendacz; Kháled Fayez Mahassen; Lejeune Mirhan; Luciana Garcia; Michel Warchawski; Nathaniel Braia e Thiago Peres.

Depoimentos publicados: José Carlos Padilha Arêas; Antônio Marsicano de Miranda; João Batista da Silveira; Andreia Miriam Silva de Almeida; Emir Saleh Mourad e Neyson Pinheiro Freire.